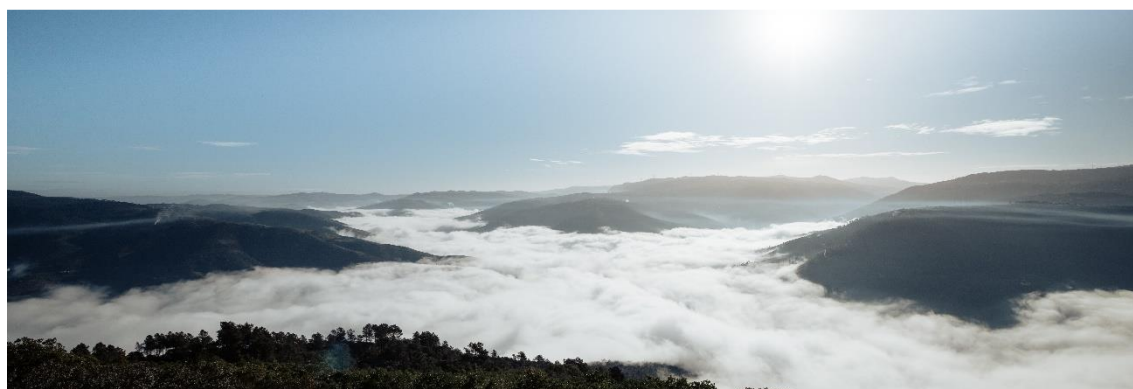




DIAGNÓSTICO SOCIAL CONCELHO DO PESO DA RÉGUA 2024-2028





FICHA TÉCNICA

Câmara Municipal do Peso da Régua

Rede Social do Peso da Régua

Praça do Município

5050-003 Peso da Régua

Tel. 254 320 230

Coordenação: Equipa Radar Social

Apoio: Núcleo Executivo do CLAS do Peso da Régua

Aprovado em Conselho Local de Ação Social em 20 de junho de 2024.



REPÚBLICA
PORTUGUESA



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU



COMPOSIÇÃO DO CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL (CLAS) DE PÊSO DA RÉGUA

Associação Comercial, Industrial dos Concelhos do Pêso da Régua, Santa Marta de Penaguião e Mesão Frio - ACIR

Associação Cultural e Beneficente de Santa Maria de Sedielos

Associação Cultural e Recreativa da Juventude de Sedielos

Associação Cultural e Social dos Amigos e Moradores do Bairro das Alagoas

Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento

Associação da Região do Douro para Apoio a Deficientes

Associação de Assistência de Nossa Senhora das Candeias

Associação Humanitária dos Bombeiros do Pêso da Régua

Associação “O Baguinho”

Câmara Municipal do Pêso da Régua

Casa do Povo de Godim, Régua e Covelinhas

Casa do Povo de Vilarinho dos Freires

Centro Comunitário da Casa do Povo de Fontelas

Centro de Saúde do Pêso da Régua – ACES Douro Norte

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Vila Real – ISS, I.P

Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro

Centro Social e Paroquial D. Manuel Vieira de Matos

Centro Social Paroquial S. Pedro Loureiro

Centro de Respostas Integradas de Vila Real – CRI - ARSNorte

Clube Caça e Pesca do Alto Douro

CNE – Agrupamento 282 – Godim

CNE – Agrupamento 840 – Moura Morta



PRR
Plano de Recuperação
e Resiliência



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**



**Financiado pela
União Europeia**
NextGenerationEU



Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

Cruz Vermelha Portuguesa, Núcleo de Peso da Régua

Destacamento Territorial da GNR de Peso da Régua

Diaverum – Centro Renal

Equipa Móvel de Apoio à Vítima - APAV

Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo

Escolas | João de Araújo Correia Peso da Régua

European Anti-Poverty Network – Núcleo Distrital de Vila Real - EAPN

Instituto Português da Juventude e do Desporto

Museu do Douro

Patronato Padre Alberto Teixeira de Carvalho

Santa Casa da Misericórdia de Peso da Régua

União das Freguesias de Moura Morta e Vinhós

União das Freguesias do Peso da Régua e Godim

União das Freguesias de Poiares e Canelas

União das Freguesias de Galafura e Covelinhas

Freguesia de Sedielos

Freguesia de Loureiro

Freguesia de Fontelas

Freguesia de Vilarinhos dos Freires

Universidade Aberta – Centro Local de Aprendizagem de Peso da Régua

Universidade Sénior





COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO EXECUTIVO DO CLAS DE PESO DA RÉGUA (Biénio 2024-2026)

Câmara Municipal do Peso da Régua

Centro Distrital de Segurança Social

Unidade Local de Saúde

Agrupamento Escolas João de Araújo Correia

Centro Social e Paroquial S. Pedro Loureiro

Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua

Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento



PRR
Plano de Recuperação
e Resiliência



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**



**Financiado pela
União Europeia**
NextGenerationEU



MENSAGEM DO PRESIDENTE

O Município de Pêso da Régua, enquanto órgão da administração pública local, é um agente que assume o duplo papel de catalisador e de promotor das políticas públicas que desenvolve. Especialmente pela sua missão de afirmação do território, perante as cada vez maiores exigências atuais, desencadeadas por fatores transversais, socioeconómicos, tecnológicos, climáticos e migratórios, as políticas futuras impõem novos modelos de governação, pela necessidade de envolver múltiplos atores, que extravasam as tipificações tradicionais de atuação dos municípios.

O compromisso coletivo de atingirmos os objetivos e metas aprovados pelas Nações Unidas para um futuro sustentável para todos a delegação de competências do estado nos municípios em áreas como a Ação Social, educação, saúde, proteção civil, cultura, habitação, convoca-nos a todos para um comprometimento, pessoal e institucional numa ação coletiva que assume a coesão social como uma responsabilidade partilhada.

O Diagnóstico Social facilita a definição de estratégias, visando a promoção do desenvolvimento local e a coesão social, numa lógica de planeamento participado e integrado por todos, procurando obter respostas inovadoras e a rentabilização dos recursos locais, assente numa base de compromisso e de corresponsabilização de todos os parceiros e resulta dos contributos dos vários parceiros e espelha os méritos e as fraquezas da realidade social do Concelho de Pêso da Régua

Numa época em que os serviços da administração local estão a ser solicitados a assumir outras competências, até aqui assumidas pela administração central, é importante que os serviços tenham ferramentas que reforcem a sua capacidade de atuação para os desafios que o trabalho de proximidade vai ter nos próximos anos.

Mais uma vez a comunicação e uma rede forte em parcerias, acoplados a princípios como o do equilíbrio, da inclusão, da sustentabilidade, da equidade, da qualidade de vida, da economia justa, da integração social, da aceitação pela diversidade, da proteção climática e do diálogo cultural e religioso serão o garante do sucesso.

A intervenção que privilegie um desenvolvimento social mais harmonioso, solidário e inclusivo reunirá maiores probabilidades de ser mais bem-sucedido se tiver como base o trabalho em rede em que a proximidade e a participação dos diferentes atores sociais são fatores essenciais ao sucesso das políticas a implementar.

Para esse objetivo, o Diagnóstico Social configura-se como um documento estratégico.

O Presidente da Câmara Municipal do Pêso da Régua

José Manuel Gonçalves



PRR
Plano de Recuperação
e Resiliência



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**



**Financiado pela
União Europeia**
NextGenerationEU

AGRADECIMENTOS

O documento que por ora se apresenta, o Diagnóstico Social 2024-2028, já na sua quarta atualização, desde a implementação da Rede Social local em 2008 e o Plano de Desenvolvimento Social (PDS), são instrumentos de planeamento de referência para a definição da estratégia do desenvolvimento social local, constituindo-se como documentos base ao longo do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Rede Social, concretamente pelo Conselho Local de Ação Social (CLAS) e respetivo Núcleo Executivo (NE).

Neste sentido, o diagnóstico social designa uma etapa fundamental no processo de intervenção social porque é um instrumento que permite conhecer a realidade social de determinada população através de uma análise permanente, onde se identificam as necessidades e os problemas, bem como as suas causalidades e evolução no tempo.

Para se elaborar um diagnóstico social é necessário, recolher, organizar, analisar e interpretar dados acerca de uma determinada realidade, sistematiza-los e através da organização desse conhecimento, compreender quais as necessidades e problemas existentes, o seu porquê; qual o contexto dessa situação; quais os recursos disponíveis para minimizar ou resolver essas questões, a médio prazo; identificar os fatores que as influenciam, condicionam ou determinam, de acordo com as várias opções de intervenção; quais as decisões acerca das prioridades de intervenção estratégias a acionar e por último quais os fatores que condicionam a sua viabilidade e eficácia

De salientar que todas estas ações têm por base o trabalho de parceria realizado pelas instituições que atuam na linha da frente na área social em prol da comunidade. Como tal o meu agradecimento a todos aqueles que colaboraram na concretização deste instrumento. Agradeço igualmente a todos os elementos do Núcleo Executivo do CLAS de Peso da Régua, que contribuíram ativamente para a concretização deste documento.

Uma palavra final para o Dr. Ricardo Duarte e a sua equipa da ação social do Município pelo trabalho exemplar desenvolvido ao longo dos últimos tempos, um agradecimento especial para a Dra. Maria João Lima para o Dr. Hugo Borges e para a equipa do Radar Social, a Dra. Sónia Amaral e Maria da Glória Machado, pelo brilhante trabalho na elaboração deste diagnóstico social

O Presidente do CLAS do Peso da Régua

Eduardo Jorge Ribeiro Pinto

ÍNDICE

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	11
ÍNDICE DE FIGURAS	15
INTRODUÇÃO	18
PARTE I	19
DIAGNÓSTICO SOCIAL	19
1. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO CONCELHO DO PESO DA RÉGUA.....	20
1.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO	20
1.2. CARATERIZAÇÃO FÍSICA	22
1.2.1. CARATERIZAÇÃO CLIMÁTICA	26
1.2.2 CARATERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA (CENSOS 2021)	27
1.2.3 CARATERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA DO CONCELHO DE PESO DA RÉGUA	32
2. EDUCAÇÃO	34
2.1 PANORAMA CONCELHIO	35
2.2 OFERTA EDUCATIVA.....	36
2.2.1 ENSINO PRÉ-ESCOLAR	37
2.2.2 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO	38
2.2.3 2º E 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO	38
2.2.4 ENSINO SECUNDÁRIO E PROFISSIONAL	39
2.2.5 ENSINO SUPERIOR.....	41
2.3 CENTRO QUALIFICA.....	42
2.4 AÇÃO SOCIAL ESCOLAR DO MUNICÍPIO	42
3. SAÚDE.....	44
3.1 UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS	46
4. EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	46
4.1 DESEMPREGO NO CONCELHO.....	47
4.2 GABINETES DE INSERÇÃO PROFISSIONAL	50
5. HABITAÇÃO.....	50
5.1 HABITAÇÃO EM REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO (HABITAÇÃO SOCIAL)	51

5.1.1. ENQUADRAMENTO GERAL DOS NÚCLEOS HABITACIONAIS – PROPRIEDADE / GESTÃO DA CÂMARA MUNICIPAL.....	52
5.1.2. PROPRIEDADE DO INSTITUTO DA HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA (IHRU).....	56
5.2 CARATERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS HABITACIONAIS – PROPRIEDADE / GESTÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	57
5.2.1 CARATERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS HABITACIONAIS – PROPRIEDADE DO INSTITUTO DA HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA.....	62
6. COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS.....	63
6.1.1 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ALARGADA	64
6.1.2 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO RESTRITA.....	64
6.2 ATIVIDADE PROCESSUAL	64
6.2.1 VOLUME PROCESSUAL GLOBAL	64
6.2.2 ENTIDADES SINALIZADORAS	65
6.2.3 MODALIDADES DE CONTACTO DAS SINALIZAÇÕES	66
6.3 CARACTERIZAÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS	66
6.3.1 CRIANÇAS E JOVENS ACOMPANHADOS POR NACIONALIDADE	67
6.3.2 PROBLEMÁTICAS SINALIZADAS	67
6.4 MEDIDAS DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO APLICADAS.....	68
6.4.1 ARQUIVAMENTO DOS PROCESSOS DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO	69
6.5 PROJECTOS	69
6.5.1 SOMOS ESCOLA, SOMOS COMUNIDADE	69
6.6 CAMPANHA PRIMEIROS ANOS DE VIDA A NOSSA PRIORIDADE	71
6.7 REDE ESPECIALIZADA PARA A INTERVENÇÃO NA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E EM CONTEXTO FAMILIAR – RIVD – COMARCA/DISTRITO DE VILA REAL	72
7. RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO.....	72
7.1 CARATERIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DA MEDIDA RSI.....	73
7.1.1 PROBLEMAS E VULNERABILIDADES	75
7.1.2 COMPETÊNCIAS/POTENCIALIDADES	76
7.1.3 CONSTRANGIMENTOS E COMPETÊNCIAS LOCAIS PARA A INSERÇÃO	76
7.2. INSERÇÃO SOCIAL	76
7.2.1. DISTRIBUIÇÃO DAS AÇÕES DE INSERÇÃO POR ÁREAS DE INTERVENÇÃO.....	76
8. REDE DE EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS.....	77
8.1. CARATERIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS	78

8.1.1 - COBERTURA DAS VALÊNCIAS DA ÁREA SOCIAL	80
9. ASSOCIATIVISMO	83
PARTE II – PROBLEMAS DO TERRITÓRIO	86
EIXOS DE INTERVENÇÃO ESTRATÉGICA	86
1. PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS – EIXOS DE INTERVENÇÃO ESTRATÉGICA	87
1.1. EIXO I – SAÚDE SAÚDE MENTAL	93
2 EIXO II – FAMÍLIA E COMUNIDADE GRUPOS VULNERÁVEIS	99
2.1 POPULAÇÃO IDOSA	101
2.2 POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA	106
2.2.1 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DA ARDAD	108
2.2.2 CARATERIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO 2000 DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO – A2000	110
2.2 FAMÍLIAS CARENCIADAS	113
2.3 CRIANÇAS E JOVENS	117
3. EIXO III - HABITAÇÃO	124
4. EIXO IV – EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO	129
PARTE III	132
PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (PDS)	132
CONCLUSÃO	145
BIBLIOGRAFIA	146

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABREV. & SIGLAS	SIGNIFICADO
AAAF	Atividades de Animação e Apoio à Família
AC	Apoio à Colocação
ACES	Agrupamentos de Centros de Saúde
AEC	Atividade de Enriquecimento Curricular
AEJAC	Agrupamento de Escolas João Araújo Correia
AFD	Atividade Física e Desportiva
APAV	Associação de Apoio à Vítima
APC	Acompanhamento Pós Colocação
ARDAD	Associação da Região do Douro para Apoio a Deficientes
ASE	Ação Social Escolar
ATL	Atividades Tempos Livres
CAARPD	Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade
CAFAP	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental
CAO	Centro de Atividades Ocupacionais
CCE-CP	Casas Construídas através de Empréstimos: Casas do Povo
CD	Centro de Dia
CE	Centro Escolar
CEB	Ciclo do Ensino Básico
CEF	Curso de Educação e Formação
CLDS	Contrato Local de Desenvolvimento Social
CMPIPR	Comissão Municipal de Proteção ao Idoso de Peso da Régua
CMPR	Câmara Municipal Peso da Régua
CNE	Corpo Nacional de Escuteiros
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CRI	Centro de Respostas Intervenção

CRIP	Centro de Recursos para a Inclusão Profissional
DGERT	Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho
DGS	Direção Geral Saúde
DS	Diagnóstico Social
EI	Ensino de Inglês
ELH	Estratégia Local de Habitação
ELI	Equipa Local de Intervenção
ERPI	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
ECMIJ	Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude
FSE	Fundo Social Europeu
FAEC	Fundo de Auxílio Europeu aos Carenciados
GAAF	Gabinete de Apoio ao Aluno e Família
GIP	Gabinete de Inserção Profissional
GNR	Guarda Nacional Republicana
IAOQE	Informação, Avaliação e Orientação para a Qualificação e Emprego
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IGAPHE	Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado
IHRU	Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana
INE	Instituto Nacional de Estatística
INH	Instituto Nacional Habitação
IPI	Intervenção Precoce na Infância
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
ISS	Instituto de Segurança Social
JI	Jardim de Infância
LIJ	Lar de Infância e Juventude
LPCJP	Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo
MP	Ministério Público
MTSSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

NGPH	Nova Geração de Políticas de Habitação
NIAVE	Núcleo de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas
NLI	Núcleo Local de Inserção
NLGPI	Núcleo Local de Garantia para a Infância
NUTS	Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
NUTS II	Unidade Territorial do Norte (no total são 9 regiões)
NUTS III	Unidade Territorial do Douro e Trás-os-Montes (no total são 26)
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODDH	Observatório de Deficiência e Direitos Humanos
OMS	Organização Mundial de Saúde
PCDI	Pessoas com Deficiência ou Incapacidade
PDS	Plano de Desenvolvimento Social
PIEF	Plano Integrado de Educação e Formação
PIPSE	Plano Intermunicipal de Promoção Sucesso Escolar
PLS	Plano Local de Saúde
POISE	Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
PROCOOP	Programa de Celebração ou Alargamento dos Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento das Respostas Sociais
PPP	Processo de Promoção e Proteção
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
QNQ	Quadro Nacional Qualificações
RDD	Região Demarcada do Douro
RVD	Rede Especializada para a Intervenção na Violência Doméstica
RMG	Rendimento Mínimo Garantido
RNCCI	Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados
RSES	Rede de Serviços e Equipamentos Sociais
RSI	Rendimento Social de Inserção
SAD	Serviço de Apoio Domiciliário
SAAS	Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social



SICAD	Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
SNIP	Sistema Nacional de Intervenção Precoce
TEIP	Territórios Educativos de Intervenção Prioritária
UCCI	Unidade de Cuidados Continuados Integrados
UF	União de Freguesias
UFS	Unidade de Saúde Familiar
ULS	Unidades de Saúde Local
VGP	Volume Processual Global



PRR
Plano de Recuperação
e Resiliência



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**



**Financiado pela
União Europeia**
NextGenerationEU

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Enquadramento do Concelho do Peso da Régua na Região Demarcada do Douro.	20
Figura 2 - Localização do Concelho do Peso da Régua, enquadrada da NUTII Norte.....	21
Figura 3 - Rede viária do concelho do Peso da Régua.....	22
Figura 4 - Mapa hipsométrico do concelho do Peso da Régua.	23
Figura 5 - Rede hidrográfica do concelho do Peso da Régua.	24
Figura 6 - Declives do concelho do Peso da Régua.	24
Figura 7 - Declives preferenciais do concelho do Peso da Régua.	25
Figura 8 - Exposições do concelho do Peso da Régua.	25
Figura 9 - Gráfico termo pluviométrico da estação meteorológica do Peso da Régua.....	26
Figura 10 - População residente, por freguesia, em 2021.	27
Figura 11 - Densidade Populacional, por freguesia, em 2021.....	27
Figura 12 - Variação da população residente, por freguesia, em 2021.	28
Figura 13 - Índice de envelhecimento, por freguesia, em 2021.	29
Figura 14 - Índice de sustentabilidade potencial, por freguesia, em 2021.	30
Figura 15 - Taxa de analfabetismo, por freguesia, em 2021.....	30
Figura 16 - Proporção da população com 15 ou mais anos sem nível de escolaridade completo, por freguesia, em 2021.	31
Figura 17 - Proporção da população residente com idade entre 20 e 24 anos com pelo menos o ensino secundário completo, por freguesia, em 2021.	31
Figura 18 - Proporção da população residente com idade entre 30 e 34 anos com pelo menos o ensino superior completo, por freguesia, em 2021.	32
Figura 19 - População empregada no setor primário, por freguesia, em 2021.	33
Figura 20 - População empregada no setor secundário, por freguesia, em 2021.....	33
Figura 21 - População empregada no setor terciário, por freguesia, em 2021.	34
Figura 22 - População residente com 15 e mais anos segundo o nível de escolaridade mais elevado completo.....	36
Figura 23 - Rede Educativa do Município de Peso da Régua no ano letivo 2023/2024	36
Figura 24 - Educação Pré-escolar, no município de Peso da Régua, no ano letivo 2023/2024	37
Figura 25 - Turmas do 1.º Ciclo do Ensino Básico Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia, ano letivo 2023/2024	38
Figura 26 - Turmas do 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia, ano letivo 2023/2024..	39
Figura 27 - Alunos que frequentam o ensino secundário no ano letivo 2023/2024	40
Figura 28 - Cursos ministrados no ensino secundário profissional no ano letivo 2023/2024.....	41
Figura 29 -- Ação Social Escolar, no ano letivo 2023/2024, no Município do Peso da Régua	42
Figura 30 - Distribuição população por grupo etário e género, fonte: INE, PORDATA	44
Figura 31 -- População por grandes grupos etários ACES Douro Norte, fonte: INE, PORDATA	44
Figura 32 -Organograma ACES Douro Norte, fonte PLS 2021-2030.....	45

Figura 33 -Distribuição dos profissionais de saúde pelas várias unidades.....	45
Figura 34 -Distribuição da população residente do ACES Douro Norte por freguesia, 2021, fonte INE, PORDATA – Censos 2021	45
Figura 35 -Distribuição dos profissionais da UCCI – Santa Casa Misericórdia Peso da Régua	46
Figura 36 -- Número de Utentes desempregados no Concelho por género, faixa etária e situação face ao emprego	48
Figura 37 -Número de Utentes desempregados divididos pelas Freguesias do Concelho por género	49
Figura 38 -Número de Utentes desempregados no Concelho por género e situação face ao emprego	49
Figura 39 - Localização Núcleo 1 – Hotel Vilhena	52
Figura 40 - Localização Núcleo 2 – Bairro Junta Autónoma das Estradas	52
Figura 41 - Localização Núcleo 3 – Bairro Avenida Diocese de Vila Real	53
Figura 42 - Localização Núcleo 4 – “Bairro Branco”	53
Figura 43 - Localização Núcleo 5 – Bairro Quinta da Azenha	54
Figura 44 - Localização Núcleo 6 – Bairro de Moura Morta	54
Figura 45 - Localização Núcleo 7 – Bairro de Fontelas	55
Figura 46 - Localização Núcleo 9 – Escola da Presegueda.....	55
Figura 47 - Localização Núcleo 8 – Escola de Fontelas	55
Figura 48 - Localização Núcleo 10 – Bairro das Alagoas	56
Figura 49 - Localização Núcleo 11 – Bairro Fundo Fomento da Habitação (Sacadura Cabral).....	56
Figura 50 - Caraterização Processual em 2023, Fonte: CPCJ Peso da Régua, 2023	65
Figura 51 - Entidades Sinalizadoras em processos de 2023.	65
Figura 52 - Comunicações rececionadas durante o ano de 2023 em função da modalidade de contacto utilizado....	66
Figura 53 - Número de crianças e jovens acompanhados, no ano de 2023, em função do sexo.....	66
Figura 54 - Número de crianças e jovens acompanhados por Faixa etária e Sexo, ao longo do ano de 2023.	67
Figura 55 - Nacionalidade das crianças e jovens acompanhadas durante o ano de 2023.	67
Figura 56 - Problemáticas sinalizadas no ano 2023.....	68
Figura 57 - Medidas de Promoção e Proteção Aplicadas durante o ano de 2023.....	68
Figura 58 - Processos arquivados/cessados por motivo em 2023.....	69
Figura 59 – Imagem Logotipo: Campanha - Primeiros anos, a nossa prioridade.....	72
Figura 60 - Imagem - Logotipo: RIVD – Distrito de Vila Real.	72
Figura 61 - Distribuição dos beneficiários por freguesia. Fonte: Santa Casa da Misericórdia/Equipa Protocolo RSI, 2023.	73
Figura 62 – Distribuição do N.º beneficiários/as por grupo etário.	74
Figura 63 -Distribuição dos valores da prestação do RSI por escalão.	74
Figura 64 - Distribuição da tipologia das famílias Beneficiárias RSI.	75
Figura 65 - Ações de Inserção por área de intervenção.....	77
Figura 66 -Caracterização dos equipamentos sociais por freguesias, Fonte: IPSS.....	79
Figura 67 – Distribuição dos equipamentos sociais por freguesias nos anos 2008/2015/2020/2024.	80
Figura 68 – Distribuição das IPSS por freguesia.	82
Figura 69 -Distribuição das associações por tipologia	85

Figura 70 - Natureza/Estatuto das Entidades que participaram no Inquérito por Questionário.....	87
Figura 71 -Área(s) de atividade em que a entidade atua no Concelho.	88
Figura 72 -Caraterização das áreas problemáticas prioritárias para a Rede Social do Peso da Régua.	89
Figura 73 -Problemáticas Sociais Identificadas no levantamento de necessidades pelos elementos do CLAS.	97
Figura 74 - Identificação das problemáticas sociais relativas ao Eixo II, pelos parceiros do CLAS.	100
Figura 75 -Instituições de apoio à população idosa no Peso da Régua, suas valências e capacidade.....	102
Figura 76 -Idosos em Situação de Vulnerabilidade por freguesia nos anos 2021, 2022 e 2023.....	104
Figura 77 -Identificação problema/necessidade social relativa aos idosos, identificados pelos parceiros CLAS. ...	105
Figura 78 -Identificação da causa(as) desse problema, pelos parceiros do CLAS.	105
Figura 79 -Identificação dos recursos a mobilizar para a redução/resolução desse problema/necessidade social, pelos parceiros do CLAS.	106
Figura 80 - Distribuição dos clientes da A.R.D.A.D por sexo.	108
Figura 81 - Distribuição dos clientes da A.R.D.A.D por faixa etária.	108
Figura 82 -Tipo de Deficiência ou Incapacidade dos Clientes da A.R.D.A.D.....	109
Figura 83 -Quadro Resumo dos Serviços da A2000 e sua capacidade.	112
Figura 84 -Caraterização dos clientes do Concelho Peso da Régua que frequentam os Serviços da A2000.	112
Figura 85 - Identificação das causas/necessidades sociais das famílias carenciadas, pelos parceiros do CLAS. ...	113
Figura 86 - Identificação dos recursos a mobilizar, segundo os parceiros do CLAS.	113
Figura 87 - Identificação de propostas de intervenção para a redução da problemática, famílias carenciadas, segundo parceiros do CLAS.	113
Figura 88 - Crimes de violência doméstica no concelho do Peso da Régua (última atualização dezembro 2023/ Fonte: GNR de Vila Real).....	117
Figura 89 - Identificação das causas/necessidade social, relativo às crianças e jovens, segundo parceiros do CLAS.	119
Figura 90 - Identificação dos recursos a serem mobilizados para a resolução/redução, da problemática das Crianças e Jovens segundo os parceiros do CLAS	120
Figura 91 - Identificação de propostas de intervenção, para a redução da problemática Crianças e Jovens, segundo os parceiros do CLAS.....	120
Figura 92 - Identificação das causas da problemática Minorias étnicas e População Imigrantes, segundo os parceiros do CLAS	121
Figura 93 – Identificação das propostas de intervenção para a redução da problemática Minorias Étnicas e População Imigrante, segundo os parceiros do CLAS.....	121
Figura 94 - Identificação das problemáticas sociais do Emprego e Atividade Económica, segundo os parceiros do CLAS.....	125
Figura 95 - Identificação das causas da problemática do Emprego/ Atividade Económica, segundo os parceiros do CLAS.....	126
Figura 96 – Propostas de intervenção para a redução da problemática do Emprego/Atividade Económica, segundo parceiros do CLAS.	126
Figura 97 - Identificação dos pontos fracos da problemática da Educação, segundo os parceiros do CLAS.....	129

INTRODUÇÃO

O Diagnóstico Social (DS) é um instrumento dinâmico sujeito a atualização periódica, resultante da participação dos diferentes parceiros, que permite o conhecimento e a compreensão da realidade social através da identificação das necessidades, da deteção dos problemas prioritários e respetiva causalidade, bem como dos recursos, potencialidades e constrangimentos locais.

A atualização do DS e do PDS, resulta de um processo participativo, onde estiveram envolvidas as entidades que integram o Conselho Local de Ação Social (CLAS), partindo da premissa que apenas com a auscultação de todos aqueles que intervêm na malha social concelhia, como as entidades locais, as instituições particulares de solidariedade social, as juntas de freguesia, os dirigentes e os técnicos, é possível delinear uma estratégia de ação eficaz na promoção do desenvolvimento social e no combate à exclusão social, permitindo-nos aceder às especificidades do território, e não somente a dados gerais, que acabavam por não traduzir as problemáticas específicas do Concelho.

O Diagnóstico Social é um instrumento de base e apoio à elaboração do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) pretende-se que este sustente um planeamento eficaz e efetivo da intervenção social no próximo quadriénio no Concelho do Peso da Régua.

De referir ainda que o Diagnóstico Social, tem como fonte os dados do INE, relativos a Portugal, NUTII Norte, NUT III Douro e Concelho do Peso da Régua e dados por freguesia relativos aos Censos de 2021 (última atualização disponível) e dados cedidos pelas entidades que compõem o CLAS, em conformidade com as suas áreas de operacionalização, que refletem uma descrição mais fidedigna da realidade do concelho do Peso da Régua.

Esta nova atualização do DS surge no âmbito do Projeto Radar Social, candidatura apresentada pelo município do Peso da Régua de acordo com o aviso N.º 07/C03-i01/2023, que possibilita o financiamento, através do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), para a criação de equipas multidisciplinares, mobilizadas para cumprir a primeira fase deste projeto, atualização de todos os instrumentos locais, como o DS e o PDS, ferramentas essenciais para a constituição e implementação de medidas de carácter social no nosso Concelho.



PARTE I

DIAGNÓSTICO SOCIAL

1. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO CONCELHO DO PESO DA RÉGUA

1.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

O concelho do Peso da Régua localiza-se na região Norte de Portugal, na margem direita do Rio Douro, sendo a porta de entrada para a mais antiga Região Demarcada do mundo. Em 1756, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, ministro do Rei D. José I, lançou as bases da constituição da Região Demarcada do Douro (RDD), consagrada em parte como Património Mundial da UNESCO em 2001 (Figura 1). Esta distinção torna o concelho de Peso da Régua, como parte integrante da RDD e do Alto Douro Vinhateiro Património Mundial, dando assim visibilidade mundial ao município com destaque para a singular identidade local, fortemente relacionada com o uso da terra, particularmente com a secular cultura da vinha e do vinho.

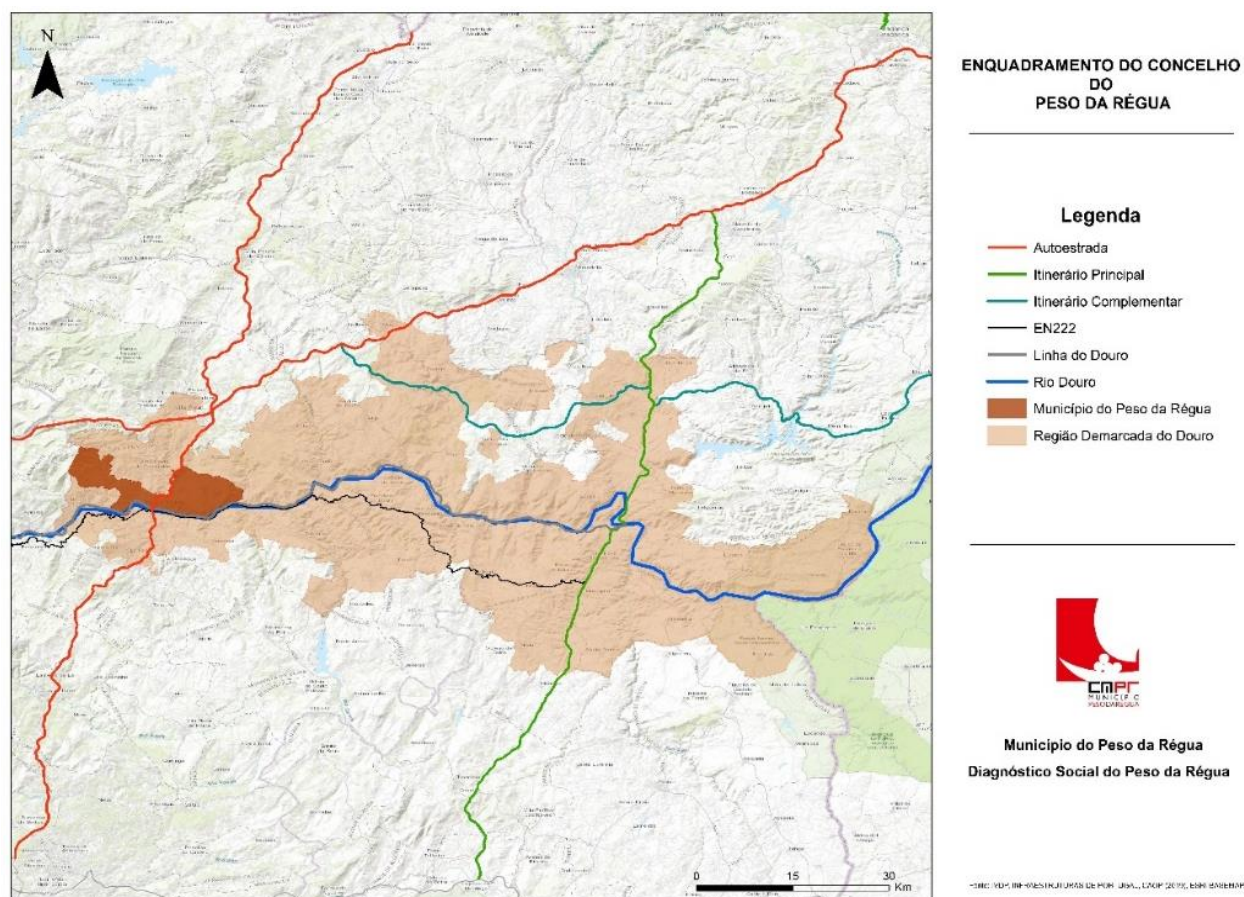


Figura 1 - Enquadramento do Concelho do Peso da Régua na Região Demarcada do Douro.

O Município de Peso da Régua está integrado na NUT II Norte e NUT III Douro e tem como limites a Norte os concelhos de Santa Marta de Penaguião e Vila Real, a Este Sabrosa, a Sul os concelhos de Armamar e Lamego, já na margem esquerda do rio Douro, e a Oeste os concelhos de Mesão Frio e de Baião (Figura 2). Constituem atualmente o município de Peso da Régua 8 freguesias, totalizando uma área 94.8Km², sendo elas: U.F de Poiares e Canelas, U.F de Galafura e Covelinhas, Vilarinho dos Freires, U.F de Peso da Régua e Godim, Fontelas, Loureiro, U.F de Moura Morta e Vinhós e Sedielos (Figura 2).

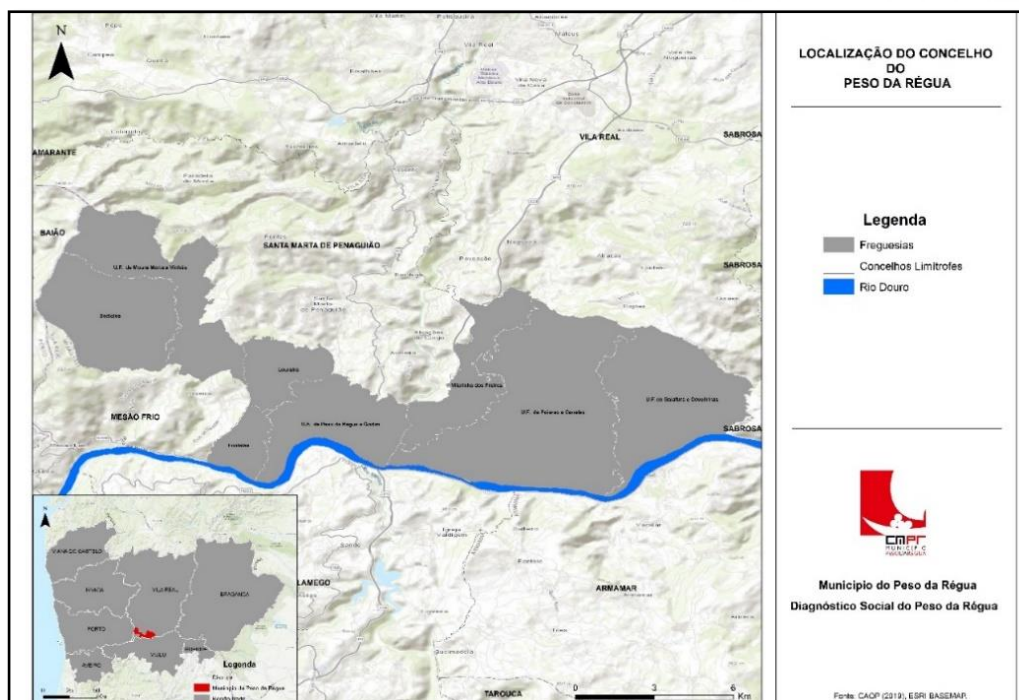


Figura 2 - Localização do Concelho do Peso da Régua, enquadrada da NUTII Norte.

A cidade de Peso da Régua desenvolveu-se aproveitando a morfologia da região, que neste espaço apresenta-se menos acidentada, gozando da proximidade ao Rio Douro, principal via de acesso durante séculos, e via essencial no desenvolvimento da cidade e da região, “apesar dos perigos sempre presentes nas “correntezas”, eram o meio mais seguro de acesso à cidade do Porto, de onde provinham o sal, o peixe, os tecidos, (ou os adubos já no século XIX), e para onde eram transportados o vinho, os citrinos, a amêndoa, o azeite e alguns cereais...” (Pina, 1997, pp. 76). Esta função estruturante do rio juntou-se à fundação na cidade do Peso da Régua da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro em 1756. A Companhia, como era referida, possuiu inúmeros poderes de regulação e até condicionou a ocupação e uso do solo da região das mais variadas formas. Estes elementos na sua globalidade foram estruturantes no povoamento, no desenvolvimento económico da região e decisivos para que a Cidade do Peso da Régua se constituísse o local de concentração das produções vinícolas oriundas do “Baixo Corgo” e fosse, por excelência, o entreposto comercial da Região Duriense. No entanto, a RDD oferecia grandes dificuldades à implementação de vias de comunicação, como afirma PINA (1997), e sofria, por isso, de graves problemas de acessibilidade.

Até ao final do século XIX, “o Alto Douro continuava extremamente periférico, apesar do impacte económico do Vinho do Porto na balança comercial portuguesa.” (PINA, 2003, pp. 4). Esta situação só começou a ser alterada com a construção do caminho de ferro, que chegou à Régua em julho de 1879. O transporte fluvial tornava-se demasiado moroso e dispendioso e o caminho de ferro veio substituí-lo na sua função de via de comunicação, “era notória a supremacia do transporte de vinhos conquistada pelo caminho de ferro enquanto decaía o transporte fluvial, (...)” (PINA, 2003, pp. 15).

Mais recentemente, sobretudo nas últimas duas décadas, o rio Douro viu a sua função de via de comunicação ser revitalizada com o impulso que lhe deu o turismo, com vários operadores a fazerem cruzeiros ao longo do seu curso navegável, atraindo todos os anos milhares de turistas e de dividendos para a região.

No que diz respeito à rede viária, internamente o concelho de Peso da Régua é servido por uma rede de estradas que assegura a ligação entre os diferentes lugares do concelho e as várias sedes de freguesia. A implementação da rede viária veio também influenciar a distribuição da população e acompanhar o seu crescimento, “as manchas de povoamento, (...) posicionam-se preferencialmente em rechãs situadas entre os 350 e os 500 metros de altitude, expandindo-se sobretudo após a década de sessenta, ao longo das principais vias de comunicação” (PINA, 1997, pp.73). Como é característico das áreas mais rurais e dos concelhos do interior, o concelho de Peso da Régua conta também com uma grande extensão de caminhos rurais que podem ser observados na Figura 3.

No eixo Norte-Sul, o concelho de Peso da Régua vê assegurada uma ligação rápida a Lamego e Vila Real através da autoestrada A24, sendo esta a principal via de comunicação que atravessa o município. No entanto, a ligação no eixo Este-Oeste e à cidade do Porto afigura-se ainda bastante insuficiente, contando apenas a Estrada Nacional 108. A ligação a Este é possível através da panorâmica Estrada Nacional 222 já do lado de Lamego (Figura 3).

As ligações ferroviárias atuais permitem apenas a ligação ao Porto e ao Pocinho (Vila Nova de Foz Côa) através da linha do Douro, estando oficialmente a linha do Corgo desativada. (Figura 3)

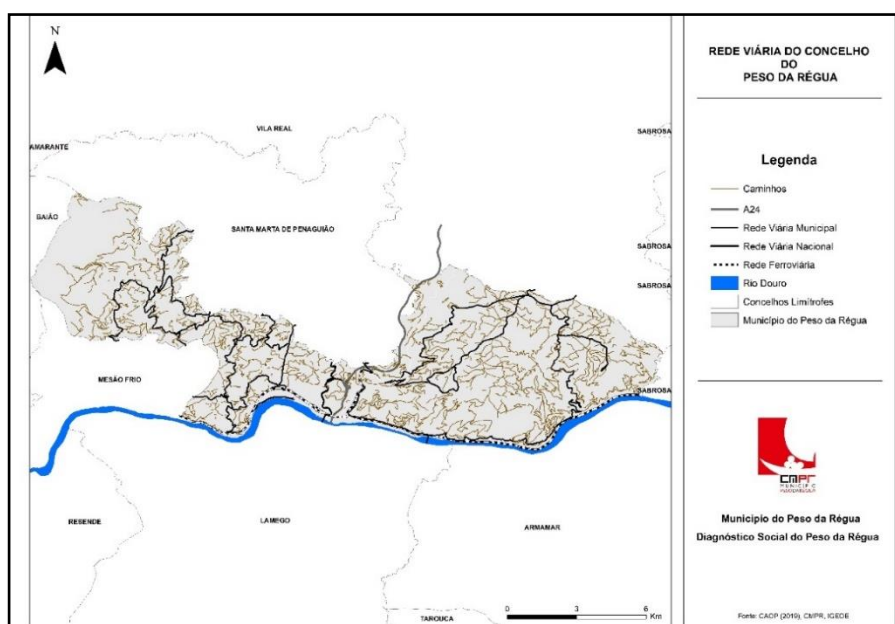


Figura 3 - Rede viária do concelho do Peso da Régua.

1.2. CARATERIZAÇÃO FÍSICA

A geomorfologia desta região é fortemente dominada pelo dorso imponente da Serra do Marão, pelo vale profundo do Douro e pelos vales de alguns afluentes deste rio, (TEIXEIRA, C.; et al, 1967).

No extremo NW do concelho de Peso da Régua ergue-se a Serra do Marão, de natureza essencialmente xisto-quartzítica, onde se registam as maiores altitudes do concelho, 1390 metros (Figura 4). “Estas rochas formam as imponentes cristas do Alto do Marão e da Fraga da Ermida” (CMPT, 1993). O concelho está implantando, quase na totalidade, sobre rochas

metassedimentares do Complexo Xisto-Grauváquico Ante-Ordovício, e que conferem a este território uma morfologia de vertentes arredondadas.

Na localidade de Covelinhas encontra-se o único afloramento granítico do concelho, definido como um afloramento de pequenas dimensões, que parece estar controlado pelo filão-falha de S. Leonardo.

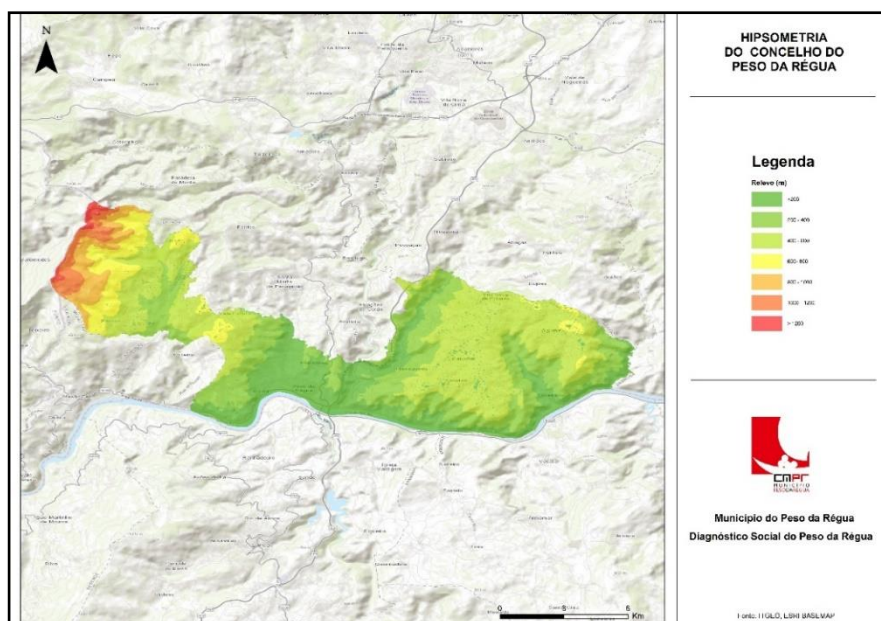


Figura 4 - Mapa hipsométrico do concelho do Peso da Régua.

Destaca-se ainda o marco geodésico de S. Leonardo de Galafura com uma altitude de 637 metros. Esta área corresponde a um filão de quartzo que atinge dimensões consideráveis e uma espessura de 30 metros. Por se encontrar num nível de aplanamento, definido por LAUTENSACH (1998), como um terraço do rio Douro, assim como os níveis aplanados aos 300 metros, S. Leonardo destaca-se na paisagem e é um ponto de referência do concelho por constituir um miradouro sobre o Rio Douro, eternizado pela obra de Miguel Torga.

O rio Douro corre na região meridional do concelho num vale apertado e de vertentes, em geral, abruptas. Apenas na cidade de Peso da Régua, o vale é mais largo existindo mesmo um pequeno terraço fluvial de pouca altitude, a cerca de 75 metros.

Procurando o seu nível de base, os afluentes do Rio Douro abrem vales profundos, (Figura 5), mesmo quando são linhas de água de caudal diminuto ou secos grande parte do ano, *“o seu perfil longitudinal em escadaria traduz a penetração regressiva dos sucessivos níveis de erosão, que os terraços (...) permitem reconhecer no vale do Douro.”* (LAUTENSACH, 1998, pp.147).

A rede hidrográfica do concelho é ainda influenciada pela falha Verín-Penacova, que constitui um vale de fratura aproveitado pelo rio Corgo, e condiciona a orientação Tardi-Hercínica NNE-SSW das principais linhas de água como se verifica na Figura 5.

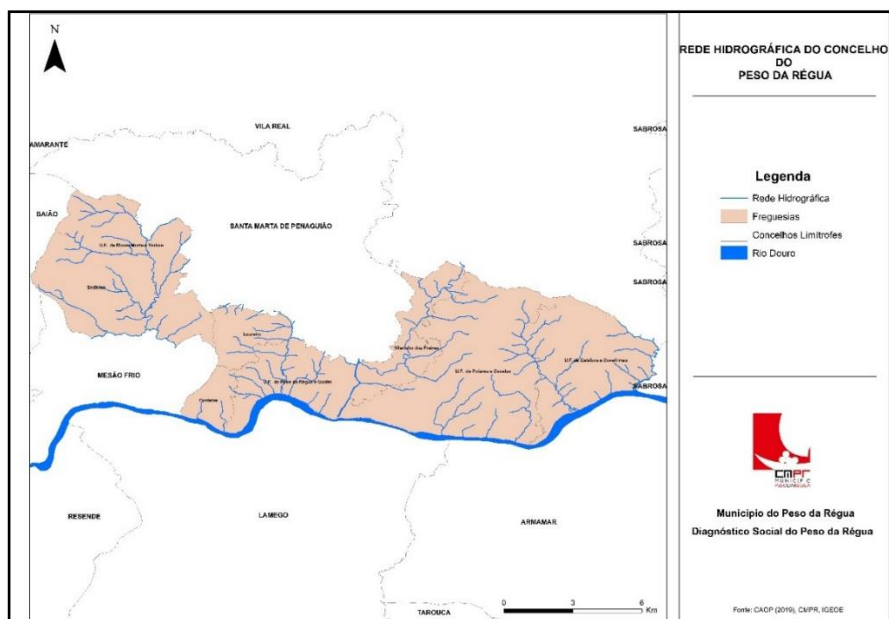


Figura 5 - Rede hidrográfica do concelho do Peso da Régua.

Pelas suas características, geológicas e hidrográficas, Peso da Régua é um concelho com declives bastante acentuados. Destacam-se as vertentes da Serra do Marão, onde se registam os maiores declives, acima dos 45°, o vale do Rio Corgo, o vale da Ribeira de Covelinhas e as vertentes do Rio Douro. HERMANN LAUTENSACH (1998) explica que é sobretudo junto do Douro, onde a densidade dos vales é elevada e forte a intensidade da erosão recente, que encontramos as vertentes mais inclinadas (Figura 6). As áreas mais planas localizam-se do terraço fluvial do Peso da Régua, ao longo da Ribeira da Meia Léguas, e no planalto de Galafura, Poiães e Canelas, cortado pela instalação da Ribeira de Covelinhas.

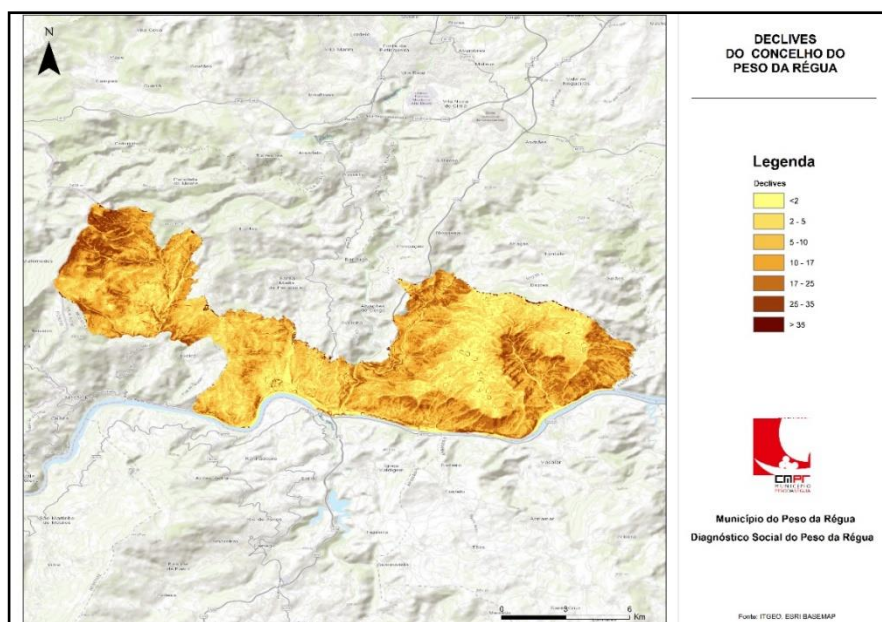


Figura 6 - Declives do concelho do Peso da Régua.

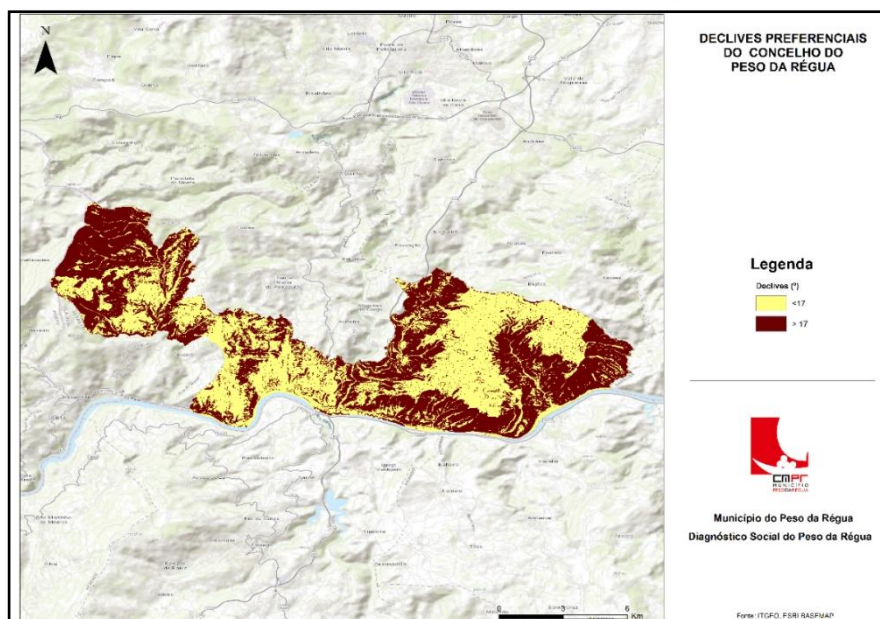


Figura 7 - Declives preferenciais do concelho do Peso da Régua.

Se definirmos os declives em apenas duas classes, tendo como valor de referência os 17° , valor a partir do qual o território é integrado em Reserva Ecológica Nacional, vemos de forma mais nítida as características acidentadas do concelho e os seus níveis de aplanamento, onde encontramos grande parte da área urbana (Figura 7). Devido à sua posição geográfica, as exposições do concelho de Peso da Régua são maioritariamente ao quadrante Sul, apenas nos vales de algumas linhas de água se encontram exposições a Norte. Na Serra do Marão, pela sua orientação Tardi-Hercínica, as exposições dominantes são a Este, bem como no vale da Ribeira da Meia Léguas e na Ribeira de Covelinhas. Esta predominância explica a grande predisposição para o cultivo da vinha nesta região.

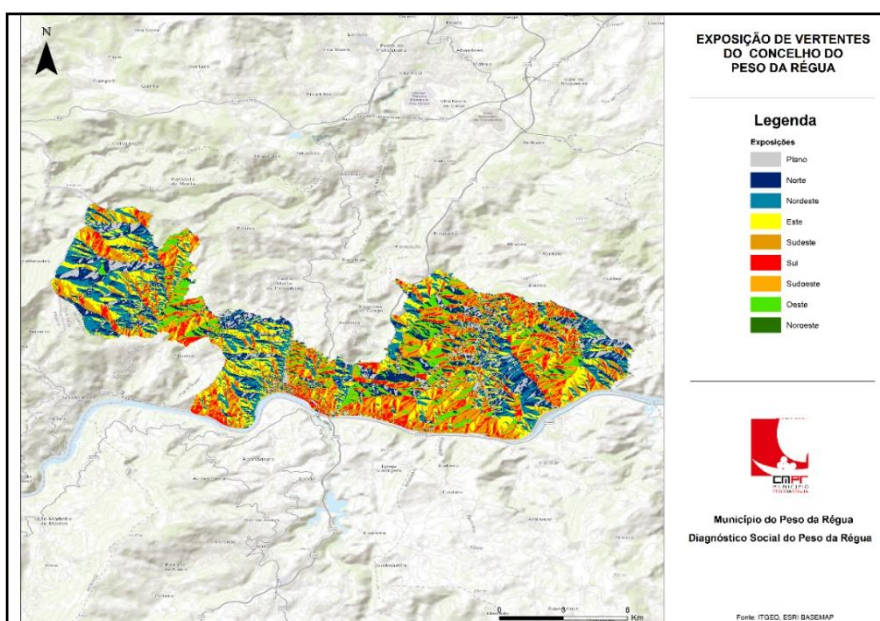


Figura 8 - Exposições do concelho do Peso da Régua.

1.2.1. CARATERIZAÇÃO CLIMÁTICA

O clima de Portugal está relacionado com as massas de ar e centros de ação que a circulação geral da atmosfera comanda nestas latitudes. Situado nas vizinhanças dum limite meteorológico importante, Portugal fica no verão sob a influência do anticiclone subtropical dos Açores, que origina tempo quente e seco. Nas outras estações do ano, com a descida do anticiclone para Sul, fica enquadrado na faixa dos ventos variáveis de Oeste os quais arrastam com frequência, para o território, depressões que correspondem a ondulações da superfície frontal polar e originam tempo chuvoso e instável.

Além das condições gerais, existem condicionalismos locais que influenciam o clima e o tornam tão distinto no território nacional. Eles são em parte resultantes da própria repartição das massas montanhosas, concentradas na metade setentrional do país e interpostas entre a faixa litoral e os planaltos interiores.

Na região do Douro, a própria disposição do vale limita a deslocação das massas de ar para o interior, fazendo com que o ar húmido do Atlântico não penetre para além da barreira montanhosa constituída pela serra de Montemuro, Marão e Alvão, resultando em temperaturas mais elevadas, precipitação e humidade mais reduzidas, que caracterizam a Terra Quente.

Da análise do diagrama termo pluviométrico da estação meteorológica do Peso da Régua para o período 1930-1961 (Figura 9), verificamos que o valor máximo de temperatura se regista nos meses de julho e agosto, 23.2°C. É também no mês de julho que se regista menor precipitação com 12.2 mm.

Como é característico do clima mediterrânico, Peso da Régua conta com quatro meses secos, de junho a setembro, ou seja, meses em que o valor médio de temperatura é superior ao valor médio de precipitação.

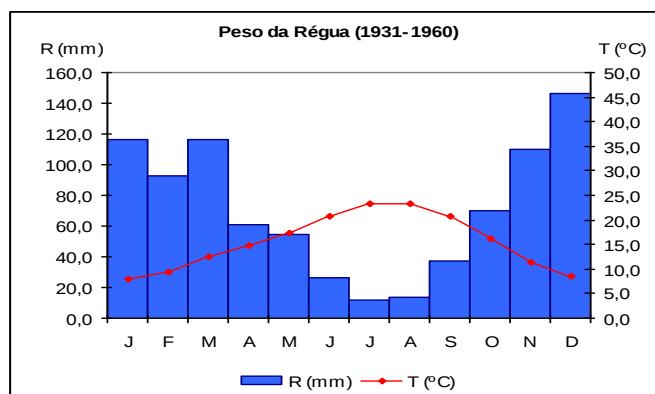


Figura 9 - Gráfico termo pluviométrico da estação meteorológica do Peso da Régua

O pico do valor médio das precipitações verifica-se no mês de março, enquanto os meses mais chuvosos são os de dezembro e janeiro. Isto porque, na primavera, a influência dos anticiclones formados no interior da Península Ibérica cessa e todo o território é invadido por depressões e chuvas abundantes. Os menores valores da precipitação mensal correspondem, naturalmente aos meses de julho e agosto, época em que a intensidade do Anticiclone dos Açores é maior. Segundo RIBEIRO (1999), o clima mediterrânico no território português sofre alterações resultantes das características locais, sem, contudo, lhe retirar as características fundamentais.

1.2.2 CARATERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA (CENSOS 2021)

As perdas populacionais à escala nacional revelam maior expressão nos territórios de baixa densidade, pelo que ao nível da NUT III Douro e ao nível do concelho de Peso da Régua estas são superiores a 10%. De 2011 a 2021 o concelho perdeu, em números absolutos, cerca de 2500 habitantes, sendo as freguesias rurais mais populosas Loureiro e a UF de Poiares e Canelas (Figura 10).

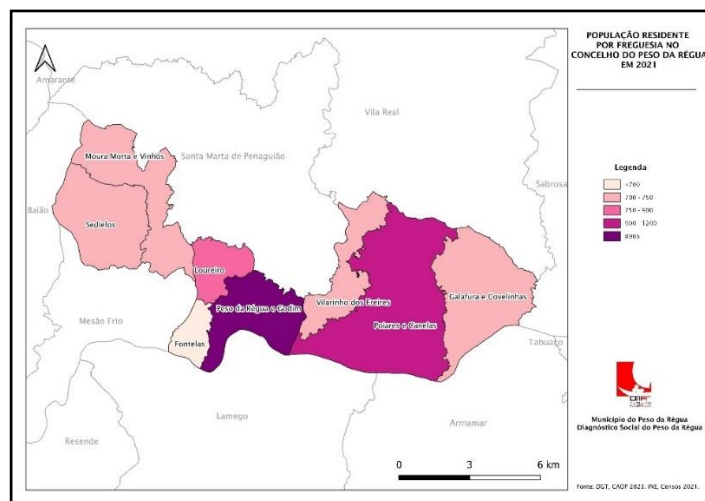


Figura 10 - População residente, por freguesia, em 2021.

Quando observamos a Figura 11, onde se apresenta a Densidade Populacional (2021), verificamos que a UF de Peso da Régua e Godim, núcleo urbano do concelho, apresenta não só o valor mais elevado (879 hab/km²), mas também se distancia cada vez mais da sua envolvente, com as freguesias adjacentes de Fontelas e Loureiro a exibirem valores próximos dos 200 hab/km² e Vilarinho dos Freires 93 hab/km². Os territórios de menor densidade continuam a ser, no quadrante Nascente, a UF de Poiares e Canelas e a UF de Galafura de Covelinhas com menos de 50 hab/ km² e a Poente Sedielos e a UF de Moura Morta e Vinhós próximo dos 60 hab/ km².

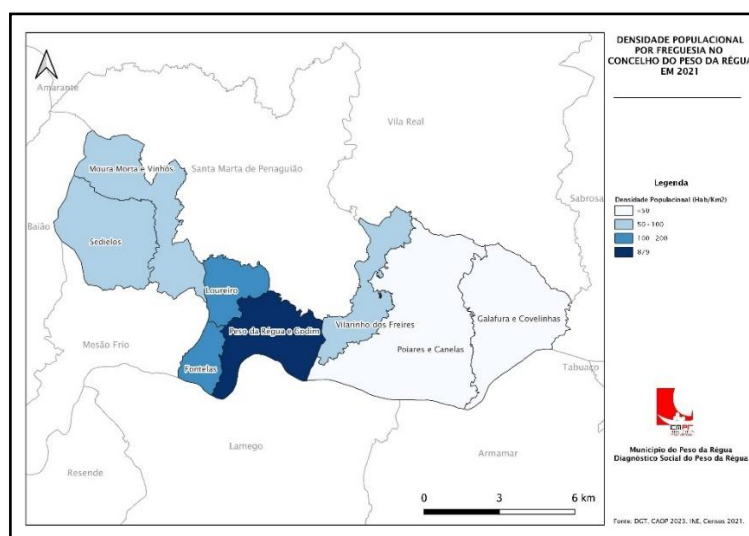


Figura 11 - Densidade Populacional, por freguesia, em 2021.

A Taxa de variação da População Residente, no período de 2011-2021, revela uma região Norte com perdas populacionais (-2,79%) em linha com a tendência nacional (-2,07%), já a NUT III Douro apresentou um decréscimo populacional mais significativo (-10,37%) e o concelho de Peso da Régua de -15,12%.

Ao nível do concelho verifica-se a continua perda de população de todas as freguesias, contrariando a tendência da década anterior, apenas no que respeita ao núcleo urbano de Peso da Régua que nesse período registou um saldo positivo de 4,17%. Atualmente as perdas revelam-se mais acentuadas na UF de Moura Morta e Vinhós (-26,76%), Loureiro (-22,70%), Vilarinho dos Freires (-22,42%), UF de Galafura e Covelinhas (-20,43%) e Sedielos (-19,98%).

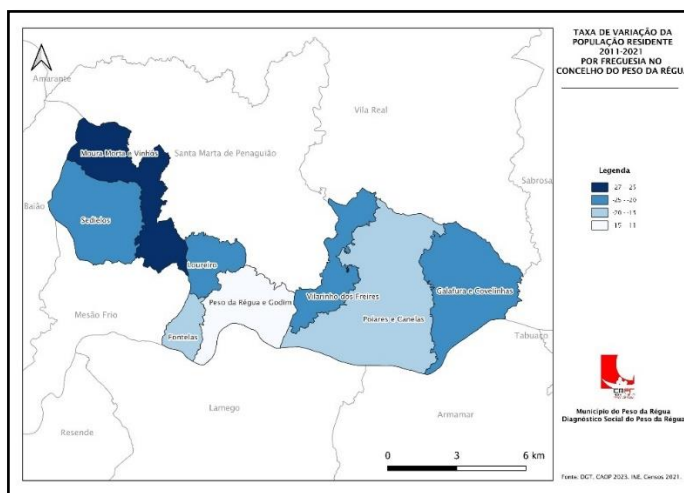


Figura 12 - Variação da população residente, por freguesia, em 2021.

A perda populacional que se verificou nestes 10 anos, associada à diminuição da taxa de natalidade, contribuiu para o aumento significativo do índice de envelhecimento, que na região Norte passou de 113,3 idosos por cada 100 jovens em 2011 para 184,08 em 2021. O cenário agrava-se à medida que baixamos na escala, com a NUT III Douro a passar de 174,88 idosos por cada 100 jovens para 274,44.

Neste contexto, o Município do Peso da Régua apresenta uma relação de 248,71 idosos por cada 100 jovens (Figura 13). Contudo, este valor médio mascara valores ainda mais alarmantes como os verificados na freguesia de Loureiro (416), UF de Poiães e Canelas (397), Vilarinho dos Freires (385), UF de Galafura e Covelinhas (378) e Sedielos (371).

Não obstante, registe-se o facto de o agravamento do envelhecimento da população ter vindo a ocorrer de forma generalizada em todo o território, deixando de ser um fenómeno localizado apenas no interior do país.

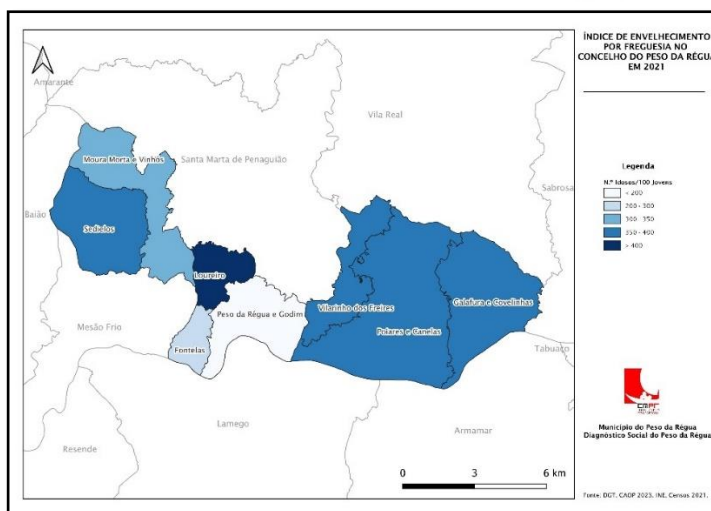


Figura 13 - Índice de envelhecimento, por freguesia, em 2021.

Assim, se na região Norte, 2011 foi um marco em que pela primeira vez a percentagem de idosos ultrapassou a percentagem de jovens, 2021 fez soar o alarme com o valor dos primeiros a quase duplicar face à redução dos segundos e Peso da Régua não foi exceção, acompanhando a tendência da região.

Atendendo aos indicadores concelhios, a freguesia de Loureiro (34,5%), UF de Poiars e Canelas (33,3%) e Sediolos (33,1%) são das que apresentam percentagens mais elevadas de população residente com mais de 65 anos, o que permite compreender o elevado índice de envelhecimento. No caso de Vilarinho dos Freires e UF de Galafura e Covelinhas, para além de uma percentagem significativa de população residente com mais de 65 anos – 27,7% e 28,9%, há ainda uma percentagem de apenas 7,2% e 7,7% de jovens até aos 14 anos. Em contraponto, a UF de Peso da Régua e Godim (12,2%) destaca-se com a percentagem mais elevada de população jovem.

No que diz respeito ao índice de sustentabilidade potencial (Figura 14), que fornece uma medida do número de indivíduos em idade ativa por cada indivíduo idoso, verifica-se que a maioria das freguesias apresenta valores mais baixos que o valor nacional (2,7), sendo de referenciar o valor da freguesia de Loureiro (1,66). Apenas a UF de Peso da Régua e Godim e a freguesia de Fontelas apresentam uma relação de sustentabilidade potencial equiparável, respetivamente com, 2,69 e 2,63, ainda assim com o núcleo urbano do concelho em visível diminuição face à década anterior (Peso da Régua 3,9 e Godim 4,1).

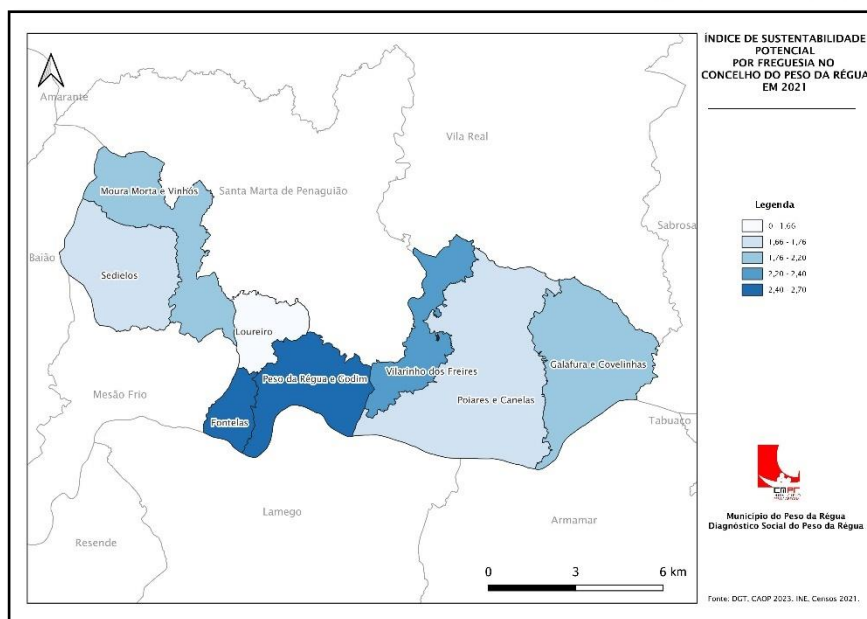


Figura 14 - Índice de sustentabilidade potencial, por freguesia, em 2021.

Quanto à taxa de analfabetismo, em 2021, Peso da Régua apresenta um valor de 5,28%, superior à taxa nacional de 3,08%. De facto, ainda que apenas a UF da cidade se aproxime dos valores nacionais, os valores de todas as freguesias refletem uma continua melhoria face a 2001 e cimentam os progressos desde 2011, em que o concelho registava uma taxa de 7,65% e existiam valores superiores a 15%.

Em 2021 a taxa máxima verifica-se na UF de Poiares e Canelas (12%) e na UF de Galafura e Covelinhas (9%), em parte justificado pela elevada percentagem de população idosa nestas freguesias (Figura 15).

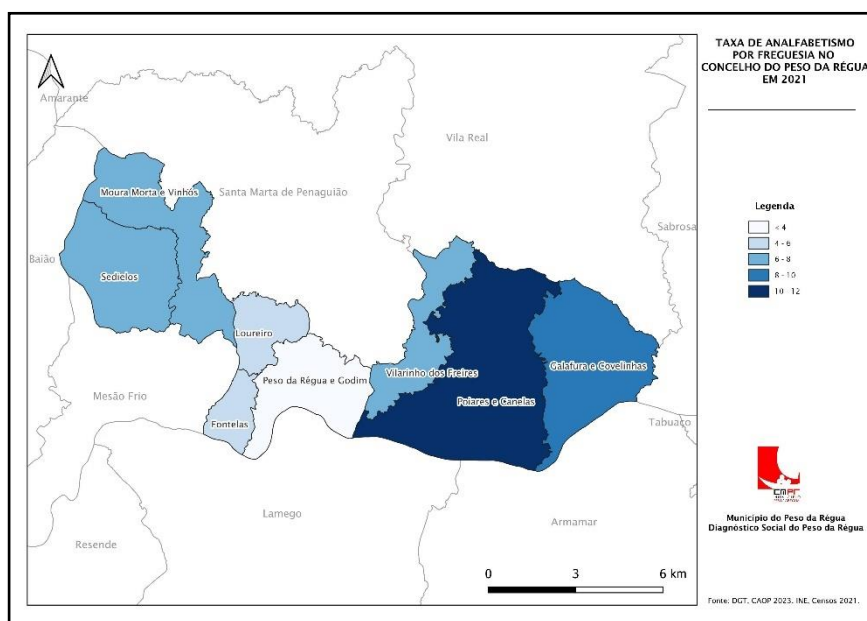


Figura 15 - Taxa de analfabetismo, por freguesia, em 2021.

Ainda em relação à educação e qualificação da população existem outros indicadores que importa analisar, desde logo a proporção da população residente com 15 e mais anos de idade sem nenhum nível de escolaridade completo (Figura 16). Se em Portugal existem 5,9% da população nesta condição, no concelho de Peso da Régua subsistem freguesias com valores bastante díspares como é o caso da UF de Galafura e Covelinhas (20,9%) e UF de Poiares e Canelas (19,5%). Apenas a UF de Peso da Régua e Godim (6,1%) apresenta uma percentagem em linha com o valor nacional.

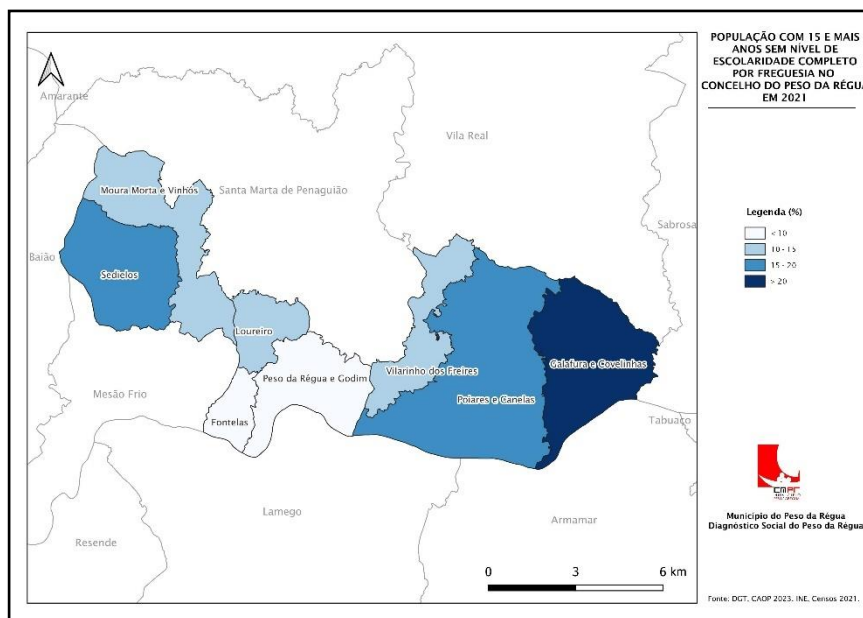


Figura 16 - Proporção da população com 15 ou mais anos sem nível de escolaridade completo, por freguesia, em 2021.

No que concerne à proporção da população residente com idade entre 20 e 24 anos com pelo menos o ensino secundário completo (Figura 17), registre-se a melhoria geral do indicador que em 2011 se estabelecia entre os 35,71% em Covelinhas e 62,79% em Poiares. Em 2021 a freguesia com a percentagem mais elevada é Loureiro (97%) seguida de Sedielos (92%) e a mais baixa é a UF de Poiares e Canelas (74%).

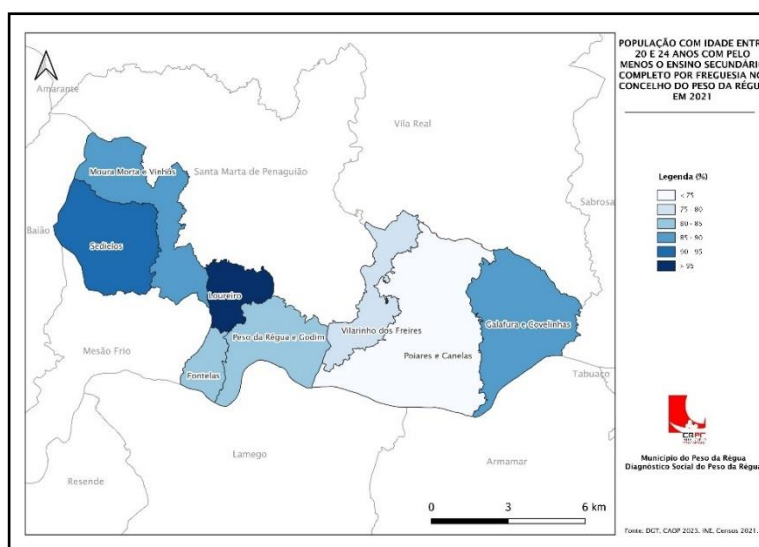


Figura 17 - Proporção da população residente com idade entre 20 e 24 anos com pelo menos o ensino secundário completo, por freguesia, em 2021.

Por fim, a proporção da população residente com idade entre 30 e 34 anos com pelo menos o ensino superior completo (Figura 18) evidencia a pobreza deste indicador na UF de Galafura e Covelinhas com 10%. A percentagem mais elevada concentra-se na cidade, com a UF de Peso da Régua e Godim a registar 35%, aproximando-se dos 36,92% registados a nível nacional.

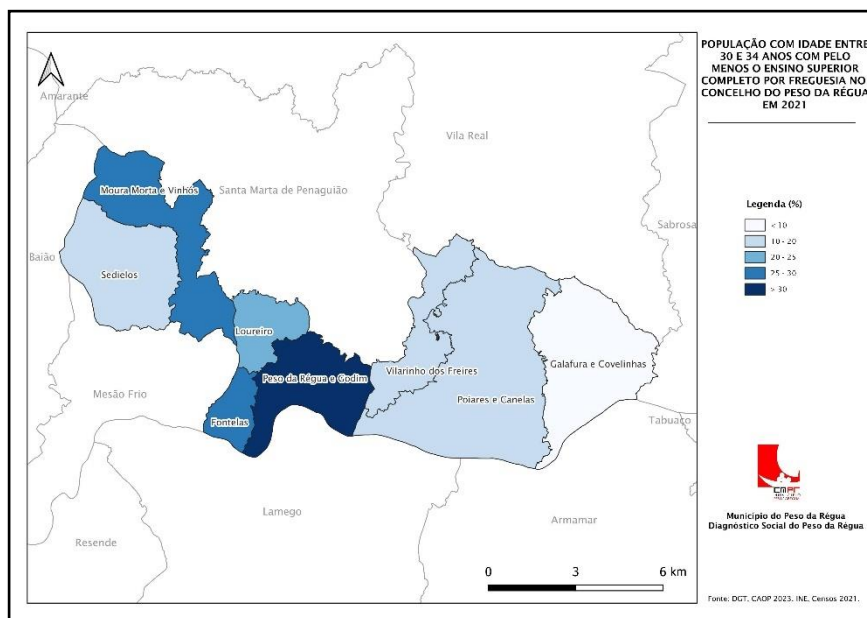


Figura 18 - Proporção da população residente com idade entre 30 e 34 anos com pelo menos o ensino superior completo, por freguesia, em 2021.

1.2.3 CARATERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA DO CONCELHO DE PESO DA RÉGUA

No que diz respeito à caracterização socioeconómica, o setor primário continua a ter um peso significativo na empregabilidade da população residente no concelho. Enquanto a percentagem de população empregada neste setor a nível nacional é de 2,9%, em Peso da Régua (concelho) esse valor é de 15,2%, com a UF de Galafura e Covelinhas a registar a percentagem mais elevada e a UF de Peso da Régua e Godim a percentagem mais baixa, respetivamente 44,9% e 6,8% (Figura 19).

De salientar ainda que a par da UF de Galafura e Covelinhas, também na UF de Mora Morta e Vinhós (39,3%) o setor primário é o que mais população ocupa no conjunto de todas as atividades. De facto, são as freguesias mais afastadas do centro urbano de Peso da Régua que registam os valores mais elevados de população empregada neste setor.

Contudo, é de notar que se mantém a tendência de decréscimo de população empregada neste setor em todas as freguesias do concelho em relação aos valores registados em 2011, à semelhança do que aconteceu a nível nacional e na região Norte.

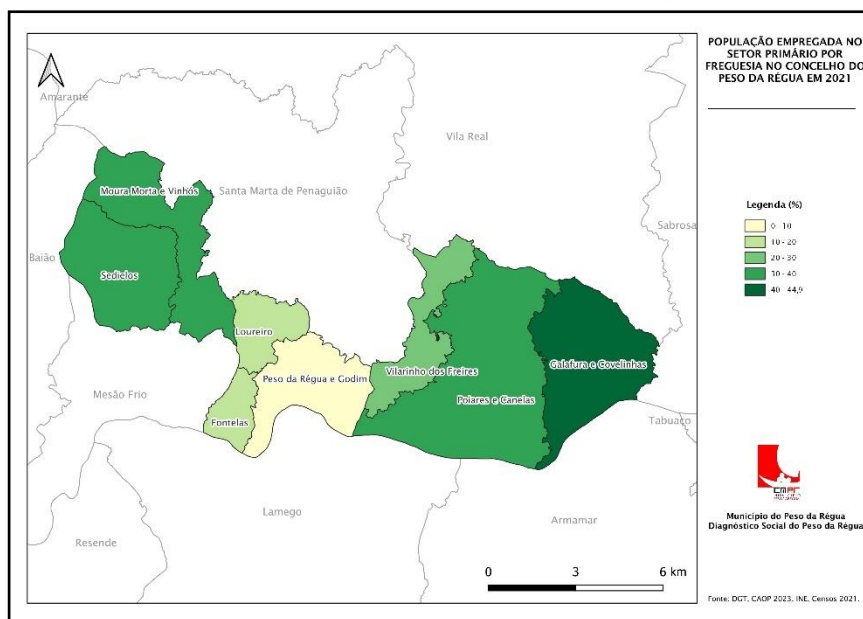


Figura 19 - População empregada no setor primário, por freguesia, em 2021.

Do mesmo modo, no setor secundário também se verificou um ligeiro decréscimo de população empregada, de cerca de 2% a nível nacional e concelhio.

As atividades secundárias que mais empregam população no concelho são a construção civil e as indústrias transformadoras do setor agroalimentar, com maior incidência nas freguesias de Fontelas (28,5%), Loureiro (27%) e UF de Moura Morta e Vinhós (24,4%) – Figura 20.

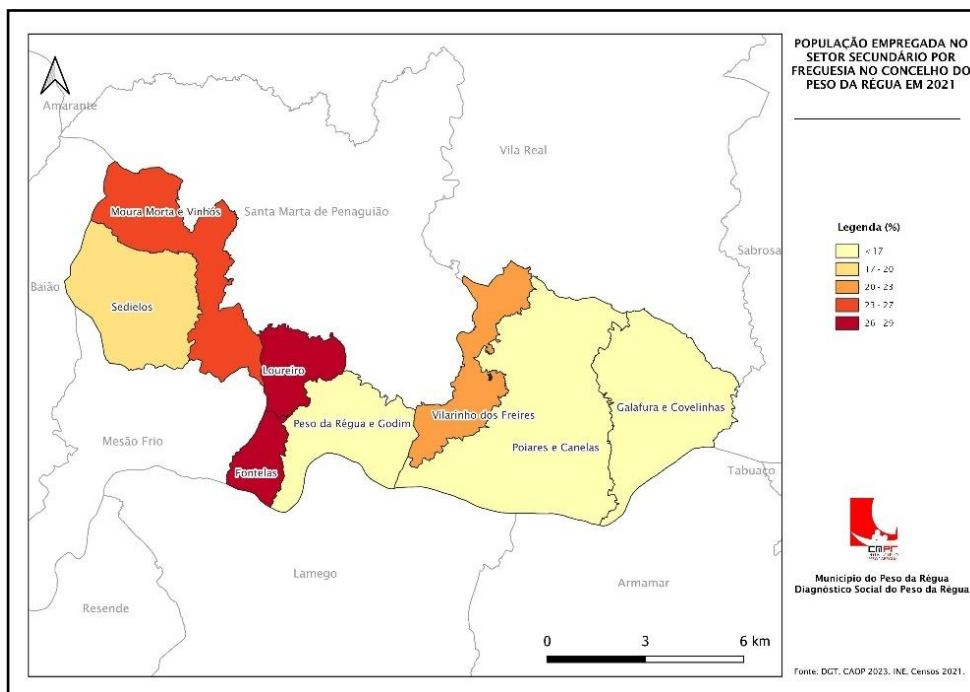


Figura 20 - População empregada no setor secundário, por freguesia, em 2021.

A terciarização da sociedade portuguesa está também bem presente no concelho do Peso da Régua.

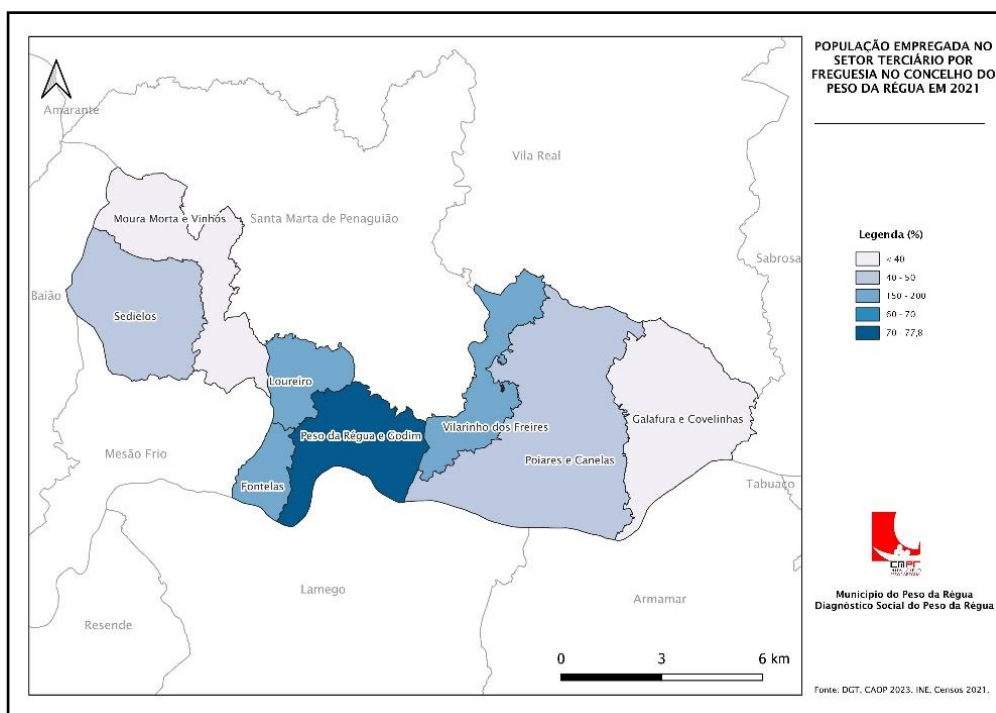


Figura 21 - População empregada no setor terciário, por freguesia, em 2021.

Este é o setor de atividade que mais população residente emprega, nomeadamente na área de comércio e serviços, atividades imobiliárias, educação e administração pública. É de notar que em todas as freguesias do concelho se registou um aumento de população afeta a este setor.

As freguesias com percentagens mais elevadas de população afeta a este setor de atividade correspondem ao núcleo urbano de Peso da Régua, com 77,8 %, rodeado pelas limitrofes Loureiro (58,6%), Fontelas (55,2%) e Vilarinho dos Freires (50,4%).

A afetação da população empregada, aos diferentes setores de atividade, continua a estar intrinsecamente relacionada com a qualificação da população residente e também com a maior proporção de população jovem.

2. EDUCAÇÃO

“Educação não transforma o Mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o Mundo.”

Paulo Freire

A promoção do desenvolvimento sustentável e integrado, nos diferentes âmbitos de intervenção, depende, em larga escala, da rede de equipamentos coletivos disponibilizados pelos territórios, enquanto instrumentos de qualificação potenciadores da equidade e da qualidade de vida dos cidadãos. Nesta linha de ideias, de entre os equipamentos coletivos existentes, os equipamentos educativos revelam particular importância, dada a sua forte influência no desenvolvimento e qualificação da sociedade, pilar determinante para a competitividade dos territórios.

A conexão entre o indivíduo e a sociedade, e concomitantemente, entre o passado e o futuro, colocam à educação e à escola uma pluralidade de desafios, face às incertezas decorrentes da evolução do conhecimento e da tecnologia. Desta forma, a escola,

enquanto ambiente propício à aprendizagem e ao desenvolvimento de competências, necessita de se ir reconfigurando de modo a responder, adequadamente, às exigências destes novos tempos, assentes num cenário de crescente imprevisibilidade e mudanças aceleradas, sendo, também, crucial empreender um complemento de adequadas medidas de ação social escolar e apoio pedagógico às crianças, adolescentes, jovens e respetivas famílias, no sentido de combater a preocupante conjuntura de insucesso e abandono escolar precoce.

A resposta a estes novos e complexos desafios deve basear-se numa abordagem escolar integrada que implique a participação, o envolvimento e o comprometimento da totalidade da comunidade escolar, numa ação concertada, coesa, coletiva e colaborativa, em torno da estabilização de uma estratégia educativa comum, claramente definida e aceite por todos.

2.1 PANORAMA CONCELHIO

No que diz respeito ao nível de qualificação da população residente, o município de Peso da Régua tem registado um progresso assinalável nas últimas décadas.

A evolução da taxa de analfabetismo entre 2011 e 2021 foi favorável no concelho de Peso da Régua, tendo este valor diminuído 2,37 pontos percentuais, passando de 7,7% da população residente com 10 ou mais anos de idade que não sabe ler nem escrever em 2011, para 5,3% em 2021 (Fontes/Entidades: INE, PORDATA, de acordo com os Censos 2021). Ainda assim, Peso da Régua continua a apresentar uma taxa de analfabetismo, no ano de 2021, superior à observada no Continente (3,1%).

No que diz respeito ao nível de qualificação da população residente, o município de Peso da Régua tem registado um progresso assinalável na última década (quadro).

Relativamente ao nível de ensino atingido pelos residentes com 15 e mais anos em Peso da Régua, em 2021, cerca de 29,6% da população residente apenas possuía habilitação ao nível do 1º ciclo, tendo-se, no entanto, verificado uma diminuição de 8,6 pontos percentuais face a 2011. A percentagem de população que não atingiu qualquer nível de ensino correspondia, em 2011, a 14,7% dos residentes tendo diminuído para 9,7% em 2021, no entanto, continua a verificar-se um valor superior face aos valores apresentados no Continente, na zona Norte e no Douro, respetivamente, 5,8%, 5,7% e 9,0%.

No ano censitário de 2021, 9,9% das pessoas detinham o segundo ciclo de escolaridade e 15,5% finalizaram o terceiro ciclo, valores superiores à região do Douro, mas inferiores aos valores percentuais do Norte e do Continente.

Importa referir que a percentagem de pessoas com o ensino secundário, 21,2%, é superior aos que concluíram o terceiro ciclo (15,5%), tendo-se verificado um aumento bastante significativo face à percentagem de 2011 (13,2%). Em 2021 os valores são similares aos da região Norte (21,9%), superiores ao Douro (19,9%), mas continuam inferiores aos valores encontrados no Continente (23,6%).

Relativamente à população detentora de habilitação superior, no município de Peso da Régua, em 2021, perfaziam 13,3% do total de residentes, tendo-se verificado um aumento de 4,3 pontos percentuais em relação a 2011, mas abaixo dos valores do Douro, Norte e Continente, (14,8%, 17,8% e 20%) respetivamente.

	Sem nível de escolaridade		Básico 1º ciclo		Básico 2º ciclo		Básico 3º ciclo		Secundário		Médio		Superior	
Anos	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	10,4	5,9	27,2	22,3	12,8	9,6	19,1	17,8	15,7	23,5	1,0	1,2	13,8	19,8
Continente	10,3	5,8	27,1	22,2	12,6	9,4	19,1	17,8	15,8	23,6	1,0	1,1	14,0	20,0
Norte	10,3	5,7	29,7	25,1	14,8	11,3	18,5	17,2	14,0	21,9	0,8	1,0	12,0	17,8
Douro	15,6	9,0	32,7	30,8	12,2	9,7	15,8	15,1	12,8	19,9	0,6	0,7	10,3	14,8
Peso da Régua	14,7	9,7	32,4	29,6	12,8	9,9	17,2	15,5	13,2	21,2	0,6	0,7	9,0	13,3

Figura 22 - População residente com 15 e mais anos segundo o nível de escolaridade mais elevado completo.
(Fontes/Entidades: INE, PORDATA. Os valores apresentados foram atualizados de acordo com a versão 2024 das NUTS - Última atualização: 2024-02-09).

Apesar do progresso verificado na década 2011-2021, a baixa escolaridade da população é um dos traços mais visíveis do abandono escolar e as causas deste fenómeno impedem que se cumpra o direito universal à educação, em particular no cumprimento da escolaridade obrigatória, entendida como a base da formação necessária para a população. Muitas são as causas do abandono escolar, sendo que a Estratégia Portugal 2020 procura nos seus compromissos o objetivo de recuperar jovens que já tenham abandonado o sistema de ensino, sem terem concluído os ciclos de estudos obrigatórios.

2.2 OFERTA EDUCATIVA

No ano letivo 2023/2024 a rede escolar do município de Peso da Régua integra 8 equipamentos que ministram educação pré-escolar, 2 estabelecimentos de ensino que ministram 1º CEB e que integram a rede pública, 2 equipamentos que ministram 2º e 3º CEB e que também se encontram afetos à rede pública e 2 que disponibilizam o ensino secundário, ambos da rede pública.

Freguesias	Estabelecimento de ensino	Tipologia	Natureza jurídica
Loureiro	Jardim de Infância de Loureiro	Jl	Pública
União de Freguesias de Galafura e Covelinhas	Jardim de Infância de Galafura	Jl	Pública
União de Freguesias de Peso da Régua e Godim	Centro Escolar das Alagoas	EB1/Jl	Pública
	Centro Escolar da Alameda	EB1/Jl	Pública
	Escola Básica 2,3 Peso da Régua	EB 2,3	Pública
	Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia	ES/3	Pública
	Escola Profissional e Desenvolvimento Rural do Rodo	EP	Pública
	Patronato Padre Alberto Teixeira de Carvalho	Jl	Privada
	Centro Infantil da Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua	Jl	Privada
	Associação O Baguinho	Jl	Privada
União de Freguesias de Poiares e Canelas	Centro Social Paroquial D. Manuel Vieira de Matos	Jl	Privada

Figura 23 - Rede Educativa do Município de Peso da Régua no ano letivo 2023/2024

A análise por tipologia revela a existência de 6 equipamentos com tipologia Jl, designadamente 2 da rede pública – Jl Loureiro e Jl Galafura – e 4 Jl's da rede privada – Patronato Padre Alberto Teixeira de Carvalho, Centro Infantil da Santa Casa de Misericórdia de Peso da Régua, Associação O Baguinho e Centro Social Paroquial D. Manuel Vieira Matos. De salientar, também, a existência de duas EB1/Jl da rede pública, designadamente o CE Alagoas e o CE Alameda. De referir, ainda, a existência de uma EB2,3, de uma ES/3 e também de uma Escola Profissional, todas da rede pública (figura 23).

No que diz respeito aos equipamentos da rede privada é de salientar um total de 10 espaços letivos, traduzidos em salas de pré-escolar, designadamente: 3 salas na IPSS Patronato Padre Alberto Teixeira de Carvalho, 3 salas no Centro Infantil da Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua, 2 salas na Associação O Baguinho e 2 salas no Centro Social Paroquial D. Manuel Vieira de Matos.

Ao nível do 1º CEB, ambos os Centros Escolares do Agrupamento de Escolas são compostos por 23 espaços letivos (considerando o ensino pré-escolar, os dois CE perfazem 28 espaços letivos). Quanto ao 2º e 3º CEB e Ensino Secundário, a Escola Básica 2,3 do Peso da Régua apresenta 31 salas de atividade/aula e a Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia dispõem de 59 salas, evidenciando-se como o equipamento que integra o maior número de espaços letivos.

Por fim, no âmbito do ensino profissional, destaca-se a Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo, composta por 33 salas de atividade/aula, subdivididas em 17 salas de aula permanentes, 13 salas de aula ocasionais e 2 salas de aula pertencentes ao Centro Qualifica.

Em relação ao estado de conservação do edificado todos os estabelecimentos de ensino da rede pública foram construídos de raiz, pré-escolar e 1º ciclo - 2 Centros Escolares - em 2010; 2º ciclo - EB 2/3 em 2016. Já no que diz respeito à Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia é de referir que esta foi requalificada recentemente.

2.2.1 ENSINO PRÉ-ESCOLAR

A educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida (Lei-Quadro - Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro), destinando-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico. É ministrada em estabelecimentos de educação pré-escolar, sendo a tutela pedagógica da competência do Ministério da Educação (Lei-Quadro e Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de junho).

A educação pré-escolar da rede pública e privada do município de Peso da Régua apresenta, no ano letivo 2023/2024, 354 crianças a frequentar este nível de ensino distribuídas por 8 estabelecimentos de ensino.

Estabelecimentos de ensino com Educação Pré-escolar	Nº de Salas	Nº alunos 2023/2024	Natureza jurídica
Jardim de Infância de Loureiro	1	18	Pública
Jardim de Infância de Galafura	1	8	Pública
Centro Escolar das Alagoas	2	45	Pública
Centro Escolar da Alameda	3	62	Pública
Patronato Padre Alberto Teixeira de Carvalho	3	73	Privada
Centro Infantil da Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua	3	75	Privada
Associação O Baguinho	2	33	Privada
Centro Social Paroquial D. Manuel Vieira de Matos	2	40	Privada
TOTAL	17	354	—

Figura 24 - Educação Pré-escolar, no município de Peso da Régua, no ano letivo 2023/2024

2.2.2 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

Devido à reorganização da rede escolar, o 1.º ciclo do ensino básico do concelho do Peso da Régua está concentrado em dois centros escolares, Centro Escolar das Alagoas e Centro Escolar da Alameda, a funcionar na união de freguesias de Peso da Régua e Godim, com um total de 422 crianças, ver figura n.º 25.

No 1.º ciclo, o ensino é globalizante, da responsabilidade de um professor único, que pode ser coadjuvado em áreas especializadas. Os objetivos específicos para o 1.º ciclo compreendem o desenvolvimento da linguagem oral e a iniciação e progressivo domínio da leitura e da escrita, das noções essenciais da aritmética e do cálculo, do meio físico e social e das expressões plástica, dramática, musical e motora, de acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo.

Conforme definido na Portaria nº 644-A/2015, no 1.º Ciclo do Ensino Básico, os agrupamentos de escolas devem desenvolver Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) de caráter facultativo, com um cariz formativo, cultural, tecnológico e lúdico, que complementem as atividades da componente curricular desenvolvidas em sala de aula, por forma a adaptar os tempos de permanência dos alunos na escola às necessidades das famílias e a necessidade de garantir que esses tempos sejam pedagogicamente ricos e complementares das aprendizagens curriculares.

Atendendo à Portaria nº 644-A/2015, a oferta das AEC deve ser adaptada ao contexto da escola com o objetivo de atingir o equilíbrio entre os interesses dos alunos e a formação e perfil dos profissionais que as asseguram, nesse sentido para o 1.º Ciclo, a oferta das Atividades de Enriquecimento Curricular, no âmbito dos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico e também a aprendizagem/iniciação de uma língua estrangeira é: Atividade Física e Desportiva (AFD) para todos os anos de escolaridade; Iniciação à Programação e Robótica, igualmente, para todos os anos de escolaridade; Artes (Plástica e Musical) para o 1.º ano de escolaridade; Ensino do Inglês (EI) para o 2.º ano de escolaridade e Música para os 3.º e 4.º anos de escolaridade.

Estabelecimentos de ensino com 1º CEB	Nº de Turmas				Nº alunos 2023/2024				Nº Total de Alunos
	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Centro Escolar das Alagoas	4	2	2	3	74	38	39	58	209
Centro Escolar da Alameda	3	3	3	3	46	63	56	48	213
Totais	7	5	5	6	120	101	95	106	
	23				422				

Figura 25 - Turmas do 1.º Ciclo do Ensino Básico | Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia, ano letivo 2023/2024

2.2.3 2º E 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO

No concelho de Peso da Régua o 2º Ciclo do Ensino Básico é assegurado pela EB 2,3 de Peso da Régua, o ensino do 3º CEB é lecionado na EB 2, 3 de Peso da Régua e na Escola Secundária Dr. João Araújo Correia. Nos dois ciclos de ensino, no ano letivo 2023/2024, frequentam 671 alunos, distribuídos por 35 turmas, nos dois estabelecimentos de ensino supramencionados.

Estabelecimentos de ensino com 2º e 3º CEB	Nº de Turmas					Nº alunos 2023/2024					Nº Total de Alunos
	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	
EB 2/3 de Peso da Régua	6	7	2	1	1	129	115	31	17	14	306
Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia	-	-	6	6	6	-	-	129	116	120	365
Totais	6	7	8	7	7	129	115	160	133	134	
	35					671					

Figura 26 - Turmas do 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico | Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia, ano letivo 2023/2024

No 2.º Ciclo, numa lógica de articulação vertical, estabelecem-se no currículo áreas do saber já mais específicas, mas, no geral, integradoras de mais do que um saber disciplinar. Pretende-se neste Ciclo gerar a gradual perceção da especialidade dos conhecimentos, mas acentuando a sua integração em unidades curriculares que visibilizem a construção complementar do saber. Por isso se preconiza, que a distribuição dos docentes seja por áreas, sempre que possível, e se defende a importância de uma gestão curricular articulada horizontalmente, liderada pelo Diretor de cada Turma.

O mesmo princípio da gestão horizontal das aprendizagens curriculares das diferentes disciplinas permanece pertinente nos níveis de ensino subsequentes, mas no 3.º Ciclo reforça-se a abordagem disciplinar especializada, de modo a garantir o aprofundamento e o rigor das diferentes aquisições do conhecimento científico e cultural, sem prejuízo da necessidade de as equipas de professores trabalharem a especificidade dos saberes, a par do seu carácter complementar, face ao conhecimento e à cultura, e desenvolverem em conjunto a capacidade de interpretação da realidade em que os alunos vivem e agem como cidadãos. O 3º Ciclo orienta-se assim, na linha das tendências curriculares dominantes para este nível de ensino no conjunto dos países do mundo ocidental, para a consolidação e aprofundamento de conhecimentos, métodos e competências que permitam o prosseguimento e aprofundamento de estudos e a inserção em percursos de vida ativa.

Indo de encontro às diretrizes do Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar, no ano letivo 2023/2024, o Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia tem em funcionamento uma turma PIEF – Plano Integrado de Educação e Formação, e uma turma CEF - Cursos de Educação e Formação, garantindo respostas educativas a jovens em situação de abandono escolar. Este curso destina-se, preferencialmente, a jovens com idade igual ou superior a 15 anos, em risco de abandono escolar ou que já abandonaram antes da conclusão da escolaridade de 12 anos. Permitem o cumprimento da escolaridade obrigatória e a obtenção de qualificações profissionais, devidamente certificadas.

2.2.4 ENSINO SECUNDÁRIO E PROFISSIONAL

O Ensino Secundário, no Município do Peso da Régua, é assegurado pela Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia, estabelecimento de ensino que integra o Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia, com ensino regular, cursos científico-humanísticos, e ensino profissional e pela Escola Profissional de Desenvolvimento do Rodo com ensino profissional.

No ano letivo 2023/2024, 308 alunos frequentam os cursos científico-humanísticos e 235 estão integrados nos cursos profissionais, perfazendo um total de 543 alunos a frequentarem o ensino secundário no Município do Peso da Régua.

Estabelecimentos de ensino com secundário	Ensino Regular						Total Alunos Regular	Ensino Profissional						Total Alunos Profissional
	10º Ano		11º Ano		12º Ano			10º ano (1.º ano)		11.º Ano (2.º ano)		12.º Ano (3.º ano)		
	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos		Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	
Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia	6	105	6	92	6	111	308	4	30	4	46	4	20	96
Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo	-	-	-	-	-	-	-	6	70	5	36	4	33	139

Figura 27 - Alunos que frequentam o ensino secundário no ano letivo 2023/2024

Os cursos científico-humanísticos constituem uma oferta educativa vocacionada para o prosseguimento de estudos de nível superior (universitário ou politécnico). Destinam-se a alunos que tenham concluído o 9.º ano de escolaridade ou equivalente. Têm a duração de 3 anos letivos, correspondentes aos 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade. Conferem um diploma de conclusão do Ensino Secundário (12º ano), bem como o nível 3 de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ).

Os cursos científico-humanísticos são ministrados no Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia, na escola secundária, apresentando como oferta os cursos: Ciências e Tecnologias; Línguas e Humanidades; Ciências Socioeconómicas e Artes Visuais nos 10º, 11º e 12º anos de escolaridade.

Os cursos profissionais são um dos percursos do ensino de nível secundário que permite a obtenção de uma dupla certificação, escolar e profissional, correspondente ao nível 4 de qualificação do quadro europeu de qualificações.

Através dos cursos profissionais os alunos desenvolvem competências pessoais, socioculturais, científicas e técnicas para o exercício de uma profissão e preparam-nos para que possam aceder a formações pós-secundárias ou ao ensino superior.

No ano Letivo 2023/2024, no Município do Peso da Régua os cursos profissionais são ministrados no Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia e na Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo, de acordo com o quadro.

	Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia	Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo
10º Ano	- Curso Técnico Profissional de Multimédia - Curso Técnico Profissional de Alojamento Hoteleiro - Curso Técnico Profissional de Auxiliar de Farmácia - Curso Técnico Profissional de Eletrónica, Automação e Computadores	- Curso Técnico Profissional Vitivinícola - Curso Técnico Profissional de Instalações Elétricas - Curso Técnico Profissional de Termalismo - Curso Técnico Profissional de Cozinha/Pastelaria - Curso Técnico Profissional de Restaurante/Bar - Curso Técnico Profissional Auxiliar de Saúde
11º Ano	- Curso Técnico Profissional de Multimédia - Curso Técnico Profissional de Geriatria - Curso Técnico Profissional de Rececionista de Hotel - Curso Técnico Profissional de Eletrónica, Automação e Computadores	- Curso Técnico Profissional Vitivinícola - Curso Técnico Profissional de Termalismo - Curso Técnico Profissional de Cozinha/Pastelaria - Curso Técnico Profissional de Restaurante/Bar - Curso Técnico Profissional de Turismo Ambiental e Rural
12º Ano	- Curso Técnico Profissional de Multimédia - Curso Técnico Profissional de Geriatria - Curso Técnico Profissional de Vendas - Curso Técnico Profissional de Eletrónica, Automação e Computadores	- Curso Técnico Profissional Vitivinícola - Curso Técnico Profissional de Instalações Elétricas - Curso Técnico Profissional de Cozinha/Pastelaria - Curso Técnico Profissional Auxiliar de Saúde

Figura 28 -Cursos ministrados no ensino secundário profissional no ano letivo 2023/2024

Numa lógica de intervenção flexível e ajustada, o modelo de educação bilingue constitui uma resposta educativa especializada no Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia, equiparada a Escola de Referência para o Ensino Bilingue de Alunos Surdos (EREBAS), garantindo o acesso ao currículo e a inclusão dos alunos com surdez. Com efeito, a mobilização de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, a que todos os alunos têm direito, passa por assegurar a equidade na consecução das aprendizagens essenciais, tendo por referência o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

2.2.5 ENSINO SUPERIOR

O Centro Local de Aprendizagem da Universidade Aberta de Peso da Régua, a funcionar desde 2008 com sede na Avenida Dr. Antão de Carvalho, resulta de uma parceria entre a Universidade Aberta e a Câmara Municipal de Peso da Régua.

Os Centros Locais de Aprendizagem são núcleos vocacionados para a promoção de atividades orientadas pelos princípios da Aprendizagem ao Longo da Vida. Resultam da criação de parcerias entre a Universidade Aberta e a sociedade civil, procurando desenvolver uma intervenção, em termos culturais e educativos, enquadrada nas dinâmicas locais e de acordo com as especificidades da respetiva área de influência. Pretendendo favorecer o acesso de amplos setores populacionais à Sociedade da Informação e do Conhecimento, a sua ação privilegia a aquisição de competências no uso das Tecnologias Digitais, bem como o desenvolvimento de outras competências – académicas, profissionais, culturais e cívicas – em diferentes áreas. Neste sentido, dinamizam ações educativas de âmbito formal, não-formal e informal, com vista à oferta de oportunidades de aprendizagem às populações que, por circunstâncias geográficas, são particularmente suscetíveis de exclusão.

Os Centros Locais de Aprendizagem divulgam a Oferta Pedagógica formal da Universidade Aberta (licenciaturas, mestrados pós-graduações e doutoramentos).

2.3 CENTRO QUALIFICA

Os Centros Qualifica são centros especializados em qualificação de adultos, vocacionados para a orientação e o encaminhamento para ofertas de educação e formação profissional de adultos com idade igual ou superior a 18 anos que procuram uma certificação escolar ou profissional e são responsáveis pelo desenvolvimento de processos de reconhecimento, validação e certificação das competências adquiridas pelos adultos ao longo da sua vida, por vias formais, informais e não formais, na sua vertente escolar, profissional ou de dupla certificação, em áreas de formação diversas.

O Centro Qualifica está sediado na Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo, tendo por objetivo assegurar a prestação de um serviço de qualidade, no domínio da orientação de jovens e adultos, com enfoque na informação sobre ofertas escolares, profissionais ou de dupla certificação, que promova uma escolha realista e que atenda, entre outros fatores, aos perfis individuais, à diversidade de percursos quanto ao prosseguimento de estudos ou às necessidades do mercado de emprego.

2.4 AÇÃO SOCIAL ESCOLAR DO MUNICÍPIO

A Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro) veio estabilizar o direito de acesso de todos os portugueses à educação e à cultura, cabendo ao Estado, num primeiro momento, a responsabilidade de assegurar o cumprimento deste princípio, no sentido de garantir o direito à equidade, coesão e solidariedade social, promovendo a inclusão social e a igualdade de acesso às oportunidades educativas e, consequentemente, ao sucesso educativo. Para o efeito, estão previstos apoios e complementos educativos, nos quais se insere a Ação Social Escolar (ASE) que, nas suas diferentes modalidades, é desenvolvida pelas Câmaras Municipais (Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro).

Pela análise do quadro, no ano letivo 2023/2024, no município do Peso da Régua, nos estabelecimentos de ensino público, é possível observar que:

No Pré-escolar, das 133 crianças que integram os equipamentos da rede pública, 50 crianças usufruem de ASE, que traduz uma taxa de cobertura neste nível de educação e ensino de 37,6 %, sendo que 21,8% possuem o escalão A e 15,8% o escalão B;

No 1º CEB, e considerando a globalidade dos alunos matriculados nos equipamentos afetos a este nível de ensino, é possível registar uma taxa de cobertura de 51,4%, na medida em que dos 422 alunos matriculados, 160 alunos encontram-se abrangidos pelo escalão A e 57 alunos pelo B;

Analisando o número de alunos que usufruem da ASE no 2º e 3º CEB, é possível observar que, no 2º CEB, existe uma taxa de cobertura de 33,6%, e de 31,2 % no 3º CEB;

A análise da ASE no ensino secundário regular revela um total de 93 alunos abrangidos, valor que face ao total de alunos matriculados neste nível de ensino resulta numa taxa de cobertura de 30,2%.

Níveis de ensino	Nº alunos	Escalão A	% Alunos Escalão A	Escalão B	% Alunos Escalão B	% Alunos (ASE)
Pré-escolar	133	29	21,8 %	21	15,8 %	37,6 %
1º Ciclo do Ensino Básico	422	160	37,9 %	57	13,5 %	51,4 %
2º Ciclo do Ensino Básico	244	48	19,7 %	34	13,9 %	33,6 %
3º Ciclo do Ensino Básico	427	72	16,9 %	35	14,3 %	31,2 %
Ensino Secundário Regular	308	55	17,9 %	38	12,3 %	30,2 %
TOTAL	1534	364	23,7 %	185	12,0 %	35,7 %

Figura 29 -- Ação Social Escolar, no ano letivo 2023/2024, no Município do Peso da Régua

A escola a tempo inteiro representa um complemento educativo essencial para as crianças e suas famílias, ao proporcionar uma maior adequação dos períodos de permanência na escola às efetivas necessidades familiares e ao permitir, ao mesmo tempo, que estes tempos extraescolares sejam enriquecedores e potenciadores de um desenvolvimento integral das crianças.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro compete às Câmaras Municipais promover e implementar medidas de apoio à família que garantam uma escola a tempo inteiro. Nesse sentido, as atividades de animação e apoio à família (AAAF), asseguram o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e/ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas. Verifica-se que, no agrupamento, existem um total de 102 crianças inscritas valor que, face ao total de 133 alunos associados à educação pré-escolar traduz uma taxa de cobertura de 76,7%. No que respeita às Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) para o 1ºCEB as ofertas educativas já foram elencadas, neste documento, nomeadamente na descrição da oferta formativa para o 1ºCEB.

Acresce que o Município do Peso da Régua por forma a dar resposta às necessidades particulares dos alunos e respetivas famílias, disponibiliza, todos os anos letivos, um conjunto de medidas de Apoio Social que visam contribuir para o alívio do orçamento familiar e para a promoção da igualdade de oportunidades no acesso à educação. Nesse sentido, falamos de uma educação promotora de sucesso para todos, em particular, se esta responder a todos, independentemente das características particulares de alguns, a saber:

Complementar os projetos curriculares da Educação Pré-Escolar através de atividades que incidem nas áreas da Atividade Física e Expressão Musical, proporcionando experiências educativas diversificadas e a aquisição de competências, adaptadas ao grau de desenvolvimento das crianças;

A gratuidade do transporte e das refeições escolares ao nível da Educação Pré-Escolar, nas duas freguesias rurais onde, ainda, permanece este nível de ensino, designadamente Loureiro e Galafura, bem como a todos os alunos da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico (CEB) provenientes das freguesias rurais;

Atribuir os cadernos de atividades das áreas disciplinares de: Português, Matemática e Estudo Meio a todos os alunos matriculados no 1.º CEB, e de Inglês para os alunos que frequentam o 3º e 4º anos de escolaridade. Esta gratuidade inclui todos os alunos, quer sejam abrangidos pela ação social escolar ou não;

Conceder a comparticipação total do passe escolar para os alunos provenientes das freguesias do concelho, que frequentam o 2º e 3º CEB e o Ensino Secundário;

Proporcionar a todos os alunos do 1º ao 12º ano de escolaridade aulas de natação nas Piscinas Municipais. As sessões direcionadas aos alunos do 1º CEB estão inseridas na AEC de Atividade Física e Desportiva, no 2º e 3º CEB e Ensino Secundário do AEJAC, no âmbito da componente letiva da disciplina de Educação Física, sendo o transporte assegurado pelo Município;

A atribuição de bolsas de estudo, para comparticipação dos encargos inerentes à frequência do Ensino Superior dos jovens reguenses, considerando-se elegíveis os estudantes que reuniram os requisitos constantes no regulamento municipal.

Poucos investimentos oferecem um retorno tão claro quanto a aposta na Educação. Num território como o nosso, a Escola deve ser uma ferramenta essencial na criação de oportunidades, suavizando diferenças e promovendo a integração. Devemos assumir como nossa missão primordial acabar com as barreiras que muitos enfrentam quando tentam navegar o sistema de ensino, sejam geográficas, económicas ou sociais.

A construção de uma escola de educação imersiva é determinante para assegurar a todas as crianças e jovens o direito a uma educação universal, gratuita, obrigatória e de qualidade, tal como consagra a Constituição da República Portuguesa.

Só assim podemos construir uma comunidade justa e o mais equitativa possível.

3. SAÚDE

O Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Marão – Douro Norte tem cerca de 100 mil utentes inscritos nos concelhos de Alijó, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Vila Real. No último decénio tem-se observado uma tendência decrescente da população residente, na área geográfica do ACES Marão- Douro Norte, salientando-se a maior proporção de pessoas do grupo etário de 65 anos e mais anos (27,0%), relativamente à do grupo dos 0 aos 14 anos (4,6%). Conforme se observa no quadro abaixo.

Grupo Etário (anos)	Percentagem por grupo Etário		
	Total	Feminino	Masculino
0-14 anos	4,6%	4,3%	4,8%
15 - 64	63,05%	60,07%	66,7%
≥65	27,0%	29,01%	24,7%

Figura 30 - Distribuição população por grupo etário e género, fonte: INE, PORDATA

Entre 2001 e 2021 tornou-se mais acentuado o duplo envelhecimento demográfico observado nas últimas décadas em Portugal e particularmente na área de abrangência do ACES Douro I- Marão e Douro Norte. De facto, o número de idosos (pessoas com 65 ou mais anos) aumentou em 5830 pessoas, o número de jovens diminuiu em 7176 pessoas e o número de pessoas em idade ativa (com idades entre os 15 e os 64 anos) também diminuiu, em 13915 pessoas, sendo que essa variação se manteve negativa nos censos 2011 onde a população idosa aumentou 4235, a população ativa diminuiu em 9608 e a população jovem diminuiu em 4140 pessoas.

Grupos Etários (anos)	Anos				
	2001	2011	2021	2001-2021	2011-2021
0-14 anos	17360	14324	10184	-7176	-4140
15 - 64	72731	68424	58816	-13915	-9608
≥65	20069	21664	25899	5830	4235

Figura 31 -- População por grandes grupos etários ACES Douro Norte, fonte: INE, PORDATA

Neste momento, o ACES conta com 70 clínicos que se espalham por 11 unidades de saúde familiar. Tem como missão a prestação de cuidados de saúde de excelência, promoção da saúde e prevenção da doença. O Agrupamento de Centros de Saúde Douro I - Marão e Douro Norte alicerça-se na confiança, na responsabilidade, na solidariedade, no respeito, na cooperação e na transparência.

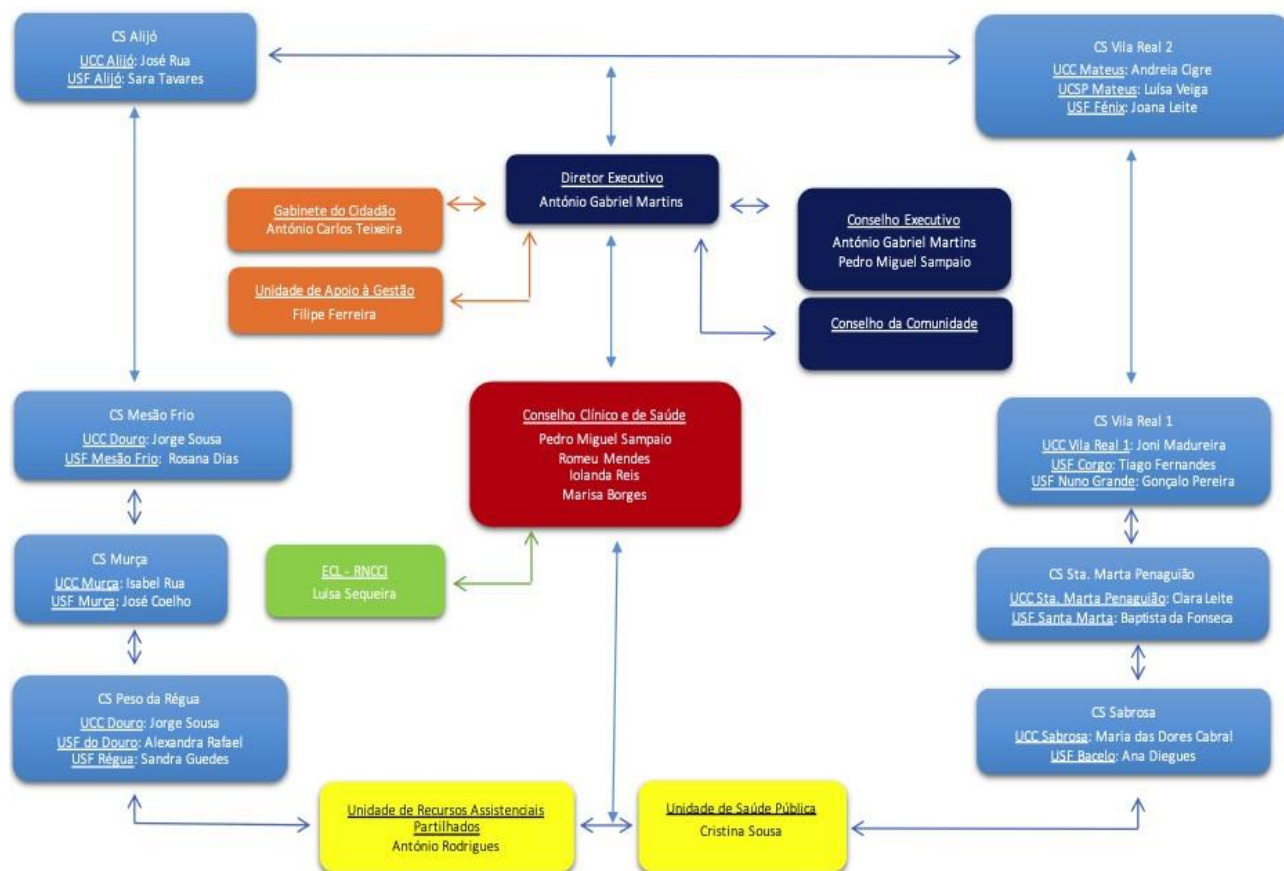


Figura 32 -Organograma ACES Douro Norte, fonte PLS 2021-2030

Unidades	Médicos	Enfermeiros	Assistentes Técnicos	Outros	Utentes	UP
USF Régua	6	7	7		10 017	13 440
USF do Douro	5	6	5		7 701	10 105
UCC Douro		9		8		
Serviço de Atendimento Complementar						

Figura 33 -Distribuição dos profissionais de saúde pelas várias unidades

Freguesias	2011 Homens/Mulheres	2021 Homens/Mulheres	Var. % Homens/Mulheres	2021 Homens	2021 Mulheres
Fontelas	781	629	-19,5%	309	320
UF Galafura e Covelinhas	886	705	- 20,4%	327	378
Loureiro	1154	891	- 22,8%	419	472
UF Moura Morta/Covo/Vinhós	1024	750	- 26,8%	366	384
UF Peso da Régua e Godim	9959	8916	- 10,5 %	4172	4 744
UF de Poiares e Canelas	1466	1194	-18,6 %	555	639
Sedielos	911	731	- 19,8%	324	407
Vilarinho dos Freires	950	737	- 22,4 %	350	387
Total	17 131	14 553	- 15,0%	6 822	7 731

Figura 34 -Distribuição da população residente do ACES Douro Norte por freguesia, 2021, fonte INE, PORDATA – Censos 2021

3.1 UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS

A Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI) Carlos Cardoso dos Santos é propriedade da Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua, fazendo parte integrante do seu património. É um estabelecimento do setor social integrado na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), que presta cuidados de saúde e de apoio psicossocial a pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência temporária ou permanente.

Esta UCCI é uma Unidade de Longa Duração e Manutenção, dotada de 26 camas de internamento. É uma unidade de carácter temporário ou permanente, com espaço físico próprio, que presta apoio social e cuidados de saúde de manutenção a pessoas com doenças ou processos crónicos, com diferentes níveis de dependência e que não reúnam condições para serem cuidadas no domicílio.

A Unidade de Internamento de Longa Duração e Manutenção tem por finalidade proporcionar cuidados que previnam e retardem o agravamento da situação de dependência, favorecendo o conforto e a qualidade de vida. Esta tipologia de cuidados pode ainda proporcionar o internamento, por período inferior ao previsto, em situações temporárias, decorrentes de dificuldades de apoio familiar ou necessidade de descanso do principal cuidador, até 90 dias por ano.

A recuperação, reabilitação e reinserção sociofamiliar dos seus utentes, é a razão da existência da UCCI Carlos Cardoso dos Santos. Para tal, é realizado todo um trabalho em equipa multidisciplinar, que permite que cada utente seja analisado como ser biopsicossocial. A Equipa Multidisciplinar da UCCI é constituída pelas seguintes áreas profissionais.

Áreas Profissionais	N.º elementos
Medicina	1
Medicina Física e de Reabilitação	1
Enfermagem	9
Ação médica	10
Fisioterapia	1
Terapia Ocupacional	0
Terapia da Fala	1
Nutrição	1
Psicologia Clínica	1
Serviço Social	1
Animação Sócio Cultural	1
Serviços Administrativos	1

Figura 35 -Distribuição dos profissionais da UCCI – Santa Casa Misericórdia Peso da Régua

4. EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Vivemos confrontados com um atual cenário de crises e indecisões a nível mundial. Por um lado, os conflitos armados que existem no mundo, mais concretamente na Ucrânia e no Médio Oriente, por outro as ramificações económicas que a pandemia originou, levando a uma desaceleração económica, à subida das taxas de inflação e a uma polarização política tanto a nível nacional como a nível mundial.

Os efeitos são enormes e visíveis. Basta observarmos aquilo que hoje é a realidade do mercado de trabalho, para repararmos na enorme precarização que está a desafiar os nossos sistemas de governação. Assistimos igualmente ao impacto que a digitalização está a criar, bem como a ameaça eminente das alterações climáticas, que estão a originar desigualdades bem mais acentuadas, que a própria pandemia originou.

A instabilidade infecta a frente económica, com previsões de crescimento debilitadas nas grandes economias do mundo, principalmente na Europa.

O total da população residente em Portugal era de 10.301,5 milhares de pessoas, no 1º trimestre de 2023 (de acordo com o Inquérito ao Emprego do INE), dos quais 47,2% homens e 52,8% mulheres.

A população ativa aumentou para 5.305 milhares (mais 1,8% face a igual período em 2022), enquanto a taxa de atividade foi de 60,8%, sendo acompanhada por um aumento da população empregada em 0,5% face ao período homólogo.

Durante a pandemia, registou-se um aumento considerável das práticas de teletrabalho, que apesar de terem registado uma progressiva diminuição representam, no 1º trimestre de 2023, 19% do total da população empregada.

No final de dezembro de 2023, o número de desempregados inscritos nos serviços de emprego em Portugal era de 317.700 desempregados (um aumento de cerca de 10.700 em relação a dezembro de 2022). Cerca de 14,5% dos desempregados inscritos no Continente eram estrangeiros, provenientes da União Europeia, países do Leste Europeu (com destaque para a Ucrânia), África e América. De notar que mais de 60% dos desempregados estrangeiros inscritos eram provenientes dos países de língua portuguesa, em especial do Brasil), de Angola, de Cabo Verde e da Guiné-Bissau.

4.1 DESEMPREGO NO CONCELHO

De acordo com as estatísticas do Instituto de Emprego e Formação Profissional, existiam 854 desempregados no concelho do Peso da Régua, inscritos no Centro de Emprego em dezembro de 2023, sendo que 155 eram inscritos à procura do 1º Emprego e 699 à procura de novo emprego, dos quais 372 do género masculino e 482 do género feminino. O grupo etário onde predomina a situação de desemprego corresponde à faixa entre os 35-39 anos, correspondendo a 39 inscritos, seguindo-se o grupo etário entre os 20-24 anos, traduzindo-se num total de 38 inscritos. No que diz respeito aos dados estatísticos do INE (Instituto Nacional de Estatística), em 2021 (censos), a taxa de desemprego situou-se em 6,6%, verificando-se um decréscimo acentuado em relação aos valores de 2011 (censos), em que a taxa de desemprego se situava em 12,4 valores percentuais. A distribuição da população ativa pelos vários setores de atividade poderá estar associada a uma estrutura quase nada industrializada. No Concelho do Peso da Régua, o setor com maior relevância, continua a ser o setor terciário, com uma tendência que se tem mantido nos últimos anos, em que mais de metade da população se encontra integrada nestes serviços, nomeadamente, comércio, hotelaria, restauração e sistemas públicos. A predominância da população no setor terciário é igualmente transversal nas diversas regiões do interior norte, devido à insuficiência de recursos e de investimento no setor industrial.

Verificamos ainda que, a agricultura apesar de continuar a ter um papel preponderante no eixo da empregabilidade da população, não se constitui como fator essencial, uma vez que o turismo está cada vez mais a assumir relevância também neste eixo,

criando assim cada vez mais a necessidade, de se gerarem dinâmicas económicas, em complementaridade com a agricultura, que promovam o crescimento e visibilidade da região.

Nas tabelas abaixo apresentadas, exibimos uma panorâmica geral do número de desempregados, de acordo com os últimos dados estatísticos do INE (censos 2021) e do IEFP (2023).

Concelho	Género	Faixa Etária	Situação face ao Emprego	N.º de Inscritos
Peso da Régua	M	15-19 anos	1º Emprego	8
	M	15-19 anos	Novo Emprego	2
	F	15-19 anos	1º Emprego	7
	F	15-19 anos	Novo Emprego	1
	M	20-24 anos	1º Emprego	21
	M	20-24 anos	Novo Emprego	38
	F	20-24 anos	1º Emprego	11
	F	20-24 anos	Novo Emprego	32
	M	25-29 anos	1º Emprego	4
	M	25-29 anos	Novo Emprego	34
	F	25-29 anos	1º Emprego	10
	F	25-29 anos	Novo Emprego	29
	M	30-34 anos	1º Emprego	4
	M	30-34 anos	Novo Emprego	19
	F	30-34 anos	1º Emprego	3
	F	30-34 anos	Novo Emprego	25
	M	35-39 anos	1º Emprego	1
	M	35-39 anos	Novo Emprego	17
	F	35-39 anos	1º Emprego	2
	F	35-39 anos	Novo Emprego	39
	M	40-44 anos	1º Emprego	1
	M	40-44 anos	Novo Emprego	29
	F	40-44 anos	1º Emprego	3
	F	40-44 anos	Novo Emprego	25
	M	45-49 anos	1º Emprego	1
	M	45-49 anos	Novo Emprego	21
	F	45-49 anos	1º Emprego	3
	F	45-49 anos	Novo Emprego	31
	M	50-54 anos	1º Emprego	1
	M	50-54 anos	Novo Emprego	22
	F	50-54 anos	1º Emprego	1
	F	50-54 anos	Novo Emprego	26
	M	55-59 anos	1º Emprego	3
	M	55-59 anos	Novo Emprego	29
	F	55-59 anos	1º Emprego	2
	F	55-59 anos	Novo Emprego	18
	M	60-64 anos	1º Emprego	1
	M	60-64 anos	Novo Emprego	21
	F	60-64 anos	1º Emprego	4
	F	60-64 anos	Novo Emprego	21

Figura 36 -- Número de Utentes desempregados no Concelho por género, faixa etária e situação face ao emprego
(Fonte INE, Inquérito face ao Emprego- Censos 2021, <https://www.ine.pt/>)

Freguesias	Género	N.º de Inscritos
União de Freguesias de Peso da Régua e Godim	M	194
União de Freguesias de Peso da Régua e Godim	F	193
Fontelas	M	15
Fontelas	F	15
Loureiro	M	19
Loureiro	F	21
Sedielos	M	16
Sedielos	F	16
Vilarinho dos Freires	M	3
Vilarinho dos Freires	F	13
União de Freguesias de Galafura e Covelinhas	M	8
União de Freguesias de Galafura e Covelinhas	F	8
União de Freguesias de Moura Morta e Vinhós	M	14
União de Freguesias de Moura Morta e Vinhós	F	10
União de Freguesias de Poiares e Canelas	M	14
União de Freguesias de Poiares e Canelas	F	17

Figura 37 -Número de Utentes desempregados divididos pelas Freguesias do Concelho por género
(Fonte INE, Inquérito face ao Emprego- Censos 2021, <https://www.ine.pt/>)

Mês/2023	Género	N.º de Inscritos	Situação	N.º de Inscritos
Janeiro	M	435	1º Emprego	174
	F	573	Novo Emprego	834
Fevereiro	M	402	1º Emprego	152
	F	528	Novo Emprego	778
Março	M	417	1º Emprego	161
	F	532	Novo Emprego	788
Abril	M	407	1º Emprego	154
	F	501	Novo Emprego	754
Maio	M	388	1º Emprego	153
	F	482	Novo Emprego	717
Junho	M	363	1º Emprego	151
	F	465	Novo Emprego	677
Julho	M	361	1º Emprego	145
	F	472	Novo Emprego	688
Agosto	M	351	1º Emprego	146
	F	479	Novo Emprego	684
Setembro	M	350	1º Emprego	142
	F	474	Novo Emprego	682
Outubro	M	352	1º Emprego	147
	F	474	Novo Emprego	679
Novembro	M	371	1º Emprego	159
	F	491	Novo Emprego	703
Dezembro	M	372	1º Emprego	155
	F	482	Novo Emprego	699

Figura 38 -Número de Utentes desempregados no Concelho por género e situação face ao emprego
(Dados Estatísticos Mensais IEFP, I.P., 2023, <https://www.iefp.pt>)

De acordo também, com os últimos dados estatísticos dos Censos 2021, existiam à data no Concelho cerca de 15 inscritos que não tinham completado o Ensino Básico obrigatório, 83 inscritos com o 1º Ciclo completo, 56 inscritos com o 2º Ciclo, 125 inscritos com o 3º Ciclo, 213 inscritos com o nível Secundário e por fim, 84 inscritos com nível Superior concluído.

Tendo como objetivo primordial o desenvolvimento de ferramentas junto dos jovens e adultos desempregados, no sentido de investirem na sua qualificação e terem contacto com o mercado de trabalho, o Concelho dispõe do Gabinete de Inserção Profissional.

4.2 GABINETES DE INSERÇÃO PROFISSIONAL

Responder às necessidades de empregabilidade de todos os munícipes do Concelho de Peso da Régua, tem sido a missão primordial do Gabinete de Inserção Profissional. Fundado no ano de 2009, o Gabinete de Inserção Profissional (GIP), dispõe de ferramentas próprias capazes de promover o auxílio à inserção ou reinserção à vida ativa no mercado de trabalho, de jovens à procura do 1º emprego e adultos desempregados, que procuram uma definição e desenvolvimento do seu perfil profissional. Situado no edifício da Câmara Municipal do Peso da Régua, o GIP funciona, diariamente, em articulação direta com o Centro de Emprego de Vila Real (IEFP, IP), sendo este o seu parceiro essencial.

Continuamente, o GIP procura estabelecer parcerias com entidades empregadoras locais, que abram as suas portas, na integração de novos profissionais, criando assim oportunidades, sobretudo aos desempregados de longa duração do Concelho. A divulgação das várias medidas de apoio à contratação, bem como a prestação de auxílio às empresas, no que respeita à submissão de candidaturas a estágios, registo de ofertas, apoio na análise do perfil do desempregado, entre outros, são outros dos objetivos fundamentais do GIP.

Solidificando o seu objetivo primordial, as respostas às diversas necessidades da população local, têm sido alcançadas de uma forma rápida e assertiva.

5. HABITAÇÃO

Consagrado na Constituição da República Portuguesa e, sendo um direito, transversal a toda a população, o acesso à habitação é, igualmente, parte integrante da coesão e competitividade territorial. Este, surge inseparável da reabilitação urbana e do arrendamento, cumprindo o desafio de criar cidades sustentáveis, competitivas e inteligentes.

O estímulo à promoção da habitação proveio da esfera pública e privada, pois *“a habitação social representa uma das estratégias fundamentais da providência estatal”* (Augusto, 2005, in NANCE, F., 2013). Contudo, o reconhecimento das necessidades habitacionais, como política de proteção social, surgiu tardiamente, consequência da implantação de um Estado Providência, também tardio e imperfeito (Serra, 2002, in NANCE, F., 2013). Segundo o autor *“apesar da importância da questão do alojamento, esta não tem merecido a devida atenção do Estado, ao contrário do que se observa em domínios como a saúde, a educação, o desemprego e a segurança social”*. Isto deve-se, ao facto de a habitação ser um problema recente e de esta estar integrada, *“no domínio de necessidades secundárias ou materiais e não de necessidades primárias ou vitais, mais diretamente associadas à sobrevivência fisiológica”*.

Perante o contexto socioeconómico atual, verifica-se que há cada vez mais procura de habitação social, pelo facto de as famílias não conseguirem reunir condições para contrair empréstimos, nem para pagar o valor de uma renda de uma habitação no mercado de arrendamento privado. Assim, à medida que se vão dando transformações económicas e sociais, as políticas de promoção de habitação social vão-se transformando e evoluindo, de forma a serem mais ajustadas às necessidades das pessoas.

Perante a realidade atual e, simultaneamente, com a implementação da sua Estratégia Local de Habitação, adiante designada ELH, uma ação concertada que tem como objetivo primordial garantir melhores condições a quem vive em habitação social e

promover uma maior coesão social e territorial, o papel dos Municípios tem-se acentuado cada vez mais, tornando-se, portanto, de grande importância a concretização de políticas de habitação, que garantam condições dignas de habitabilidade à população.

Não obstante de, nos últimos anos, o Município de Peso da Régua ter garantido uma resposta social que permitisse o acesso a uma habitação digna às famílias mais carenciadas do concelho, alojando-as em regime de arrendamento apoiado nos núcleos habitacionais de gestão municipal, a situação atual evidencia a necessidade de promover respostas mais efetivas às situações de carência que ainda persistem.

A qualidade de vida da população depende também do acesso à habitação e das características da mesma. Nesse sentido, e no que diz respeito ao alojamento de índole privada, verifica-se a incapacidade cada vez mais crescente do património privado fazer face às contrariedades provenientes de uma degradação prolongada dos edifícios.

Entre 2007 e 2009 procedeu-se, em Peso da Régua, à implementação do Programa de Conforto Habitacional para idosos, em estreita parceria com o Centro Distrital de Segurança Social, tendo em vista colmatar necessidades habitacionais apresentadas por idosos isolados. Este programa permitiu a requalificação e consequente melhoria da qualidade de vida de 20 idosos do concelho do Peso da Régua. Mais tarde, em 2010, foi implementado o programa SOLARH, em parceria com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, com o intuito de dar resposta a famílias que, mesmo com poucos recursos, pudessem recorrer ao crédito, sem juros, com prestação mensal definida de acordo com os rendimentos da família e, com isso procedessem à requalificação das suas habitações. No total, foram reabilitadas 24 habitações.

Consciente das dificuldades de muitas famílias, importa salientar que o Município do Peso da Régua encontra-se a executar a sua ELH, que visa estabelecer um referencial de reabilitação urbana e intervenção nos Bairros sociais de que é proprietário, concretizando, à escala local, as potencialidades contidas nos mais recentes instrumentos de política pública criados neste domínio, em particular aqueles operacionalizáveis através do novo pacote legislativo, lançado no âmbito da Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH), tal como o Programa 1º Direito, criado pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) e financiado pelo Programa de Recuperação e Resiliência (PRR).

Por último, importa salientar que, de forma a ser possível conceder uma habitação digna às famílias carenciadas do concelho, identificadas em diagnóstico, o Município submeteu, à data de 31/03/2024, 166 candidaturas que abrange um apoio na ordem dos 24 milhões de euros para dar resposta a 355 famílias, das quais 223 em fogos de gestão pública e 132 a privados, proprietários das habitações.

5.1 HABITAÇÃO EM REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO (HABITAÇÃO SOCIAL)

Com a implementação da sua ELH, o parque habitacional público do Município do Peso da Régua, que era constituído por sete núcleos habitacionais agregando uma população com características específicas, requerendo interesse para definição de estratégias de intervenção de carácter social, cultural e comunitário, consolidadas através de uma intervenção em rede, com recurso aos parceiros institucionais que direta ou indiretamente mantêm contato com os núcleos habitacionais, apresenta-se agora mais reforçado, com novos núcleos habitacionais, que se pretende que possa albergar 223 fogos de arrendamento apoiado (habitação social). De igual forma, no Município do Peso da Régua, existem dois núcleos habitacionais de pertença ao Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, com a particularidade de um deles apresentar habitações que foram adquiridas pelos inquilinos, após colocação à venda dos imóveis, por parte da entidade que os tutela.

5.1.1. ENQUADRAMENTO GERAL DOS NÚCLEOS HABITACIONAIS – PROPRIEDADE / GESTÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

Núcleo 1 – Hotel Vilhena

Trata-se de um edifício de planta retangular, com cerca de 27 x 12,5 metros perfazendo um total de 317 m², ocupando toda a extensão do terreno onde se implanta, com servidão direta pela Estrada Nacional n.º 118 que atravessa Caldas de Moledo, e a partir do qual este aglomerado se desenvolveu.

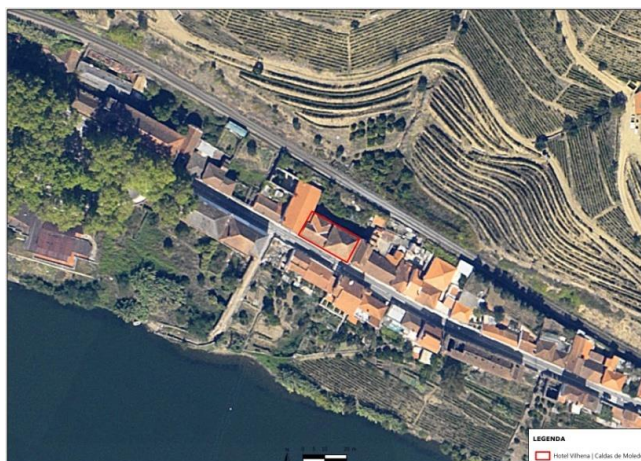


Figura 39 - Localização Núcleo 1 – Hotel Vilhena

Núcleo 2 – Bairro da Junta Autónoma das Estradas

O Bairro da Junta Autónoma das Estradas tem uma área de cerca de 1 494,3 m², localiza-se na parte mais elevada da cidade, numa área já à saída para a A24 em direção a Vila Real, vulgarmente denominada de Peso.



Figura 40 - Localização Núcleo 2 – Bairro Junta Autónoma das Estradas

Núcleo 3 – Bairro Avenida Diocese de Vila Real

O Bairro Avenida Diocese de Vila Real tem uma área total de cerca de 1 883,8 m². A zona de construção do edificado está localizada a Sul da cidade, em zona sobranceira ao rio Douro, nas proximidades da ponte que dá acesso a Lamego, com cota bastante elevada, o que lhe confere uma amplitude de vistas dignos do maior realce.

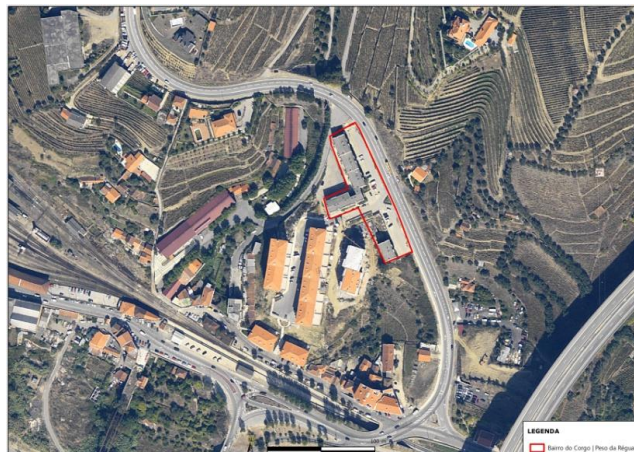


Figura 41 - Localização Núcleo 3 – Bairro Avenida Diocese de Vila Real

Núcleo 4 – “Bairro Branco” (Bairros Calouste Gulbenkian/ Fundo Fomento da Habitação/ Fundação Salazar)

O conhecido e vulgo “Bairro Branco” localiza-se na freguesia de Godim, numa área afastada do centro da freguesia, no entanto, a malha urbana tem preenchido a sua zona envolvente. A área total é de 11 151 m², existindo à sua volta restaurantes, cafés, supermercados, uma instituição de solidariedade social, entre outros estabelecimentos comerciais que acabam por garantir a envolvimento do Bairro ao ambiente circundante. O mesmo possui campo de jogos, áreas verdes, jardins e parque infantil. O património habitacional é pertença da Câmara Municipal (40 fogos), salvo os fogos adquiridos pelos residentes (108 fogos).



Figura 42 - Localização Núcleo 4 – “Bairro Branco”

Núcleo 5 - Bairro Quinta da Azenha

O conjunto residencial da Quinta da Azenha, sito em Peso da Régua, tem uma área total de 4 259,4 m². Localiza-se dentro da malha urbana da cidade, próximo de instituições de referência, como Junta de Freguesia, Centro Escolar, Câmara Municipal, Piscinas Municipais, Centro de Saúde, entre outras. Possui espaços de circulação pedonal e automóvel, permitindo a abertura do espaço para o exterior.



Figura 43 - Localização Núcleo 5 – Bairro Quinta da Azenha

Núcleo 6 – Bairro de Moura Morta

O Bairro de Moura Morta, situado a Nascente da extinta freguesia de Moura Morta, é composto por 12 moradias, distribuídas em três blocos de quatro moradias geminadas, cuja construção é datada de 1961.

Construído com apoio financeiro do Estado, a favor da Casa do Povo de Moura Morta, foi em 2004 adquirido, por usucapião, pela referida freguesia.

Em 2022, a Assembleia de freguesia deliberou autorizar o executivo da Junta de Freguesia a outorgar uma escritura de cedência de direito de superfície, por 25 anos, a favor do Município, das moradias que constituem o Bairro, sendo que, em 2023, uma das referidas moradias (Casa n.º 1) foi alienada a favor do arrendatário.



Figura 44 - Localização Núcleo 6 – Bairro de Moura Morta

Núcleo 7 – Bairro de Fontelas

O Bairro de Fontelas, situado na Travessa do Bairro, freguesia de Fontelas, é composto por quatro moradias, distribuídas em dois blocos de duas moradias geminadas, cuja construção é datada de 1965.

Construído com apoio financeiro do Estado, a favor da Casa do Povo de Fontelas, foi em 2012 adquirido, por usucapião, pela Fábrica da Igreja Paroquial.

Em abril de 2022, a Diocese de Vila Real deliberou autorizar o Padre da Paróquia a outorgar uma escritura de cedência de direito de superfície, por 25 anos, a favor do Município, de duas das quatro moradias acima referidas e que passaram a ser de gestão municipal.



Figura 45 - Localização Núcleo 7 – Bairro de Fontelas

Núcleos 8 e 9 – Escolas de Fontelas e Presegueda

Os edifícios das antigas escolas primárias de Fontelas e da Presegueda, construídos pela Câmara Municipal, nas décadas de 70 e 60, respetivamente, no âmbito de protocolos existentes, à data, com o Ministério da Educação enceraram funcionamento em 2010.

Anos mais tarde, e como forma de solução habitacional provisória, foram adaptadas para realojar famílias em situação grave de carência económica.



Figura 47 - Localização Núcleo 8 – Escola de Fontelas



Figura 46 - Localização Núcleo 9 – Escola da Presegueda

5.1.2. PROPRIEDADE DO INSTITUTO DA HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA (IHURU)

Núcleo 10 – Bairro das Alagoas

O Bairro das Alagoas, sito em Godim, apresenta uma área total de 24 331,3 m². Este núcleo tem como aspetos positivos a centralidade urbana do Bairro, dado que a cidade envolveu o Bairro ao longo do seu crescimento e ali foram criadas infraestruturas, desde a educação, à segurança, superfícies comerciais. Existe prevalência de uma população jovem e disponibilidade/predisposição interna para a mudança.



Figura 48 - Localização Núcleo 10 – Bairro das Alagoas

Núcleo 11 – Bairro Fundo Fomento da Habitação (Sacadura Cabral)

Núcleo Urbano, rodeado por zona residencial, com malha urbana circundante irregular, predominando edifícios de habitação unifamiliar e multifamiliar. Implantado em planície, na margem direita do rio Douro, encontra-se delimitado, a Norte, pela Avenida Sacadura Cabral e nos restantes quadrantes por ruas secundárias. A Sul, localiza-se um edifício que alberga o Posto da Polícia Marítima da Delegação da Régua, da capitania do porto do douro, bem como a delegação da Administração dos Portos Douro* Leixões* Viana.



Figura 49 - Localização Núcleo 11 – Bairro Fundo Fomento da Habitação (Sacadura Cabral)

5.2 CARATERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS HABITACIONAIS – PROPRIEDADE / GESTÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

Núcleo 1 – Hotel Vilhena

O núcleo de Caldas de Moledo é um dos lugares do concelho do Peso da Régua com maior valor patrimonial, resultado de uma ocupação urbanística que teve na sua génese e evolução, a exploração das águas quentes mineromedicinais e a relação estabelecida com as suas acessibilidades diretas: rio Douro, Estrada Nacional e caminho de ferro. A sua situação estratégica geográfica, a morfologia e características programáticas do seu núcleo urbano, e a qualidade intrínseca de muitos dos seus edifícios, congregam-se num conjunto de fatores que lhe conferem um caráter único na secular urbanização do Vale do Douro.

Num dos objetivos gerais consubstanciados, pretende-se, “Promover a construção de equipamentos de função social e de apoio à comunidade”. Neste enquadramento, uma das ações fundamentais e prioritárias inserida na ELH foi a Reabilitação do edifício do antigo Hotel Vilhena, que terá sido construído no final do século XIX, princípios do século XX, em sobreposição a duas construções existentes no local.

Originalmente, tal como o referido anteriormente na caracterização histórica, o imóvel serviu para o alojamento de aquistas, pelo que a distribuição de funções pelos pisos reflete claramente essa utilização. Ao nível do rés-do-chão far-se-iam as entradas e localizar-se iam as salas de utilização coletiva, bem como espaços confinantes à administração do hotel e suas habitações. Nos pisos superiores encontravam-se os quartos, num esquema simples de corredor central e abastecimento das células ao longo deste. A cave era destinada aos espaços de serviço, tratamento de roupas, arrecadações e cozinha, diretamente ligada a um salão de refeições.

O edifício desenvolve-se em três pisos e cave, sendo o último em mansarda, num sistema construtivo constituído por paredes autoportantes em alvenaria de xisto, rematadas nos cunhais por cantarias de granito amarelo, em situações de guarnições de vãos, pilastras, cornijas e frisos. A estrutura de suporte aos pavimentos é feita através de barrotame em madeira de castanho, sobre o qual se aplica o soalho em tábuas de madeira. As divisões das frações, são maioritariamente feitas através de tabiques em madeira, revestidas a argamassa bastarda de saibro com acabamento caiado. A cobertura do edifício em telha Marselha, repousa sobre um ripado assente sobre asnas de madeira. O último piso, em mansarda, que não ocupa a totalidade da implantação, é construído em sistema de tabiques, constituindo uma estrutura leve, correspondendo provavelmente a um aditamento ao edifício original, ou a uma intenção inicial deliberada de não sobrecarregar as paredes.

O alçado principal, bem como o posterior, tendo em conta que os laterais confrontam diretamente com as construções vicinais, apresentam-se disciplinados e de grande austeridade, resultantes do realce da cantaria, rebocados que são os seus interstícios, dimensões de fenestração, e utilização das madeiras nos vãos e portadas interiores, num conjunto de grande nobreza.

Em termos populacionais, o Hotel Vilhena alberga uma população mais envelhecida, na sua maioria, existindo, até à data, sete agregados a residir nesse espaço. Os agregados são, na sua totalidade, agregados com baixos rendimentos, sem possibilidade para optarem por residir em outros espaços habitacionais.

O uso do edifício era predominantemente habitacional, estando a cave reservada para espaço de armazém. O acesso ao edifício era feito transversalmente à rua em dois pontos distintos: um, que atravessa todo o edifício ligando ao logradouro (respeitando um direito de passagem que ainda hoje se mantém), e servindo apenas duas frações ao nível do rés-do-chão; e outro, igualmente em corredor, mas sem ligação direta com o terreno sobranceiro, servindo a escada de comunicação vertical entre pisos, que se

implanta perpendicular a este, de forma a entrar nos pisos subsequentes paralela ao corredor que atravessa todo o piso no sentido longitudinal, num esquema de distribuição “frente-trás”, que se repete nos restantes pisos de uma forma mais ou menos clara. Sob o tardo poente do edifício, encontra-se ainda uma passagem, que se julga posterior à data de construção, e que oscila de nível à medida que se desenvolve o seu percurso, fazendo acesso ao logradouro e parte mais alta dos terrenos vizinhos.

A requalificação do Hotel Vilhena, a decorrer atualmente, aparece como a solução viável, capaz de combater um possível despovoamento daquele espaço e principalmente constituir-se como a solução para outros problemas habitacionais existentes em Caldas do Moledo. Note-se que a reabilitação do Hotel irá permitir o realojamento de mais agregados, 11 no total, a residir em condições precárias e igualmente caracterizados por um défice acentuado de rendimentos.

Núcleo 2 – Bairro da Junta Autónoma das Estradas

O Bairro da Junta Autónoma das Estradas é constituído por um bloco habitacional com quatro entradas, cada uma delas com seis fogos, perfazendo um total de 24 fogos, distribuídos por tipologias T2, T3 e T4.

A execução do traçado das variantes às E.N.2 e 108 na travessia da antiga Vila da Régua, implicou a demolição de 24 habitações ocupadas por famílias oriundas de classes sociais mais desfavorecidas, tornando-se impreterível e humano o realojamento desses agregados, evitando-se o agravamento do problema habitacional.

De igual forma, a realidade socioeconómica de cerca de duas dezenas de famílias com as naturais heterogeneidades inerentes, puderam ser detetadas em contactos diretos com a população em causa e através de fontes de informação idóneas resultado de visitas e inquéritos realizados no local.

Neste sentido, e sendo certa a demolição das habitações para construção da referida estrada, pensou-se inicialmente em adquirir pré-fabricados para realojamento dos 24 agregados. A hipótese sugerida mostrou-se inviável, pois o seu custo e qualidade não perfizeram a solução ideal para as famílias em causa. Assim, o Bairro da Junta Autónoma de Estradas foi construído pela Direção de Estradas do Distrito de Vila Real em terreno cedido pela autarquia.

O terreno colocado à disposição pela autarquia situa-se na parte mais alta da cidade e em zona de expansão urbana. Descendo ligeiramente de nascente para poente, abrem-se neste quadrante sobre panorâmicas de rara beleza características da região duriense. Apoiado em arruamento adjacente – Rua das Diabas – previu-se por outro lado a abertura de um novo arruamento saindo daquele e passando a poente do terreno destinado à construção que, diretamente, serve o conjunto edificado e outros urbanisticamente previstos, em terrenos vizinhos.

Na área envolvente foi construído um lavadouro para uso da população a realojar. Ainda nesse espaço, e mais propriamente na zona envolvente às entradas foram construídos canteiros para pequenos jardins.

Núcleo 3 - Bairro Avenida Diocese de Vila Real

O Bairro Avenida Diocese de vila Real é constituído por três blocos habitacionais, com seis entradas, sendo que em cada entrada existem seis fogos mais nove caves, perfazendo um total de 45 fogos.

O Bairro foi construído com participação do anterior IGAPHE e INH (acordo de colaboração celebrado em 07 de outubro de 1990). A sua construção teve como objetivo realojar população residente em barracas, desalojados a residir na antiga manutenção militar, casas da Câmara para demolição e outras em ruína iminente.

O terreno situa-se a uma cota bastante elevada (cerca de 4 metros) acima da estrada do Corgo e 10 metros relativamente à ponte. Dado o impacto visual do empreendimento, optou-se por construções de três pisos, de forma a atenuar a agressividade do volume construído. A Sul do terreno foi construído um muro, limitado pelo talude natural que separa o terreno da estrada do Corgo. Todo o conjunto é servido por uma via com retorno, provida de baías de estacionamento com capacidade suficiente, que entronca na estrada nacional. Os edifícios foram implementados à face deste arruamento, mas com o afastamento necessários à existência de uma zona verde em volta dos blocos.

Posteriormente, e numa segunda fase de intervenção no referido Bairro, foram aproveitados os fundos dos blocos para construção de nove caves destinadas a habitação, de tipologias T1 e T2. O terceiro bloco encontra-se separado dos restantes por um arruamento, pois a área do terreno não permitiu que os blocos fossem construídos com ligação.

Em volta do edificado foram criadas zonas verdes com a função de embelezamento e organização do próprio espaço comunitário. Na zona interior do edificado existe um pequeno parque em cimento que é utilizado pelos moradores, principalmente os residentes nas caves como área de lazer, realização de pequenos churrascos, zona de estendal, encontros entre vizinhos.

Núcleo 4 – “Bairro Branco” (Bairro Calouste Gulbenkian / Fundo Fomento da Habitação / Fundação Salazar)

O vulgo “Bairro Branco” engloba três áreas de habitação social construídas, em períodos próximos, para realojamento de famílias desalojadas pelas cheias do rio e especificamente para elementos da Polícia de Segurança Pública e funcionários do estado. Atualmente, existem fogos que foram adquiridos pelos arrendatários (108 fogos), encontrando-se os restantes (40 fogos) arrendados pela autarquia, no entanto, continua viável a possibilidade de as famílias poderem, a qualquer momento, adquirir o imóvel.

Assim, o Bairro Calouste Gulbenkian foi construído na década de 60, estando a sua construção dividida em duas fases: 1ª fase de construção dos fogos e 2ª fase construção de acessos, rede de abastecimento de águas e esgotos. O projeto contemplou a construção de 100 fogos, tendo a Autarquia adquirido o terreno, numa área total de 12 065 m², a particulares. As debilidades económicas da autarquia levaram a que esta recorresse ao apoio da fundação Calouste Gulbenkian, do próprio Estado e o restante montante financeiro adquirido por empréstimo privado.

A posse do Bairro foi sempre da autarquia e estes foi construído para realojamento de famílias desalojadas pelas cheias do rio Douro em janeiro de 1962, que residiram, até à construção do mesmo, em armazéns sem o mínimo de condições de habitabilidade. A denominação do Bairro surge como uma homenagem à fundação que em muito apoiou a sua construção. O Bairro, localiza-se na freguesia de Godim numa zona mais periférica da cidade, no entanto, encontra-se rodeado por cafés, supermercados, centro escolar, uma instituição de solidariedade social de apoio à terceira idade, zonas de recreio como o campo de jogos e um parque infantil.

A criação de zonas verdes e do parque infantil foi tida como fundamental na harmonização do próprio espaço e dos residentes, em fase posterior à construção do Bairro. Para tal a autarquia, em 1968, enviou pedido por escrito, à Direção Geral dos Serviços de Urbanização, a formalizar essa necessidade.

A alargada área do terreno, que nessa altura foi comprado a particulares para que fosse possível a construção do referido espaço habitacional, foi, posteriormente, aproveitada para construção dos Bairros denominados de Fundo Fomento da Habitação e Fundação Salazar. Assim sendo, nesse espaço foram construídos mais dois Bairros de Habitação Social, fruto da necessidade de realojamento de famílias provenientes da zona ribeirinha, funcionários públicos e outras famílias em situação de comprovada carência social e económica.

O Bairro Fundo Fomento Habitação foi comparticipado pelo Fundo Fomento, tendo como objetivo a ocupação de fogos por reserva e outras situações de grave carência social e habitacional, de acordo com os termos do art.º 9º, do Decreto-Lei n.º 797/76 de 6 de novembro e Decreto Regulamentar n.º 50/77. É constituído por três blocos com uma entrada cada e nas quais existem oito fogos, não existem caves nos fundos de cada bloco, perfazendo assim um total de 24 habitações. Das 24 habitações, até ao momento, cinco foram compradas pelos arrendatários, sendo que as 19 restantes pertencem à autarquia.

O Bairro em questão obedece ao mesmo tipo de construção que o Bairro Calouste Gulbenkian, à exceção da inexistência das pequenas varandas abertas em cada fogo que existem no Bairro Calouste Gulbenkian. De igual modo, obedecem à mesma disposição dos fogos, não existem caves, é constituído por rés-do-chão, 1º, 2º e 3º andar, em volta do edifício existem canteiros de área reduzida para possíveis jardins. Numa das empenas foram criadas pequenas janelas para respiração das casas de banho. Os três blocos denominados de Fundo Fomento da Habitação encontram-se intercalados com os três blocos do Bairro Fundação Salazar, construído por volta de 1960 pela, já extinta, Fundação Salazar.

No dia 3 de outubro de 1996 foi celebrado um protocolo relativo à entrega do Bairro à autarquia, devidamente homologado pelo Ministro da Solidariedade e Segurança Social, por motivos de extinção dessa mesma fundação. Os processos dos 24 moradores foram entregues à autarquia, entrando o protocolo em vigor em 4 de dezembro de 1996. Neste sentido, o município comprometeu-se nos termos do artigo 2º do Decreto – Lei n.º 295/78 de 26 de setembro, alterado por ratificação pela Lei n.º 12/79, de 7 de abril, a registar a seu favor os mesmos no prazo legal, passando assim a pertencer à Câmara Municipal a partir de janeiro de 1997.

Os edifícios obedecem ao mesmo tipo de construção do Bairro Fundo Fomento Habitação, sendo constituído cada bloco por uma entrada com oito fogos, perfazendo um total de 24 fogos. Não existem caves em cada bloco e em volta dos mesmos foram construídos canteiros para criação de pequenos jardins. Numa das empenas foram criadas pequenas janelas para respiração das casas de banho. Posteriormente os fogos foram colocados à venda, sendo que no momento a autarquia é proprietária de 11 fogos, num total de 24 fogos.

Núcleo 5 - Bairro da Azenha

O Bairro Quinta da Azenha é constituído por dois blocos habitacionais, com cinco entradas, sendo que em cada entrada existem seis fogos, perfazendo um total de 30 alojamentos residenciais.

O Bairro foi construído com a comparticipação do anterior Instituto Nacional da Habitação, através do estabelecimento de acordo de colaboração celebrado em janeiro do ano de 2000. A sua construção teve como objetivo a melhoria da situação habitacional das populações de menores recursos económicos, designadamente as ainda residentes em barracas e situações similares.

O primeiro edifício alberga três entradas, de tipologia T3, num total de 18 fogos e uma cave utilizada para armazém, pertença da Câmara Municipal. O segundo edifício apresenta duas entradas, com tipologias T2 e T4, num total de 12 fogos e duas caves, uma utilizada como armazém, arrecadação e a outra utilizada para funcionamento ao público do Espaço Solidário, serviço criado pela Câmara Municipal. O espaço residencial possui áreas de circulação automóvel, atribuindo-lhe uma maior abertura para o exterior e para a integração do espaço nos restantes edifícios circundantes. Existe um parque infantil na imediação do primeiro bloco habitacional, sendo também circunscrito por zonas verdes a toda a área do espaço residencial.

Núcleo 6 – Bairro de Moura Morta

Enquadrado na ELH do Município do Peso da Régua, o Bairro de Moura Morta, construído, em 1961, pelo Estado, a favor das Casas do Povo (CCE-CP), é composto por três blocos habitacionais de quatro moradias geminadas cada, todas de tipologia T3 e com dois pisos.

Desde a sua construção, feita em betão armado e tijolo, que não existia qualquer tipo de intervenção nos imóveis, que têm vindo a degradar-se no tempo.

Perante tal realidade, e em conformidade com a cedência de direito de superfície a favor do Município, este, no âmbito do Programa 1º Direito, encontra-se, atualmente, a realizar obras de reabilitação interior e exterior nos 11 fogos de gestão municipal, por forma a conceder condições dignas de habitabilidade aos munícipes residentes, em regime de arrendamento apoiado (habitação social).

Núcleo 7 – Bairro de Fontelas

Enquadrado na ELH do Município do Peso da Régua, o Bairro de Fontelas, construído, em 1965, pelo Estado, a favor das Casas do Povo (CCE-CP), é composto por quatro moradias habitacionais, todas de tipologia T2, das quais duas foram, recentemente, adquiridas pelos residentes.

Desde a sua construção, feita em alvenarias de tijolo e betão armado, que não existia qualquer tipo de intervenção nos imóveis, que têm vindo a degradar-se no tempo.

Perante tal realidade, e em conformidade com a cedência de direito de superfície a favor do Município, este, no âmbito do Programa 1º Direito, submeteu uma candidatura para realizar obras de reabilitação interior e exterior nos dois fogos de gestão municipal, por forma a conceder condições dignas de habitabilidade aos munícipes residentes, em regime de arrendamento apoiado (habitação social).

Núcleo 8 e 9 – Escolas de Fontelas e da Presegueda

Os edifícios das antigas escolas primárias de Fontelas e da Presegueda, construídos pela Câmara Municipal, nas décadas de 70 e 60, respetivamente, seguindo a arquitetura e métodos construtivos típicos do Plano dos Centenários são imóveis de propriedade municipal que, no âmbito da ELH se pretendem requalificar e reconverter em habitação, para que possam dar resposta a quatro e uma família, respetivamente, em regime de arrendamento apoiado (habitação social).

Sendo imóveis que apresentam um estado de degradação avançado e patologias necessárias resolver para que possam ser reconvertidos em habitação social, a Câmara Municipal, em 2023, submeteu uma candidatura para cada imóvel, ao abrigo do Programa 1º Direito, a fim de poder financiar obras de reabilitação que possam garantir condições dignas de habitabilidade a quatro famílias, no caso da escola de Fontelas, e uma família na escola da Presegueda.

Como necessidade referida anteriormente, importa salientar que através de uma candidatura ao abrigo do Aviso n.º Norte-040-2017-04-Reabilitação dos Bairros Sociais (Eficiência Energética), o Município, entre 2021 e 2023, realizou obras de reabilitação nos Bairros Sociais de que é proprietário, no que concerne à melhoria da certificação energética e, consequentemente, ao aumento da qualidade de vida dos seus residentes. Pretendeu-se, assim, diminuir os consumos de energia na habitação social, contribuir para a diminuição da pegada ecológica, através da diminuição do consumo em excesso dos combustíveis fósseis,

diminuir os custos financeiros, decorrentes de obras esporádicas de manutenção dos edifícios, aumentar o conforto dos residentes e contribuir para o bem-estar e saúde dos mesmos.

Em complemento às obras exteriores, referidas anteriormente, o Município encontra-se, atualmente, a reabilitar todos os fogos de que é proprietário, bem como a adquirir para reabilitar e construir novos fogos na zona alta da cidade, para atribuir no regime de arrendamento apoiado (habitação social), no âmbito de candidaturas efetuadas ao abrigo do Programa 1º Direito, financiando pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e gerido pelo IHRU.

Por último, ainda no âmbito do Programa 1º Direito, anteriormente referido, importa salientar o apoio dado pelo Município a privados, titulares das suas habitações, na submissão de 166 candidaturas e gestão física e financeira das respetivas obras de reabilitação, que representam um investimento na ordem dos 10 milhões de euros.

Com este apoio, transversal a todas as freguesias do concelho, o Município irá ajudar 355 famílias a terem uma habitação digna e, consequentemente, melhores condições e qualidade de vida.

5.2.1 CARATERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS HABITACIONAIS – PROPRIEDADE DO INSTITUTO DA HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA

Núcleo 10 – Bairro das Alagoas

Alagoas, propriedade do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, é uma pequena área de habitação social. Foi construída em 1979 para realojar famílias de baixo estatuto socioeconómico (condição social modesta), que viviam em condições de habitação precária e/ou eram vítimas desalojadas das cheias do Douro.

O Bairro é constituído por oito blocos, 22 entradas e neles residem aproximadamente 600 moradores, 160 famílias, onde cerca de 40% são de etnia cigana, que foram alvo de intervenção, através de um projeto denominado: “Velhos Guetos, Novas Centralidades”, resultado de uma candidatura do Instituto Nacional da Habitação e do Estado Português aos fundos do Instrumento financeiro do Espaço Económico Europeu (EFTA).

Esta candidatura visou duas áreas de intervenção (Alagoas e Rabo de Peixe) que partilham do mesmo estatuto periférico, caracterizado por dois grandes problemas: a insularidade e a interioridade e por graves assimetrias sociais e económicas. O projeto Alagoas teve por base princípios orientadores do espírito do Plano Nacional de Ação para a Inclusão: Nacional de Ação para a inclusão: promover a sustentabilidade ambiental e a requalificação urbana; assegurar a coesão social e a qualidade de vida; promover novas formas de regulação social entre os diferentes níveis de administração pública e a sociedade civil; implementar uma abordagem multidimensional a problemas e potencialidades; utilizar a inovação e conhecimento em termos Know-how organizacional, técnico e prático.

Núcleo 11 – Bairro Fundo Fomento da Habitação (Sacadura)

Conjunto habitacional de média densidade, composto por seis edifícios, com quatro pisos e semicave, dispostos em duas bandas perpendiculares à principal via de acesso. Os edifícios apresentam fachada assimétrica, com a caixa das escadas voltada para o exterior marcando o eixo central. Do lado esquerdo desse eixo destaca-se um volume saliente, com duas janelas por piso.

Os fogos apresentam janelas de peitoril, variando a sua largura em função do tipo de compartimento que serve. A fachada tardoz é semelhante à principal, excluindo a escada e a entrada principal.

As fachadas apresentam-se pintadas de cinza-claro, destacando a pala da zona das entradas e a envolvente das janelas dos arrumos pintados a branco. A cobertura é de duas águas, em chapa ondulada de fibrocimento, com platibanda em alvenaria e caleira interior drenando para um tubo de queda em cada fachada. Os seis blocos, totalizam 60 fogos habitacionais de tipologias T1, T2, T3 e T4, dos quais, à data, 45 foram adquiridos pelos arrendatários, sendo que as 15 restantes se mantêm de gestão pública, por parte do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana.

De uma forma geral, os núcleos de habitação de interesse social apresentam algumas deficiências físicas, provenientes, na sua maioria, do desgaste das infraestruturas dos edifícios de interesse social, justificando-se a necessidade de requalificação dos edifícios. Nesse sentido, é fundamental fazer coincidir a melhoria das condições de alojamento com a melhoria das condições envolventes aos núcleos habitacionais, numa lógica de autonomização dos espaços e das suas gentes. Neste aspeto, importa referir que a Câmara Municipal procedeu à implementação de condomínios informais em dois dos núcleos identificados anteriormente, Bairro da Azenha e Bairro das Alagoas, através do Programa Contrato Local de Desenvolvimento Social +, tendo-lhe dado continuidade nos sucessivos CLDS's (CLDS 3G e CLDS 4G). A iniciativa, reconhecida pelo Instituto de Empreendedorismo Social, enquanto projeto com elevado potencial inovador e empreendedor, pretende dar resposta à necessidade de organização, manutenção e gestão do espaço habitacional, numa lógica de envolvimento e responsabilização social e ambiental dos residentes.

Os Condomínios Informais funcionam com residentes da zona identificada, organizados por entrada, que se juntam voluntariamente e que, de forma autónoma, definem estratégias de limpeza e manutenção do Bairro. Considerou-se que a atitude perante o local em que residem as pessoas dos núcleos de habitação social devia ser alterada e que, para tal, o envolvimento dos moradores constituía um critério fundamental na inserção e resolução das situações atípicas verificadas.

6. COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS

A CPCJ de Peso da Régua é uma instituição oficial não judiciária com autonomia funcional que visa promover os direitos da criança e prevenir e pôr termo, a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

A CPCJ de Peso da Régua na sequência da publicação da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, foi reorganizada com a publicação da Portaria nº 1226-BB/2000, de 30 de dezembro.

As situações que legitimam a intervenção da CPCJ encontram-se plasmadas no Art.º 3º da LPCJP, e, acontece quando não é possível às entidades com competências em matéria de Infância e Juventude atuar de forma adequada e suficiente por forma a renovar o perigo em que se encontra a criança ou o jovem respeitando, sempre, o princípio da subsidiariedade.

A intervenção da CPCJ depende sempre do consentimento expresso dos pais, da representante legal ou da pessoa que tenha a guarda de facto, assim como, da não oposição da criança ou jovem ou idade igual ou superior a 12 anos.

A CPCJ de Peso da Régua exerce funções na área do respetivo município e funciona na modalidade alargada ou restrita.

6.1.1 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ALARGADA

A Comissão Alargada tem como competência desenvolver ações de promoção dos direitos e prevenção das situações de risco para as crianças e jovens, para além de outras competências expressas no artigo 18º da LPCJP. A composição da Comissão Alargada observa as orientações previstas no Art.º 17º da LPCPJ. A comissão Alargada reúne mensalmente.

6.1.2 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO RESTRITA

Em conformidade com o Artigo 21º da LPCJP, à Comissão Restrita compete informar e atender as pessoas que se dirigem à CPCJ, abrir processo de Promoção e Proteção nos casos sinalizados que o justifiquem e arquivar aqueles em que tal procedimento não seja necessário. Cabe igualmente à Comissão Restrita fazer o acompanhamento de cada caso e aplicar, sempre que necessário, o conjunto de medidas de promoção e proteção, prevista no Artigo 35º da LPCJP. A comissão Restrita reúne quinzenalmente.

6.2 ATIVIDADE PROCESSUAL

6.2.1 VOLUME PROCESSUAL GLOBAL

A análise do fluxo processual global anual da CPCJ implica a análise do total de processos acompanhados pela CPCJ. Este divide-se em três categorias essenciais: no volume processual global (VPG), que corresponde à soma dos processos transitados de anos anteriores, dos Processos de Promoção de Proteção (PPP) instaurados no ano em avaliação e dos processos transferidos nesse mesmo ano. De entre os processos instaurados distinguem-se aqueles que correspondem a novas situações de perigo e os que resultam de transferências de processos entre CPCJ por alteração da competência por alteração de competência territorial; o arquivamento global, corresponde ao total de processos findos no ano em avaliação, o seu valor é encontrado somando o número de processos arquivados liminarmente, o número de processos arquivados após o início da intervenção das CPCJ; e total de processos ativos no final do ano em avaliação, que corresponde à diferença entre o número de processos entrados (volume processual global) e findos no ano (Arquivamento global).

No ano de 2023, esta CPCJ recebeu 94 processos, cessou-se a intervenção em 85 processos, 84 por arquivamento e 1 por transferência por alteração da Competência territorial (EA). Assim, foram acompanhados 173 processos (VPG). No final do ano permaneciam ativos 88 processos, que transitaram para 2024

CARACTERIZAÇÃO PROCESSUAL EM 2023			
PROCESSOS ABERTOS (Comunicações)		PROCESSOS INSTRUÍDOS (Deliberação)	
Transitados do ano 2022	94	Transitados do ano 2022	94
Novos Processos	39	Novos no ano (IN)	35
Por transferência (AP)	0	Por transferência (AP)	0
Reabertos	39	Deliberação de reabertura	39
Transferência por alteração da Competência Territorial (EA)	1		
TOTAL DE ENTRADAS:	173		
TOTAL DE PROCESSOS COM INSTRUÇÃO	168		
PP aguardam deliberação	6		
CESSAÇÃO DA INTERVENÇÃO			
Liminar	0		
Arquivamento	0		
Remessa a Tribunal	0		
Transferência por incompetência territorial (EA)	0		
Pós liminar	0		
Arquivamento	84		
Transferência por competência territorial (EA)	1		
TOTAL DE PROCESSOS CESSOU INTERVENÇÃO	85		
VPG do ano	173		
TOTAL DE PROCESSOS ATIVOS	88		

Figura 50 - Caraterização Processual em 2023, Fonte: CPCJ Peso da Régua, 2023.

6.2.2 ENTIDADES SINALIZADORAS

No que diz respeito às comunicações de Perigo efetuadas pelas entidades, a CPCJ rececionou, no ano de 2023, um total de 86 comunicações. As entidades com maior número de comunicações de situações de perigo à Comissão foram, por ordem decrescente, as seguintes: Autoridades Policiais (28), própria CPCJ ou outras Comissões (21), Estabelecimento de Ensino (11), Estabelecimento de Saúde (4), Anónimo (14), Ministério Público (3), Familiares (1), Vizinhos e Particulares (2), Projetos Comunitários (2). É possível verificar uma representação destes dados no gráfico abaixo.

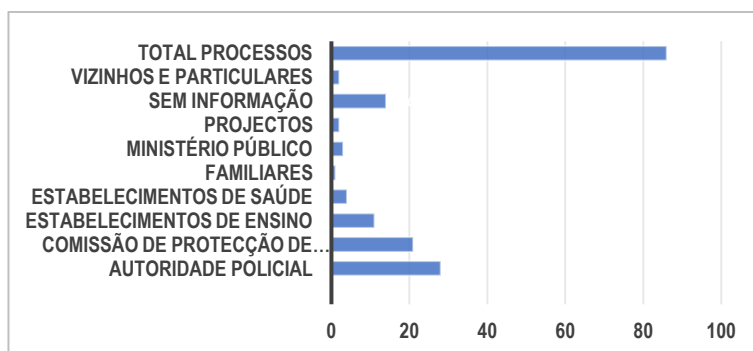


Figura 51 - Entidades Sinalizadoras em processos de 2023.
Fonte: CPCJ Peso da Régua, 2023.

Atendendo aos valores reportados no Relatório de Atividades de 2022, é possível verificar que existiu um aumento de (9) das comunicações provenientes da autoridade policial e que esta se manteve como a principal entidade sinalizadora. Por outro lado, a comunicação efetuada pelos estabelecimentos de ensino manteve-se, e verificou-se um aumento das comunicações efetuadas anonimamente (10).

6.2.3 MODALIDADES DE CONTACTO DAS SINALIZAÇÕES

No que se refere às modalidades de contacto das sinalizações, o principal meio utilizado para comunicar uma situação de perigo foi o correio eletrónico, que resultou em 46 sinalizações. De seguida surgem 31 sinalizações efetuadas presencialmente, e 9 por escrito.

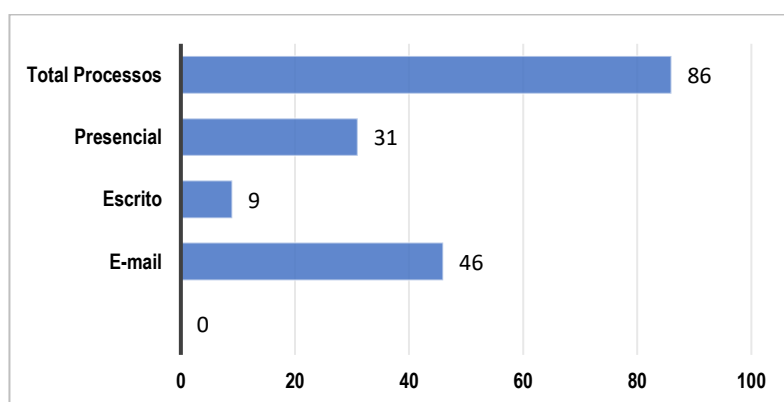


Figura 52 - Comunicações rececionadas durante o ano de 2023 em função da modalidade de contacto utilizado.

6.3 CARACTERIZAÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS

Em 2023, a CPCJ acompanhou 168 crianças e jovens, sendo que 93 eram de sexo masculino e 75 do sexo feminino.

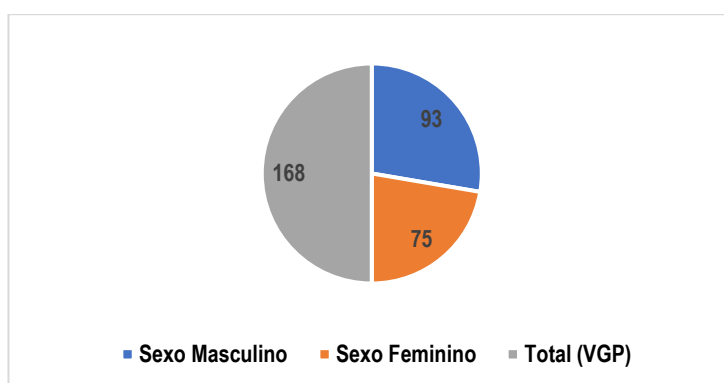


Figura 53 - Número de crianças e jovens acompanhados, no ano de 2023, em função do sexo

De uma forma geral, foram acompanhados mais jovens do que crianças como se pode verificar pela figura 53. A faixa etária mais predominante corresponde ao intervalo de idades compreendidas entre os 11-14 anos, seguindo-se o intervalo de idades correspondente aos 15-17 anos, sendo que 51 foram jovens do sexo masculino e 30 do sexo feminino, perfazendo um total de 81 jovens. A terceira faixa etária mais prevalente compreende os jovens entre os 9 e os 10 anos, dos quais 8 são do sexo

masculino e 11 do sexo feminino. A quarta faixa etária mais prevalente corresponde às crianças com idade compreendida entre os 3 e os 5 anos, seguidas pelas crianças entre os 0 e os 2 anos, e por fim as crianças com idade entre os 6 e os 8 anos. Foram ainda acompanhados 12 jovens com mais de 18 anos (intervalo de idades 18-21 anos).

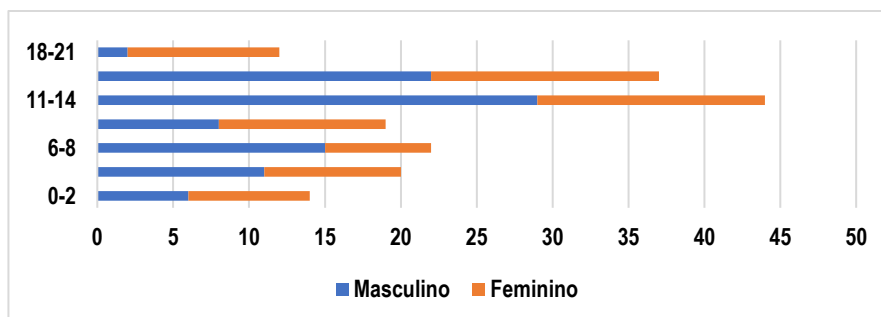


Figura 54 - Número de crianças e jovens acompanhados por Faixa etária e Sexo, ao longo do ano de 2023.
Fonte: CPCJ 2023.

6.3.1 CRIANÇAS E JOVENS ACOMPANHADOS POR NACIONALIDADE

No que diz respeito a nacionalidade das crianças e jovens acompanhadas durante o ano de 2023, verifica-se que são maioritariamente de nacionalidade portuguesa (159). Ainda que com valores substancialmente inferiores, regista-se ainda a existência de crianças e jovens com nacionalidade são-tomense, brasileira e ucraniana.

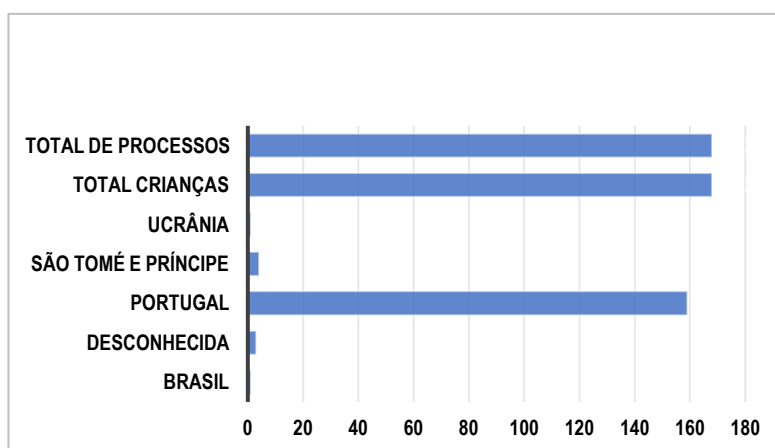


Figura 55 - Nacionalidade das crianças e jovens acompanhadas durante o ano de 2023.

6.3.2 PROBLEMÁTICAS SINALIZADAS

No referente às problemáticas sinalizadas em processos instaurados e reabertos, há a assinalar que no ano de 2023, as principais problemáticas sinalizadas à CPCJ do Peso da Régua, foram a Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança (ECPCBEDC) nomeadamente a Violência Doméstica (38), seguindo-se as situações de perigo em que esteja em causa o direito à educação (SPDE), no caso específico o absentismo escolar (25); as negligências aos vários níveis (educativo, saúde e falta de supervisão e acompanhamento familiar) ocupam os lugares seguintes. Ainda no que concerne à exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança (ECPCBEDC), os Comportamentos Graves Anti-Sociais ou/e de Disciplina correspondem a (10) situações.

O Bullying, o consumo de bebidas alcoólicas, a hostilização e ameaças, a depreciação/humilhação apesar de serem problemáticas com menos incidência nos processos instaurados, configuram-se preocupantes, sobretudo por ocorrerem nas faixas etárias juvenis (11-14 anos e 15-17 anos). Os maus-tratos por ofensa física/castigo corporal e o insucesso escolar foram também problemáticas assinaladas, pese embora o número reduzido de sinalizações.

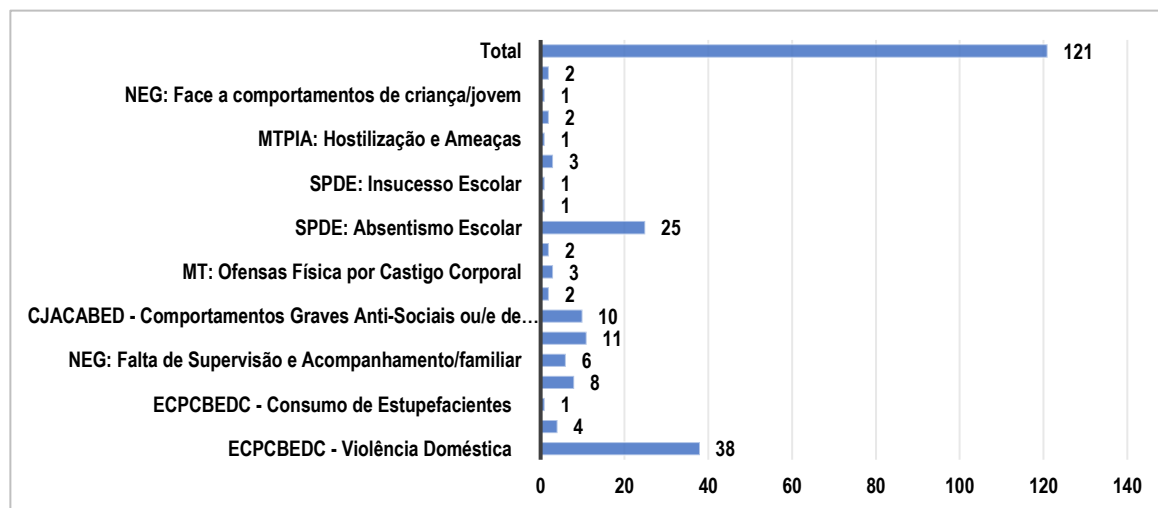


Figura 56 - Problemáticas sinalizadas no ano 2023.
Fonte: CPCJ 2023.

6.4 MEDIDAS DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO APLICADAS

No decorrer do ano de 2023 a grande maioria das medidas de promoção e proteção aplicadas pela CPCJ, correspondem à medida de apoio junto dos pais (56), que mantém a sua importância em termos relativos e absolutos. As restantes medidas aplicadas foram Apoio Junto de Outro Familiar e Acolhimento Residencial.

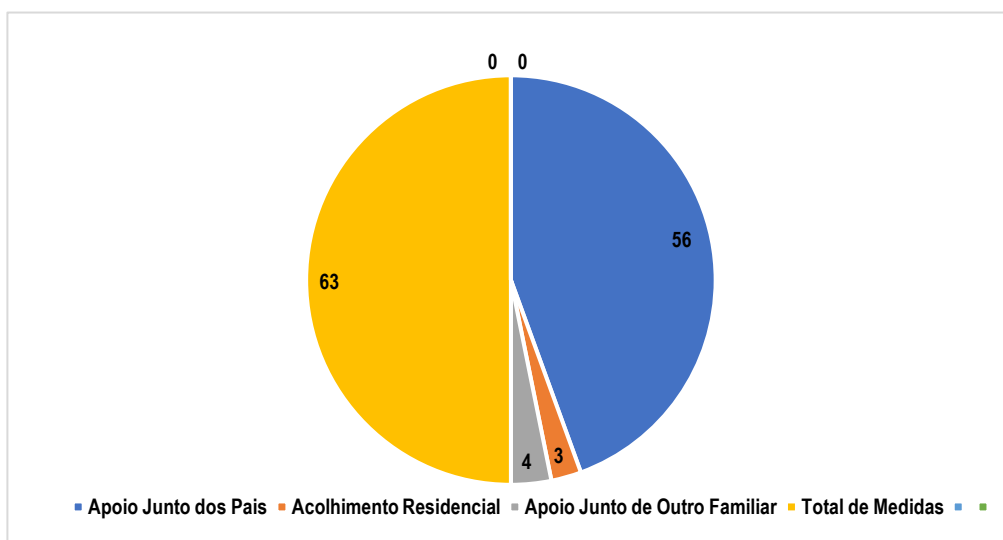


Figura 57 - Medidas de Promoção e Proteção Aplicadas durante o ano de 2023.

6.4.1 ARQUIVAMENTO DOS PROCESSOS DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO

O motivo principal que levou ao arquivamento dos processos ocorreu por Cessação da medida - A situação de perigo já não subsistir (31), seguindo-se o facto de ter decorrido o prazo de duração ou prorrogação da medida e a situação de perigo já não subsistir (21). Foram ainda cessados (9) processos por o jovem atingir a maioridade ou por ter completado 21/25 anos.

MOTIVO DO ARQUIVAMENTO	PROCESSO TRANSITADO	PROCESSO INSTAURADO	PROCESSO REABERTO	GLOBAL
A situação de perigo já não subsiste	1	4	0	5
Cessação da Medida - A situação de perigo já não subsiste	20	7	4	31
Cessação da Medida – Apadrinhamento civil	1	0	0	1
Cessação da Medida – Decorreu o prazo de prorrogação da Medida e a situação de perigo já não subsiste	21	0	0	21
Cessação da Medida - O jovem atingiu a maioridades ou Completou 21 ou 25 anos	8	0	1	9
Remessa ao MP – Indisponibilidade de meios para Aplicar/Executar (Medida Cautelar)	0	1	0	1
Remessa ao MP – Não cumprimento Reiterado do Acordo de Promoção e Proteção	6	0	0	6
Remessa ao MP- Não presta consentimento	0	3	3	6
Remessa ao MP – Não presta consentimento (Progenitor anteriormente ausente) Art.º 9 n.º 8	1	0	1	2
Remessa a Tribunal – Apensão a Processo Judicial nos termos do Art.º 81	2	0	0	2
Número do Processos	60	15	9	84
Total de Processos Arquivados	84			

Figura 58 - Processos arquivados/cessados por motivo em 2023.

6.5 PROJECTOS

6.5.1 SOMOS ESCOLA, SOMOS COMUNIDADE

Este projeto teve início no ano letivo 2020/2021, sendo um Projeto de “Combate ao absentismo escolar no seio da comunidade cigana de Peso da Régua”.

Uma das áreas onde o confronto entre culturas e valores minoritários e majoritários são mais exacerbados, é sem dúvida, a escola. Sabemos que a taxa de escolarização ainda é muito reduzida, na cultura cigana.

Na cidade de Peso da Régua, a comunidade cigana é consideravelmente numerosa, encontrando-se maioritariamente alojada, num único bairro, denominado “bairro verde”, o que a nosso ver agrava o “isolamento cultural” da etnia e a renitência em permitirem que os mais jovens acedam livremente à estrutura social existente na comunidade, e que a entenda como também sendo sua.

A educação é uma área fundamental para a inclusão destes na sociedade, dita dominante. A escola tem de assumir-se como espaço de pertença de todas as crianças, nas quais se incluem evidentemente as crianças ciganas, respeitando e alargando as suas expectativas, como fator de sucesso e incentivando essas crianças a respeitar todas as outras culturas e formas de estar que não a sua.

A escola tem de cativar crianças e pais, fazendo-os entender que a educação é essencial para que tenham um crescimento saudável e equilibrado, com respeito pela sua cultura e pela sociedade em geral.

Não é certamente uma fácil missão, principalmente numa comunidade como a de Peso da Régua, onde há muito que os adultos aprenderam a viver fora da comunidade dita dominante e com tal postura, isolaram cultural e educacionalmente as suas crianças. Culturalmente, as crianças ciganas, desde tenra idade são envolvidas no processo de sustento familiar, ajudando os pais na feira, principalmente os rapazes. As raparigas têm ao seu cuidado as de tarefas domésticas e a guarda dos irmãos mais novos. Especificamente a comunidade cigana de Peso da Régua, está associada a comportamentos anti sociais e mesmo ilícitos por parte dos adultos, com os quais as crianças lidam com normalidade.

Para a quase exclusividade dos pais, saberem ler e escrever e fazer algumas contas, é o suficiente e o que acham necessário para os seus filhos. Na comunidade em apreço podemos dizer que grande parte das crianças sinalizadas, nem essa aprendizagem alcançou, apesar das idades díspares e na maioria dos casos já avançadas.

As retiradas crianças ciganas da escola é tradicionalmente consideradas um ato necessário de preservação da cultura cigana, da comunidade e da identidade, valorizando se primordialmente e por vezes em exclusivo a preservação da identidade de grupo.

A situação de “pandemia” exacerbou este problema, o isolamento cultural e o sentimento de aversão á escola. Por si só, a escola vê-se incapaz de lidar com o problema, tendo um elevado número de alunos de etnia cigana que ou não comparecem às aulas sistematicamente, ou quando comparecem apresentam comportamentos disruptivos e desestabilizadores da comunidade escolar. Perante tal, dá-se a intervenção da CPCJ de Peso da Régua a quem foram sinalizados casos de absentismo escolar na comunidade cigana.

O afastamento de crianças e jovens da etnia cigana da escola é, pois, uma realidade preocupante e que afeta necessariamente o seu bem-estar e saudável crescimento, que urge corrigir. A sua integração na escola, tem necessariamente de ser acompanhada da interiorização de regras de convivência em comunidade, sob pena, de para se proteger o bem-estar de uns, se colocar em perigo o bem-estar de outros. Este é o equilíbrio que é preciso alcançar, e que só é possível, a nosso ver, com todo um trabalho intensivo e conjunto de diversas entidades como, Ministério Público, CPCJ de Peso da Régua, com a intervenção direta de Técnica Social e Psicóloga Clínica, Médico de Família, GAAF – Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família da Escola Secundária João de Araújo Correia, Peso da Régua, Segurança Social, Técnicos do RSI.

O projeto garante acompanhamento psicológico durante o ano letivo, esse é semanal com desenvolvimento de trabalho intensivo na área da motivação escolar, aprendizagem em lidar com a frustração escolar e social; aprendizagem para lidar com o estigma com a etnia cigana; interiorização das normas sociais em articulação com as tradições familiares. Desenvolvimento de rede de atividades de integração na comunidade escolar e social (colocação das crianças e jovens em idade escolar a desenvolver na escola, projetos que os façam sentir integrados na comunidade escolar, por exemplo, a organização pelos próprios, com apoio e

supervisão da CPCJ de palestras nas quais poderão dar a conhecer á comunidade escolar, as suas raízes, tradições, cultura e forma de ver o mundo). Inclusão nas festividades de final de ano letivo, de uma apresentação teatral, levada a cabo por grupo de alunos do qual façam necessariamente parte crianças/jovens de etnia cigana. Tal apresentação deverá ser criada pelo grupo em questão, ao longo do ano, será supervisionada pela CPCJ e GAAF, e deverá ter como tema as diferenças culturais e a necessidade de compreensão mútua entre os jovens independentemente dessas diferenças.

6.5.2 PÚBLICO-ALVO

Crianças e jovens em idade escolar no seio da comunidade cigana de Peso da Régua, no ano de 2022/2023 o projeto envolveu a participação de **33 menores**. No entanto face ao desenvolvimento e efeitos positivos da implementação do projeto como quase uma resolução alternativa de litígio, os pais pedem apoio aos menores que não conseguem integrar na escola. Existe uma maior sensibilidade da importância da escola desde 2021 e uma consciência que o investimento académico poderia e pode ter mudado o rumo de muitos dos jovens que estão em acompanhamento.

A fase da pandemia teve um peso negativo, mas trouxe uma era de renovação, de sentido de mais responsabilidade, de sentimento de arrependimento por muitos não terem conseguido a mínima alfabetização. Conseguiu se motivar duas menores que atingiram os 18 anos, face ao esforço académico, continuarem estudos integrado um ensino profissional mais adequado ao perfil das mesmas destacando que ambas conseguiram atingir o 10º ano de escolaridade. Os menores integrados no 1º ciclo transitaram todos, à exceção de um menor que ficou retido. Segundo a progenitora a professora pretendia transitar, mas a progenitora alegadamente terá solicitado que não transitasse pelas dificuldades de aprendizagem que o menor tem.

No caso dos menores que integraram o projeto com 17 anos de idade para os 18 ainda durante o ano letivo, duas irmãs e um rapaz, sentiram se desmotivados desde a última retenção, postulando que apenas iriam participar, mas que aos 18 anos de idade não teriam mais interesse ou motivação para continuar a estudar.

No final do ano de 2022, houve uma transferência de uma menor para outra cidade, sendo integrada no PIEF jovem casou se dentro da tradição da etnia. Destaca se que a menor não abandonou a escola e não pretende deixar a escola segundo a mesma. Durante o final do 3º período outra jovem casou se, mas emancipou se por casamento civil, pelo que irá abandonar a escola pelo casamento e porque será mãe no fim do presente ano. O projeto aproximou a comunidade de uma forma positiva, integrativa e de confiança. Acreditamos que o projeto seja uma mais-valia, no entanto, objetivamos sempre melhorias, tendo especial atenção ao Superior Interesse da Criança e, que realmente possamos em conjunto, numa ótica de trabalho em rede, que os jovens possam ter um melhor futuro.

6.6 CAMPANHA PRIMEIROS ANOS DE VIDA A NOSSA PRIORIDADE

Em fevereiro de 2023, mediante a assinatura do protocolo com a Fundação de Nossa Senhora do Bom Sucesso, a CPCJ de Peso da Régua passou a integrar a coligação nacional e a participar ativamente na dinamização da mesma ajudando a divulgar a mensagem e dar maior visibilidade à importância do desenvolvimento e da aprendizagem da criança para a construção de uma sociedade saudável e sustentável. Pretende-se promover a consciencialização da sociedade em geral, no sentido de reconhecer e valorizar a importância dos primeiros anos de vida como fulcral na sustentabilidade de qualquer sociedade.

primeiros anos a nossa prioridade

Figura 59 – Imagem Logotipo: Campanha - Primeiros anos, a nossa prioridade

6.7 REDE ESPECIALIZADA PARA A INTERVENÇÃO NA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E EM CONTEXTO FAMILIAR – RIVD – COMARCA/DISTRITO DE VILA REAL

No dia 4 de julho de 2023, a CPCJ de Peso da Régua celebrou com cerca de 35 entidades do distrito de Vila Real o Protocolo de Constituição da Rede Especializada para a Intervenção na Violência Doméstica e em Contexto Familiar – RIVD – da Comarca/Distrito de Vila Real, promovido pelo Sr. Procurador da Comarca/Distrito de Vila Real, promovido pelo Sr. Procurador da República da Comarca de Vila Real, Doutor Rui Botelho Vieira.

Esta iniciativa visa a melhoria de resposta de prevenção, proteção e combate à Violência contra as mulheres e à Violência Doméstica na Comarca/Distrito de Vila Real, no âmbito da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018/2030 – Portugal + igual e respetivo Plano de Ação para a Igualdade entre homens e mulheres 2018/2024 e o Plano de Ação para o Combate à Discriminação em Razão de Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género, e Características Sexuais 2018/2021, tendo como objetivo criar e otimizar uma rede de parceria que permita garantir uma maior capacitação das entidades que atuam na área da Comarca/Distrito de Vila Real, garantindo respostas mais eficazes e eficientes nestas matérias.



Figura 60 - Imagem - Logotipo: RIVD – Distrito de Vila Real.

7. RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

O Rendimento Mínimo Garantido (RMG) inaugura, em 1996, o sistema universal de mínimos sociais em Portugal, tornando-se um instrumento fundamental de políticas inclusivas e um pilar do Estado democrático.

Designada atualmente de Rendimento Social de Inserção (RSI), a medida garante relevância na resposta aos problemas sociais (pobreza, exclusão social, desemprego), com sucesso na redução das desigualdades mais imediatas, graves e intensas (Batista & Cabrita, 2009).

Este consiste numa prestação em dinheiro incluída no Subsistema de Solidariedade no âmbito do Sistema de Proteção Social de Cidadania, e num Programa de Inserção (contrato de inserção), de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados

famíliares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária.

O Rendimento Social de Inserção (RSI) afirma-se como uma medida de política de mínimos sociais que reconhece o princípio da universalidade de direitos para todos, o que garante, a cada cidadão, o direito a condições mínimas de vida (Reis, 2020).

Aos/as beneficiários/as da medida impõe-se que retribuam com disponibilidade, nomeadamente, para o exercício de atividade laboral. Estas ações constam dos contratos de inserção que são concebidos e utilizados como instrumentos facilitadores do regresso ao mercado de trabalho (Reis, 2020).

A inclusão como estratégia para a autonomização é fomentada nestes contratos, que contemplam as ações desenvolvidas pelos beneficiários, mediante as suas expectativas, capacidades e necessidades (GTADS, 2000).

Desde 2003, que os/as beneficiários/as do RSI estão obrigados a estar inscritos nos centros de emprego, caso estejam desempregados e reúnam as condições para o trabalho, estando submetidos aos mesmos deveres e obrigações que impendem sobre os beneficiários/as de prestações de desemprego, nomeadamente o dever de procura ativa de emprego e o dever de aceitar emprego conveniente, formação profissional e trabalho socialmente necessário.

As prestações atribuídas são calculadas com base em critérios de diferenciação porque dependem das condições económicas de cada pessoa e/ou família. O pagamento da prestação do RSI é devido a partir do 1º dia, após o requerimento, e é paga pelo período de 12 meses, renovável, desde que se mantenham as condições de atribuição da prestação.

7.1 CARATERIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DA MEDIDA RSI

Em 2023 foram beneficiários da prestação do rendimento social de inserção 659 beneficiários/as (293 famílias), dos quais 327 são do sexo masculino e 332 do feminino, sendo que, a maioria reside em Peso da Régua e Godim, em oposição às freguesias rurais de Galafura e Covelinhas.

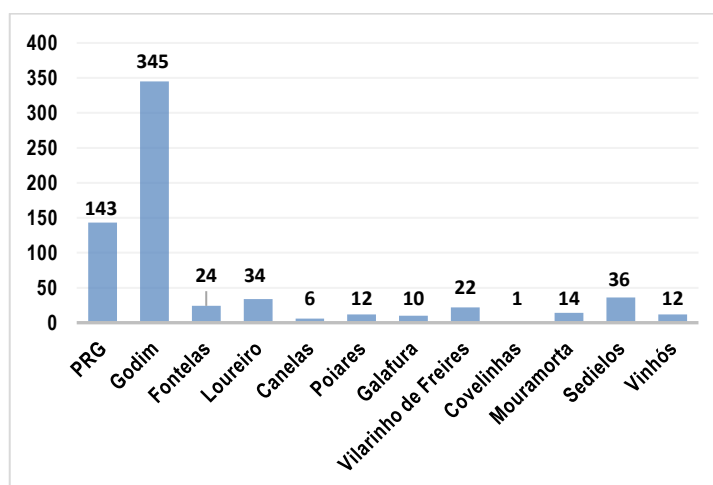


Figura 61 - Distribuição dos beneficiários por freguesia. Fonte: Santa Casa da Misericórdia/Equipa Protocolo RSI, 2023.

Ao nível etário, predomina a população jovem, em idade escolar e na idade ativa, com destaque nas faixas etárias dos 6 aos 18 anos e dos 45 aos 54 anos.

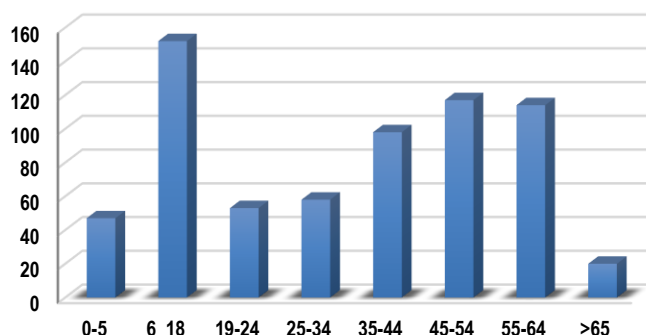


Figura 62 – Distribuição do N.º beneficiários/as por grupo etário.
Fonte: Santa Casa da Misericórdia/Equipa Protocolo RSI, 2023.

Na análise dos valores da prestação do RSI por escalão, verificou-se que 15 famílias auferem menos de 100€ mensais, 36 entre 100€ < 200€, 174 entre os 200€ e < 400€ euros, 43 entre 400€ e < 600€ e por fim, 25 auferem > 600€ euros.

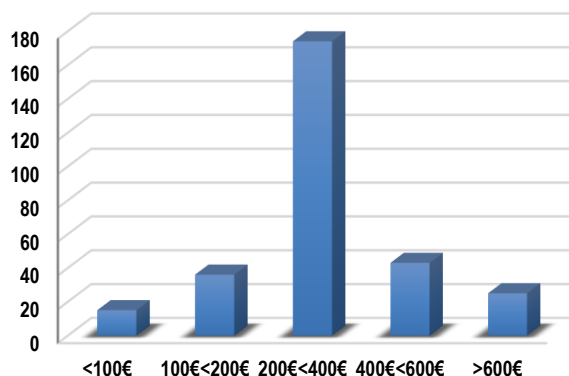


Figura 63 -Distribuição dos valores da prestação do RSI por escalão.
Fonte: Santa Casa da Misericórdia/Equipa Protocolo RSI, 2023.

Por fim, no que respeita à tipologia das famílias beneficiárias, verificou-se que a maioria são isoladas, seguindo-se as famílias nucleares com filhos, as monoparentais, as nucleares sem filhos, e por fim, as alargadas ou extensas.

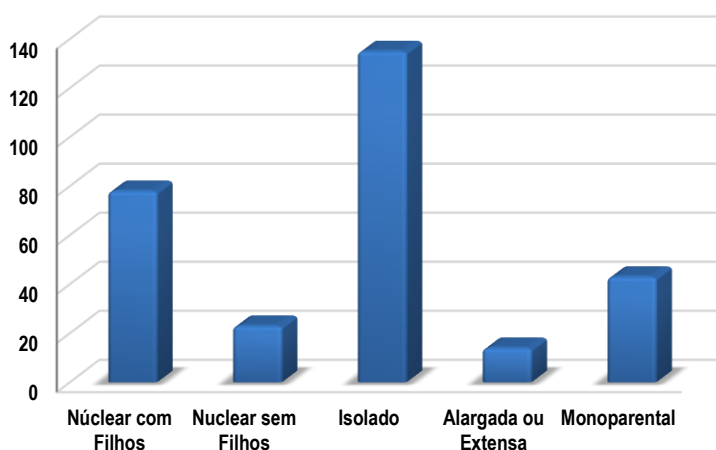


Figura 64 - Distribuição da tipologia das famílias Beneficiárias RSI.
Fonte: Santa Casa da Misericórdia/Equipa Protocolo RSI, 2023.

7.1.1 PROBLEMAS E VULNERABILIDADES

Os principais problemas e vulnerabilidades das famílias beneficiárias do RSI, de acordo com o diagnóstico social do NLI, são:

- Económicos, nomeadamente ausência ou baixos rendimentos, endividamentos;
- Inserção profissional, designadamente, desemprego, precariedade laboral, baixa qualificação profissional e falta de expectativas/hábitos de trabalho;
- Saúde, concretamente problemas de alcoolismo, toxicodependência, perturbações do foro mental, negligência para os cuidados de saúde, sobretudo vacinação, etc.;
- Educação, nomeadamente a não valorização da escola/abandono e absentismo escolar, baixa escolaridade e analfabetismo;
- Dependência dos serviços, ausência de expectativas face ao futuro, baixa autoestima, dificuldade de aceitação para a mudança, dificuldade para gerir recursos bem como problemas comportamentais;
- Instabilidade familiar, destruturação e conflitos familiares, más relações de vizinhança, famílias monoparentais;
- Fracas condições habitacionais;

Estamos perante famílias com diversas problemáticas, nomeadamente com carências nas diversas áreas:

- Economia;
- Emprego;
- Saúde;
- Educação;
- Habitação;
- Âmbito pessoal e familiar, que justifica um acompanhamento técnico especializado e de proximidade.

7.1.2 COMPETÊNCIAS/POTENCIALIDADES

Salienta-se a disponibilidade e valorização para a melhoria das habilitações escolares e profissionais, as estratégias de sobrevivência, através da agricultura de subsistência e apoio da rede familiar e de vizinhança.

- Experiência de trabalho (vinha – agricultura, construção civil, restauração, etc.)
- Capacidade para utilizar os serviços existentes;
- Domicílio fixo;
- Redes de apoio informais;
- Voluntariado;
- Valorização e qualificação profissional;
- População jovem.

7.1.3 CONSTRANGIMENTOS E COMPETÊNCIAS LOCAIS PARA A INSERÇÃO

Ao nível local verificam-se constrangimentos sociodemográficos e económicos, nomeadamente:

- Falta de tecido industrial/empresarial;
- Falência de pequenas empresas familiares;
- Agravamento das situações de desemprego;
- Monocultura da vinha;
- Falta de iniciativas empreendedoras;
- Emigração (sazonal);
- Discriminação social;
- Isolamento social e geográfico, decorrente sobretudo da fraca rede de transportes públicos e de acessibilidades da rede viária;
- Fraca rede de parceria entre o setor social e económico;

Verificando-se por outro lado condições estratégicas e práticas institucionais que potenciam o desenvolvimento social local, em áreas como:

- Turismo, agricultura/vinicultura, etc.
- Recursos naturais, paisagísticos, culturais, etc.
- Consolidação da Rede Social, através de uma cultura de parceria ao nível da Intervenção social;
- Serviços de proximidade, nas áreas da ação social/respostas sociais, saúde, educação, emprego, etc.

7.2. INSERÇÃO SOCIAL

7.2.1. DISTRIBUIÇÃO DAS AÇÕES DE INSERÇÃO POR ÁREAS DE INTERVENÇÃO

A gradual e efetiva inserção social, laboral e comunitária das famílias beneficiárias do RSI exigem a negociação e a celebração de um contrato de inserção que abrange um conjunto articulado de objetivos e ações, estabelecido de acordo com as características e condições de cada agregado familiar, assim como a definição dos meios necessários à sua prossecução.

Na análise da distribuição dos/as beneficiários/as por áreas de inserção, verifica-se que em 2023, 198 das ações de inserção que constam dos contratos de inserção são da área da educação, 520 da saúde, 8 da habitação, 671 do IEFP, e por fim, 881 da ação social.

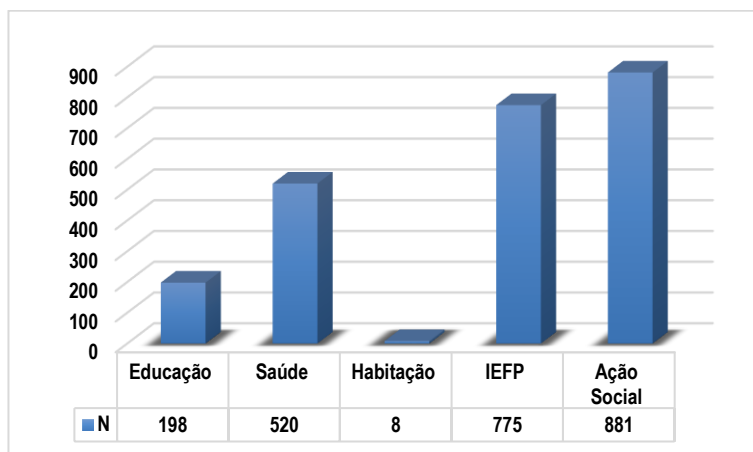


Figura 65 - Ações de Inserção por área de intervenção.

Os principais apoios e medidas de inserção passam pela frequência do sistema educativo e formativo, ações de sensibilização e acompanhamento para a prática de estilo de vida saudáveis, apoio psicossocial, formação para a gestão doméstica e financeira, formação parental, a participação em programas de ocupação que favoreçam a inserção no mercado de trabalho ou prossigam objetivos socialmente úteis para a comunidade, formação e qualificação profissional, colocação no mercado de trabalho, ações de apoio e acompanhamento habitacional; etc.

8. REDE DE EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS

Em 1996 foi assinado o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, enquanto instrumento que visava “criar condições para o desenvolvimento de estratégia de cooperação entre as instituições do setor social, que prosseguem fins de solidariedade social (...)”, através do “desenvolvimento de uma rede de apoio social integrado, contribuindo para a cobertura equitativa do país e serviços de equipamentos sociais” e a “otimização dos recursos disponíveis, de modo a possibilitar melhores prestações, assente na relação custo/ benefício/ qualidade dos serviços (...)”. (Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário, Protocolo para o biénio 2017-2018, MTSS)

Nos últimos anos, as IPSS's constituídas no Concelho, registaram um alargamento da rede de equipamentos sociais, nomeadamente, nas respostas vocacionadas para o apoio à população idosa. Contudo, apesar do Terceiro Setor desempenhar um papel fundamental na resposta aos cidadãos, em particular, aos mais vulneráveis pela sua proximidade, bem como pela maior capacidade de resposta às situações de carência ou de desigualdade social, o apoio aos idosos e à pessoa com deficiência continua a carecer de um reforço da sua rede de respostas sociais, quer pela existência de listas de espera para a integração das mesmas, como é o caso da reposta Estrutura Residencial para Idosos (ERPI), quer pela inexistência de respostas sociais específicas (CAO, Estrutura Residencial e Residências autónomas) para a pessoa com deficiência.

De acordo com as características dos públicos-alvo a que se destinam, as respostas sociais, agrupam-se em 4 domínios de intervenção:

- Instituições de apoio à Infância;
- Instituições de apoio à deficiência,
- Instituições de apoio população Idosa;
- Centros Comunitários.

8.1. CARATERIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS

Existem no Concelho do Peso da Régua, 12 Instituições que prosseguem objetivos de âmbito de Ação Social e que, segundo a sua natureza jurídica, se caracterizam como Entidades sem Fins Lucrativos. Estas Entidades sem Fins Lucrativos, também conhecidas/classificadas como IPSS ou Instituições de Utilidade Pública asseguram, neste concelho, a maior parte dos equipamentos sociais existentes. Quanto à tipologia jurídica dos equipamentos vigentes, estes subdividem-se em:

- **6 Associações de Solidariedade Social:** Associação Cultural e Beneficente de Santa Maria de Sedielos; Associação de Assistência Nossa Senhora das Candeias; Associação O Baguinho; Associação da Região do Douro para Apoio a Deficientes, o Patronato Padre Alberto Teixeira de Carvalho e a Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento – A2000;
- **2 Centros Sociais e Paroquiais:** Centro Social e Paroquial São Pedro de Loureiro e Centro Social e Paroquial D. Manuel Vieira Matos.
- **3 Casas do Povo:** Centro Comunitário da Casa de Povo de Fontelas; Casa de Povo de Godim, Régua e Covelinhas e Casa do Povo de Vilarinho dos Freires.
- **1 Irmandade da Misericórdia:** Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua.

Para a execução das suas atividades de apoio às populações, estas Instituições celebram, na sua maioria, **Acordos de Cooperação** com o Instituto de Segurança Social, à exceção da A.R.D.A.D que celebra protocolos com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), que lhes permite assegurar uma parte importante dos seus financiamentos.

Relativamente à celebração de novos acordos de cooperação, estes devem reger-se pelos princípios orientadores da subsidiariedade, proporcionalidade, solidariedade e participação, entendidos numa perspetiva de otimização de recursos, sobretudo financeiros, impondo a necessidade de uma efetiva programação dos acordos de cooperação a celebrar ou a rever. Atendendo a esta necessidade foi criado o Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais - PROCOOP, aprovado pela Portaria n.º 100/2017, de 7 de março. Com este novo programa é alterado o paradigma de celebração de novos acordos de cooperação ou de alargamento dos acordos em vigor, concretizando-se através de um modelo de candidatura cuja hierarquização é efetuada mediante critérios de objetividade conhecidos, como a cobertura dos acordos de cooperação, a sustentabilidade da resposta candidata e o tempo de espera para a celebração do protocolo, bem como a sustentabilidade da instituição social. O PROCOOP destina-se a todas as entidades do setor social e solidário, que desenvolvam ou pretendam desenvolver respostas sociais no âmbito da Rede de Serviços de Equipamentos Sociais (RSES), com vista à celebração de acordos ou ao alargamento de acordos de cooperação em vigor, para as repostas sociais típicas de creche, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), Centro de Dia, Centro de Atividades Ocupacionais (CAO); Lar Residencial. Apresenta-se de seguida a figura 66 que espelha a realidade do nosso concelho.

FREGUESIA	DESIGNAÇÃO	ÁREA DE INTERVENÇÃO	VALÊNCIAS	CAPACIDADE	ACORDO	FREQUÊNCIA
União de Freguesia de Poiares e Canelas	Centro Social e Paroquial Manuel Vieira de Matos	Infância	Creche	51	35	35
			Pré-escolar	50	50	40
		Terceira Idade	S.A.D.	40	35	37
	A 2000	Deficiência (Adultos)	CAARPD (S. Social)	75	75	15*
			Formação Profissional (FSE)	190	190	11*
			CRIP (IEFP)	271	271	18*
		Infância	IPi	30	30	11**+17***
		Infância/Jovens (6 aos 18 anos)	CRI	93	93	30*
		Adultos	Formação Pedagógica Inicial	12	---	4*
		Idosos	Espaço Convívio	112	—	22*
	Associação Assistência N.º Sr.ª Candeias	Terceira Idade	Centro Dia	24	24	24
			S.A.D.	31	31	31
Vilarinho dos Freires	Casa do Povo Vilarinho dos Freires	Terceira Idade	Centro Dia	9	9	3
			S.A.D.	40	40	37
			ERPI	9	9	9
União de Freguesia de Peso da Régua e Godim	Santa Casa Misericórdia Peso da Régua	Famílias	Cantina Social	100	64	55
		Terceira Idade	U.C.C. I	26	26	26
			S.A.D.	30	4	8
			Lar Idosos	65	60	60
		Infância/Juventude	A.T. L	30	30	30
			Creche	66	66	66
			Pré-escolar	75	75	73
			L.I. J	30	30	21
	O Baguinho	Infância/Juventude	Prolongamento	----	----	40
			Creche	33	33	33
			Pré-escolar	60	33	33
	Patronato P. Alberto Teixeira	Infância/Juventude	A.T.L.	25	25	25
			Creche	50	50	50
			Pré-escolar	110		73
	Casa Povo Godim	Terceira Idade	Centro Dia	40	25	28
			Centro Convívio	30	30	
			S.A.D.	45	45	33
			S.A.D Noturno	3	4	
	A.R.D.A.D.	Deficiência	IAOQE			4
			Apoio à Colocação (AC)			5
			Acompanhamento Pós-Colocação (APC)			4
			Formação Profissional			75
Fontelas	Centro Comunitário da Casa do Povo Fontelas	Terceira Idade	Centro Dia	40	19	25
			S.A.D.	30	20	17
Loureiro	Centro Social Paroquial de S. Pedro de Loureiro	Terceira Idade	S.A.D.	40	35	35
Sedielos	Associação Cultural Beneficente St.ª Maria	Terceira Idade	Centro Dia	20	20	9
			S.A.D.	30	30	30
			Lar Idosos	35	28	28

Figura 66 -Caracterização dos equipamentos sociais por freguesias, Fonte: IPSS.

*Frequências por residentes no concelho Peso da Régua

** Mediadores A2000

***Mediadoras do M.E

8.1.1 - COBERTURA DAS VALÊNCIAS DA ÁREA SOCIAL

Da análise da figura supra, verifica-se que o concelho é servido por um leque de valências de apoio social que prestam serviços, cada vez mais diversificados e abrangentes, em áreas como a Infância/Juventude, Terceira Idade, Pessoa com deficiência e Famílias Carenciadas.

Quanto às áreas de intervenção verifica-se que das 36 valências em funcionamento, 12 se destinam a crianças/jovens, 19 a idosos, 4 à pessoa com deficiência e apenas 1 à Família, a Cantina Social. Note-se que o concelho se encontra totalmente desprovido de equipamentos que prestem apoio social à pessoa com deficiência.

RESPOSTA SOCIAL	2008	2015	2020	2024
Estrutura Residencial para Idosos (ERPI)	1	3	3	3
Serviço de Apoio Domiciliário (S.A.D.)	6	7	7	8
S.A.D. Noturno	1	1	1	1
Cento Dia	5	5	5	5
Centro Convívio	1	1	1	1
Creche	6	5	4	4
Pré-Escolar	6	6	4	4
Atividades dos Tempos Livres (ATL)	4	2	2	2
Lar de Infância e Juventude (LIJ)	1	1	1	1
Unidade de Cuidados Integrados à Comunidade (UCCI)	0	1	0	1
Cantina Social	0	3	1	1
CAARPD	0	0	1	1
Intervenção Precoce na Infância	0	0	1	1

Figura 67 – Distribuição dos equipamentos sociais por freguesias nos anos 2008/2015/2020/2024.
Fonte: Diagnósticos Sociais Concelhios.

Relativamente à cobertura das áreas do concelho, de um modo geral, todas as instituições possuem listas de espera em quase todas as respostas sociais. Esta premissa pressupõe que o número de utentes que recorrem a estes serviços é superior à oferta designada nos Acordos de cada valência dos equipamentos sociais em análise. Concorde-se, portanto, que a oferta de respostas é inferior à procura.

Salienta-se, que a Associação O Baguinho foi criada em 1983, sob designação de Infantário e Jardim Infantil da Escola Preparatória de Peso da Régua, conforme publicação do Diário da República nº. 237 de 14/10/83, inserindo-se no Ensino Particular e Cooperativo, com o objetivo de colmatar as necessidades dos professores que se deslocavam com os seus filhos, não tendo a quem os confiar.

Ao longo do seu percurso, a Instituição foi crescendo, abrindo portas à Região e a todas as crianças de vários estratos sociais, prestando atualmente serviço não só às famílias do concelho, mas também de outros concelhos limítrofes, perfazendo um total de 65 crianças, com idades compreendidas entre os 3 meses e os 6 anos, das quais 33 são afetas à valência de creche.

Em 2008, a DREN cedeu provisoriamente ao Município a residência feminina sita no Largo de Santo António para instalação do JI e Creche do Peso da Régua – que em 2004 já havia o seu nome sido alterado para O Baguinho, como prova o extrato do DR n.º 11, III Série de 17 de janeiro de 2005 – pelo facto da Associação O Baguinho ser obrigada a abandonar o espaço onde funcionava, na ex. Manutenção Militar, para construção do atual Centro Escolar da Alameda.

O edifício foi, em 2008 e tal como acordado entre a DREN e o Município, adaptado de acordo com as exigências regulamentares legais para o funcionamento da valência creche e pré-escolar.

As valências de Apoio à Deficiência no Concelho estão a descoberto existindo duas instituições que desenvolvem o seu trabalho na área da deficiência: a Associação da Região do Douro para Apoio a Deficientes (ARDAD), que opera a nível do emprego e formação profissional e tem como objetivo desenvolver e potenciar competências nos indivíduos com deficiência física e mental, de forma a promover a integração destes indivíduos no mercado de trabalho e a Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento, que iniciou atividade em 2001 tendo mudado a sua sede em 2019 para o Concelho do Peso da Régua disponibilizando serviços formativos, cujo objetivo é a promoção da qualificação e do emprego das pessoas e serviços não formativos que visam desenvolver competências pessoais e sociais conducentes a uma inserção familiar, profissional e social de pessoas desfavorecidas ou em risco de exclusão.

As IPSS do concelho e a autarquia tentam minimizar as consequências desta falta de infraestruturas, apoiando-os, pontualmente, nas suas respostas sociais. Considera-se urgente a emergência de respostas direcionadas para a pessoa com deficiência, quer para a cobertura do próprio concelho quer para a cobertura dos concelhos limítrofes (Mesão Frio e Santa Marta de Penaguião) devido à sua localização privilegiada.

No que diz respeito às valências de apoio à Terceira Idade, um dado importante é o facto destas Instituições terem, na sua totalidade, uma listagem de frequência até ao limite permitido bem como uma lista de espera significativa, nomeadamente nas respostas Estrutura Residencial para Idosos e Serviço de Apoio Domiciliário, em algumas situações. Conclui-se, portanto, que estes equipamentos estão a trabalhar no limite das suas capacidades o que as impede de aceitar novos utentes, havendo a necessidade de criar novas respostas nas freguesias a descoberto. É nesta área de intervenção que a sobrelotação dos equipamentos se revela mais preocupante. No nosso concelho a oferta destas respostas apresenta-se muito inferior à procura, nomeadamente, na resposta ERPI onde a lista de espera ronda as 100 pessoas ultrapassando o número de utentes que estão, efetivamente, a ser apoiados. Saliente-se que no concelho existem apenas 2 lar de idosos, o Lar D. Antónia que integra a Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua e o lar de idosos da Associação Cultural e Beneficente de Santa Maria de Sedielos. Recentemente foi também criado um mini-lar em Vilarinho dos Freires com capacidade para 4 utentes e que possui igualmente lista de espera. Ressalva-se ainda o facto das freguesias de Fontelas, Loureiro, Vinhós e Moura Morta estarem completamente a descoberto, sendo necessário o reforço desta valência no lado poente do concelho, pois o índice de envelhecimento tem vindo a aumentar exponencialmente, de acordo com os censos de 2011 o Índice de Envelhecimento do Concelho era de 157.4.

Torna-se crucial para os equipamentos que desenvolvem respostas sociais direcionadas para a Terceira Idade, investir em candidaturas a projetos sociais, nacionais e europeus, bem como definir uma estratégia de sensibilização o Centro Distrital de Segurança Social para o alargamento dos acordos de cooperação com as Instituições que tenham capacidade e condições de resposta.

Relativamente ao Apoio à Família, existe no território a resposta Cantina Social, no âmbito do Programa de Emergência Alimentar, que tem como objetivo suprir as necessidades alimentares dos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica, através da disponibilização de pelo menos uma refeição quente às famílias que não tenham forma de garantir essa refeição. A Cantina Social assegura aos utentes o fornecimento de uma refeição diária constituída por uma dose de sopa, um prato principal e uma peça de fruta. Esta resposta funcionou em três IPSS's do concelho, mas no presente apenas a Santa

Casa da Misericórdia operacionaliza este serviço apoiando aproximadamente 60 pessoas. É de salientar que esta resposta se centra apenas no núcleo urbano (União das freguesias do Peso da Régua e Godim), estando as freguesias rurais a descoberto, não sendo supridas por este tipo de apoio.

Uma outra questão transversal a todos os equipamentos sociais que operam no concelho prende-se com a necessidade da renovação da frota automóvel que com o desgaste inerente às atividades das instituições vai ficando obsoleta. Esta necessidade tem em consideração, não apenas as necessidades das instituições que operam com as respostas sociais da Terceira Idade ao nível de transporte dos seus utentes do Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Dia, mas também pelas IPSS que realizam o transporte escolar devido às dificuldades sentidas por algumas famílias em transportar os seus filhos no percurso casa – instituição - casa, pelo motivo da maioria, não possuir transporte próprio e/ou de não terem horários compatíveis. Assim, torna-se pertinente, a aquisição de viaturas por forma a dar apoio a essas mesmas famílias/utentes, rentabilizar os gastos com transportes, assegurados pela instituições, nomeadamente na deslocação em visitas de estudo de âmbito pedagógico, conseguindo-se obter uma maior flexibilidade na gestão das atividades desenvolvidas, promover atividades para a promoção de partilha de experiências entre idosos das várias instituições do concelho, acompanhamento dos utentes de terceira idade a consultas médicas ou tratamentos, compra de medicação e acompanhamento na aquisição de bens e serviços. Com a implementação deste investimento, os utentes que frequentam a Instituições do concelho, beneficiarão de maior conforto, segurança, desenvolvimento cognitivo e intelectual, sendo este um importante passo para o crescimento da instituição, permitindo perspetivar uma melhoria das condições das respostas existentes.

Das efetivas parcerias que se realizam com as demais entidades (Juntas de Freguesia; dirigentes de IPSS; representantes da Educação e Saúde, entre outras) é referido, por unanimidade, a falta de equipamentos que ofereçam as respostas sociais de Estrutura Residencial para Idosos e Centro de Atividades Ocupacionais em todo o concelho. Esta insuficiência é sentida não só a nível de freguesias, mas sim em todo o município.

FREGUESIAS	N.º IPSS
UF Poiares e Canelas	3
Vilarinho dos Freires	1
UF Galafura e Covelinhas	0
UF Peso da Régua e Godim	5
Fontelas	1
Loureiro	1
Sedielos	1
UF Moura Morta e Vinhós	0

Figura 68 – Distribuição das IPSS por freguesia.

Pelo exposto confirma-se que as IPSS se encontram sedeadas, em maior número e maior variedade, nas freguesias urbanas do concelho. Verifica-se, ainda, que as freguesias de Galafura e Covelinhas, Moura Morta e Vinhós estão completamente a descoberto. Ainda que as IPSS existentes façam um esforço no sentido de colmatar esta situação e tentem alargar o seu apoio para além das suas zonas de implementação, refira-se que as necessidades sentidas estão muito além da oferta disponível.

A realidade acima esboçada apela ao caráter urgente das entidades competentes tomarem noção do panorama social vigente, uma vez que a rede de equipamentos sociais que o concelho dispõe continua a revelar-se insuficiente para dar resposta às

necessidades em geral, e de forma mais particular às necessidades sentidas pela população mais velha do concelho. Esta situação justifica-se, essencialmente, com o progressivo envelhecimento da população, associado ao fenómeno de isolamento dos idosos, bem como à dificuldade crescente das famílias em conciliarem a vida profissional com os cuidados à terceira idade.

9. ASSOCIATIVISMO

O associativismo traduz-se numa força estratégica para a melhoria das condições locais de vida das pessoas e de uma população, sob todas as suas dimensões, culminando com a ideia de desenvolvimento. A esse respeito Frantz (2002: 25) refere que, “(...) *potencialmente, o associativismo, a cooperação, contêm o desenvolvimento local (...)*. A associação expressa uma relação dinâmica, uma relação em movimento, em direção a um lugar melhor pela cooperação”. Acrescenta ainda que “*o desenvolvimento é um processo também fundado em relações sociais associativas, das quais podem nascer formas cooperativas*”. Observa-se que aqui se revela um espaço à participação extensiva e intensiva dos recursos humanos em que a coresponsabilidade remete a parcerias estáveis e para relações mutuamente proveitosas, cujas transformações não ocorre da noite para o dia, mas sim caminhando em etapas, solidariamente, e sustentadamente, capturando a sinergia liberada.

Assim considera-se, o conceito de desenvolvimento local “*como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo económico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos*”. O desenvolvimento posto como um modelo que contém uma perspetiva que tem na sua génese a auto-organização social.

Para tal as Associações¹ têm uma dupla função no seu papel na sociedade, um papel de carácter social fazendo intervenção direta com todos os grupos etários, com as suas expectativas, gostos e interesses e também um carácter associativo de divulgação de uma determinada cultura, forma de vida e forma de pensar.

As Associações são focos de intervenção social, na medida em que são responsáveis pela ocupação cultural e social de uma parte da população que vive nas freguesias, às quais as Associações pertencem, não só de uma camada jovem, mas também de uma parte da população ativa do concelho, constituindo assim um dos grandes pilares do concelho do Peso da Régua.

A cooperação entre a Câmara Municipal do Peso da Régua e as entidades associativas do concelho, no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo, é fundamental para que estas sirvam as suas comunidades alvo, de forma que as elevem, cultural, social e desportivamente.

Encontravam-se registadas no nosso Programa de Apoio ao Associativismo, em dezembro de 2023, cerca de 60 associações com sede no nosso concelho, nas suas diferentes tipologias: Juvenil, Desportiva, Cultural e Recreativa, Comercial e Religioso e Social e Humanitário.

¹Associação é uma organização resultante da reunião [legal](#) entre [duas](#) ou mais [pessoas](#), com ou sem [personalidade jurídica](#), para a realização de um objetivo comum.

TIPOLOGIA	DESIGNAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES
Juvenil	- AEP Grupo 21; - Agrupamento CNE nº 282; - Agrupamento CNE Nº 840; - Associação Cultural e Recreativa da Juventude de Sedielos; - Aprender Confiante – Associação Juvenil de Covelinhas; - Associação Escutismo Alternativo; - Associação da Banda Juvenil Salesiana.
Desportiva	- Associação Desportiva de Godim; - Clube de Pesca de Competição Reguense; - Clube Caça e Pesca do Alto Douro; - Clube Automóvel da Régua; - Motoclube da Régua; - Clube de Voleibol de Peso da Régua; - Grupo Desportivo e Recreativo da Ferraria; - Sport Clube da Régua; - Futebol Clube de Fontelas; - Associação Clube Natureza Extreme; - Douro Inédito - Associação Desportiva, Recreativa e Cultural; - Associação Desportiva Juventude Fim do Mundo; - União Desportiva e Cultural Villa Regula; - Associação Desportiva, Recreativa e Cultural dos Chaquiços; - Clube Motorizado do Vale do Tanha; - Clube de Caça e Pesca de Galafura; - Associação de Caçadores da Quintã; - Régua Bilhar- Associação Desportiva e Recreativa.
Cultural e Recreativa	- Rancho Folclórico de Loureiro; - Rancho Folclórico e Recreativo de Godim; - Associação Amigos Abeira Douro; - Grupo de Cantares “Os Rabelos do Douro” - Academia de Música da Régua; - Associação Cultural Social e Desportiva e Recreativa de Galafura; - Associação Desportiva e Cultural de Alvações do Tanha; - Grupo Cultural Recreativo e Desportivo de Vilarinho dos Freires; - Godibombos; - Querida Tradição- Associação Cultural e Recreativa; - Associação Bonamis e Acompaniado; - Associação Galafura XXI; - Talento Desfile- Associação; - Cascata Incrível- Associação Cultural e Recreativa.
Comercial	- Associação Comercial e Industrial dos concelhos do Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião e Mesão Frio; - Associação de Desenvolvimento da Régua (ADR);

	- Associação dos Agricultores do Baixo Corgo.
Religioso e Social e Humanitário	- Conferência de S. Vicente de Paulo de Godim; - Conferência de S. Vicente de Paulo de Peso da Régua; - Casa do Povo de Moura Morta; - Núcleo da Cruz Vermelha de Peso da Régua; - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários; - Companhia dos Animais Abandonados; - Centro Social e Cultural dos Trabalhadores da Câmara Municipal do Peso da Régua; - ARDAD- Associação da Região do Douro para Apoio a Deficientes; - Associação de Assistência de Nossa Senhora das Candeias; - Casa do Povo de Fontelas; - Associação Cultural e Beneficente de Santa Maria de Sedielos; - Centro Social e Cultural D. Manuel Vieira de Matos- Poiares; - Modestadmission- Associação; - GPAR- Grupo de Proteção de Animais da Régua; - Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento- A2000.

Figura 69 -Distribuição das associações por tipologia

Para além do trabalho social feito entre os vários constituintes das Associações, estas correspondem a uma forma de dinamizar o Concelho com diversas atividades: festas, convívios, torneios e uma infinidade de situações que mobilizam a população, com carácter cultural, social e até educacional e, conseqüentemente corresponde a uma forma de ocupação de tempos livres, e de intercâmbio cultural e pessoal.

Importa ainda referir, no que diz respeito às associações concelhias que a maior parte não possui instalações ou sede própria, viaturas e outro tipo de material relacionado diretamente com o seu carácter associativo.



PARTE II – PROBLEMAS DO TERRITÓRIO

EIXOS DE INTERVENÇÃO ESTRATÉGICA

1. PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS – EIXOS DE INTERVENÇÃO ESTRATÉGICA

A conceção e atualização do Diagnóstico Social 2024-2028, só adquire sentido com base na redação de um documento participado e com a implicação do envolvimento das entidades que integram o Conselho Local de Ação Social do Peso da Régua. Como metodologia optou-se pela recolha de dados através da aplicação do inquérito por questionário, dividido em três partes: uma primeira parte referente à caracterização das entidades e à definição dos eixos de intervenção prioritária; uma segunda parte de caracterização qualitativa relativa às áreas prioritárias de intervenção (Habitação, Emprego/Formação e Qualificação Profissional, Educação, Saúde - incluindo saúde mental e adições, Segurança e Criminalidade - incluindo violência doméstica e outros crimes públicos, Ação Social, Famílias e comunidade, Pessoas Idosas, Crianças e Jovens, Pessoas com deficiência e/ou incapacidade, Igualdade de género, grupos específicos - incluindo migrantes, minorias étnicas e pessoas sem abrigo e, Participação e envolvimento) e uma terceira parte relativa ao Impacto na Comunidade/Sociedade.

De referir que responderam ao inquérito por questionário vinte entidades, dezassete entidades de âmbito geográfico no concelho do Peso da Régua, estando representadas as oito freguesias que o constituem, bem como duas entidades de âmbito regional e uma de âmbito distrital.

Relativamente à natureza/estatuto das entidades que responderam a este instrumento metodológico, 35% são Associações, 20% Organismos da Administração Pública, 10% Misericórdias, 10% IPSS, 5% Instituições oficiais não judiciais, 5% Juntas de Freguesia, 5% Fundação, 5% Centro Social e Paroquial.

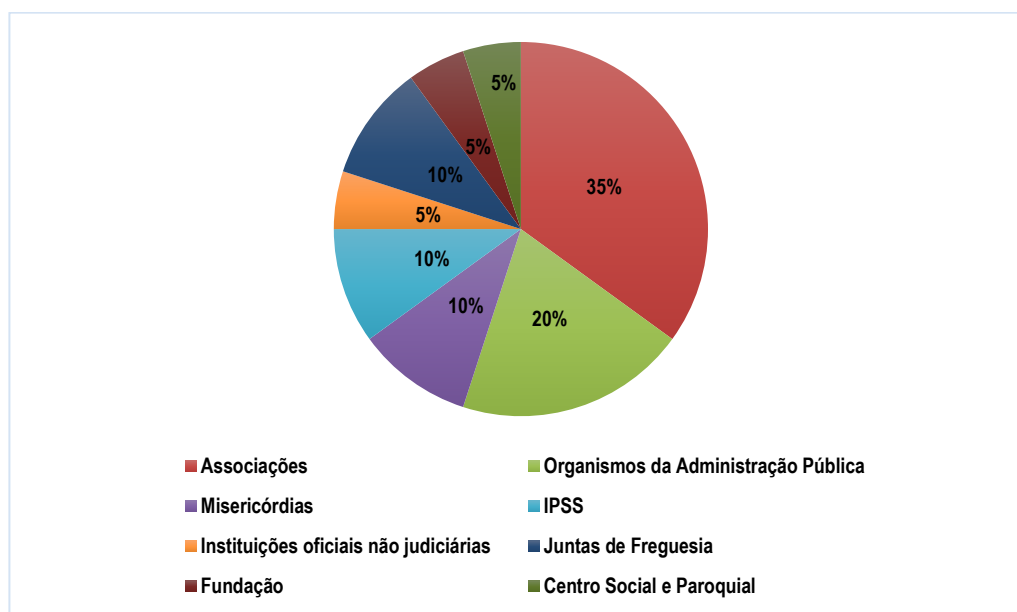


Figura 70 - Natureza/Estatuto das Entidades que participaram no Inquérito por Questionário

No que concerne às áreas de atividade em que as entidades exercem a sua ação no Concelho e que responderam ao inquérito por questionário, destacam-se as entidades que atuam no âmbito da Proteção Social (55%), seguindo-se a área da Educação (10%) e as áreas da Segurança, Infância, Saúde, Pobreza e Exclusão Social, Apoio à População Idosa, Cultura e Lazer e Emprego com (1%).

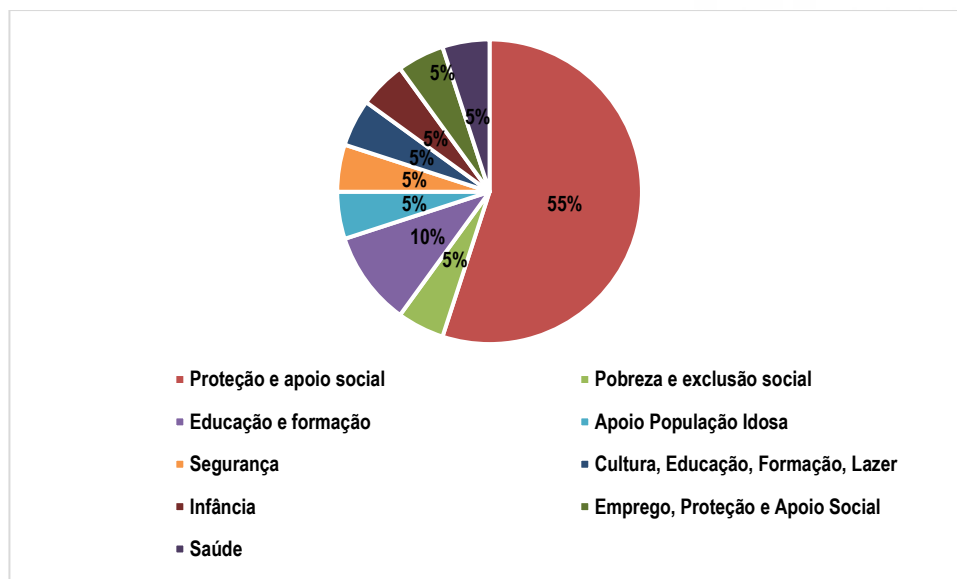


Figura 71 -Área(s) de atividade em que a entidade atua no Concelho.

Em termos de documentos de planeamento, nos Diagnósticos Sociais anteriores (2008-2011, 2015-2018 e 2020-2024), foram identificadas e priorizadas as problemáticas, relacionadas com as temáticas: Pobreza e Exclusão Social; Famílias carenciadas; Envelhecimento da população idosa; crianças e jovens em risco; violência doméstica; equipamentos sociais/Instituições Particulares de Solidariedade Social; absentismo; baixa qualificação escolar e profissional; desemprego; alcoolismo; dependência; cobertura das respostas sociais. Estas problemáticas serviram de fio condutor para a estruturação do Plano de Desenvolvimento Social, correspondendo cada um destes problemas aos 4 eixos: Grupos Vulneráveis; Emprego e Atividade Económica; Educação Formação e Qualificação; Saúde e Segurança.

No presente Diagnóstico (2024-2028) a definição das áreas prioritárias alterou-se, surgindo a área da Saúde, sobretudo da saúde mental a que se destaca como sendo a área que necessita de maior intervenção. De seguida, no que se refere ao grupo Famílias e Comunidade, surge a população idosa como a franja da população que mais urge intervir, seguindo-se as pessoas com deficiência ou incapacidade, as crianças e jovens e, os grupos específicos (minorias, migrantes, sem abrigo). Ainda da análise dos contributos plasmados no inquérito, a Habitação é a terceira problemática mais identificada, seguindo-se a Educação. A Segurança e a Criminalidade, a Igualdade de género e a Participação e Envolvimento são áreas identificadas como menos prioritárias a hierarquização de necessidades.

Se nos reportarmos ao último Diagnóstico Social é possível fazer um paralelismo entre as preocupações elencadas, nomeadamente sobre o impacto do isolamento provocado pela pandemia COVID-19 e as suas implicações ao nível da realidade socioeconómica do Concelho.

No presente, com a devida distância temporal poder-se-á encontrar respostas para as necessidades atualmente sentidas pelas entidades que operam no âmbito da ação social, nomeadamente as entidades do Terceiro Setor - Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), que se deparam com dificuldades na adequação das suas respostas na área da terceira idade, com um elevado número de idosos com problemas de demências e com ausência de retaguarda familiar. De referir ainda, que apesar da quase totalidade das situações de risco em que os idosos se encontram estar referenciada pelas entidades com competência

na área da ação social, a intervenção e solução para essas sinalizações é um desafio com que os serviços se deparam diariamente.

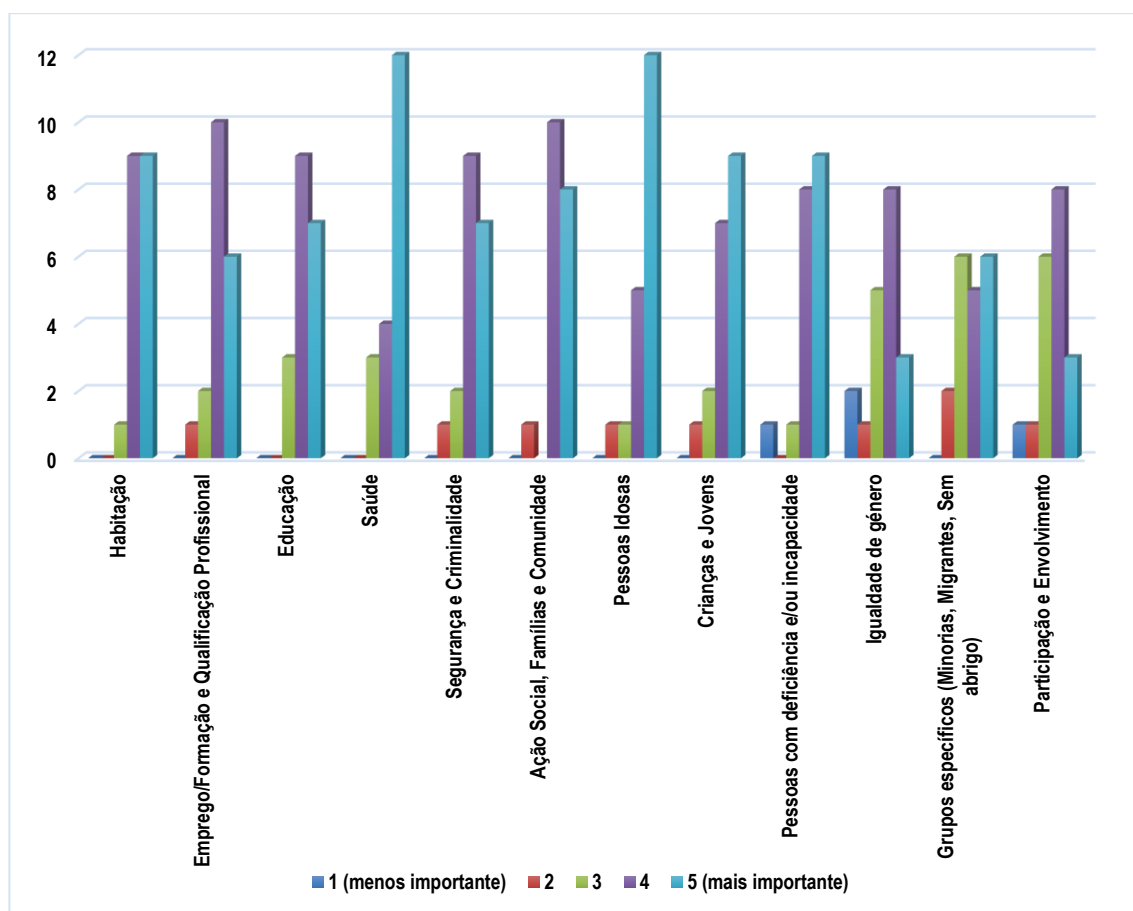


Figura 72 -Caraterização das áreas problemáticas prioritárias para a Rede Social do Peso da Régua.

Relativamente à finalidade da intervenção desenvolvida pelas entidades representadas no CLAS do Peso da Régua, aferiu-se o seguinte:

A ação dos atores da rede social foi analisada a partir de uma tipologia que agrega os grandes tipos de intervenção:

- Ações preventivas (desenvolvimento de competências escolares e profissionais, prevenção da violência doméstica, planeamento familiar, etc);
- Ações reparadoras (apoio alimentar a famílias carenciadas, ações de combate ao insucesso escolar, ações de (re) integração profissional para desempregados, etc,)
- Ações de sensibilização (sensibilização para a interculturalidade e intergeracionalidade);
- Desenvolvimento, sistematização e partilha de boas práticas;
- Produção de estudos e iniciativas similares de apoio à implementação de políticas sociais de âmbito local e/ou nacional.

A intervenção das entidades com representação no CLAS, caracteriza-se por um leque abrangente de áreas de atuação e centra-se maioritariamente em três grandes tipos de intervenção, consideradas como: importantes ou muito importantes, desenvolvimento, sistematização e partilha de boas práticas, ações reparadoras e ações de sensibilização.

De acordo com as entidades representadas no CLAS, a tipologia das ações desenvolvidas (%) em Peso da Régua, foi considerado importante pela maioria dos atores sociais o desenvolvimento, sistematização e partilha de boas práticas.

As ações reparadoras são consideradas por 31,6% dos participantes como muito importantes, as ações preventivas por 31,6% e por fim, as ações de sensibilização por 26,3%.

A pouca relevância da produção de estudos e iniciativas que possam fundamentar a formulação de políticas poderá apontar para uma maior necessidade de auto-reflexão sobre a importância de uma maior integração entre práticas de intervenção e desenvolvimento de políticas.

No que diz respeito à Pertinência da intervenção das entidades representadas no CLAS do Peso da Régua. A maioria das entidades representadas no CLAS do Peso da Régua considera que a sua entidade foi muito importante na contribuição direta para o desenvolvimento social do concelho (57,9%), seguindo-se a contribuição para o bem-estar dos indivíduos/grupos para além dos seus beneficiários (47,4%), e por fim, o impacto no crescimento económico (26,3%)

• SUSTENTABILIDADE DAS IPSS

As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) são uma realidade multissecular na sociedade portuguesa, e encontram-se dispersas por todo o país. Durante séculos foram a instância fundamental de proteção social.

No entanto, sobretudo a partir do século XX, com o advento da previdência e, depois, da segurança social, evoluíram para um papel diferente, mantendo embora, e até aumentando, as suas atividades.

A mudança traduziu-se, em especial, no facto de o Estado assumir a responsabilidade política pela proteção social, mediante a consagração de direitos e a prestação de serviços diversos. Para esta prestação, o Estado recorreu à participação das IPSS, regulando sua atividade e assegurando-lhes uma parte significativa do financiamento.

Daí resultou um estatuto que, parecendo ambíguo, foi criativo para o desenvolvimento da Ação social: As instituições «sentiram-se» contratadas pelo Estado para a prestação de serviços que a este competiam; e, ao mesmo tempo, procuraram manter a sua identidade própria, radicada na sociedade civil, independentemente do papel do Estado. Esta evolução originou três conceções acerca da missão das IPSS: a estatizante, a de autorresponsabilização e a de cooperação.

A primeira considera o Estado como o responsável pela Ação social, que pode, e talvez deva, concessionar, no todo ou em parte, às IPSS e a outras entidades; nesta conceção, as instituições configuram-se como prestadoras de serviços ao Estado e, em simultâneo, aos utentes.

Na segunda conceção, as instituições consideram-se emanção da sociedade civil e, por isso, vinculadas diretamente à solução dos respetivos problemas sociais; porém, desde as fases mais antigas da sua história, sempre se verificou a comparticipação dos poderes públicos, no pressuposto de que também eram corresponsáveis por esta dimensão fundamental do bem comum.

A terceira conceção corresponde à síntese das outras duas: as instituições estão comprometidas, e até identificadas, com as pessoas necessitadas, prestam-lhes as ajudas possíveis, com os seus próprios meios, requerem a intervenção subsidiária do Estado e assumem-no como corresponsável e regulador. Neste entendimento, as instituições não se posicionam face ao Estado,

fundamentalmente, na defesa da sua viabilidade, mas sim a favor das pessoas necessitadas; e, assim, com estas mesmas pessoas e suas famílias, com o Estado, com as comunidades locais e com outras entidades, procuram as melhores soluções possíveis.

Cremos ser legítimo afirmar que, ao longo da nossa história social, prevaleceu a terceira conceção, isto é, a cooperação, não só com o Estado, mas também com outras entidades, mau grado as oscilações pontuais para a primeira conceção e para a segunda. Nesta conformidade, acha-se muito difundida entre as IPSS, a convicção de que, mesmo que o Estado fosse ilimitado em recursos financeiros, continuava a ser indispensável a existência das instituições; naturalmente com uma configuração diferente. Elas estariam e inseridas, como estão, no tecido social e desenvolveriam, pelo menos, as seguintes atividades: atenção a cada caso ou problema social; prestação direta e imediata das primeiras ajudas; mediação junto de entidades responsáveis pelas soluções adequadas; e acompanhamento de cada caso ou problema até à respetiva solução.

Mas, numa situação de recursos escassíssimos, é perfeitamente razoável que as IPSS tenham sofrido a evolução que a história e a realidade atual patenteiam. Note-se que a escassez de recursos não é novidade trazida pela crise atual das IPSS; bem pelo contrário, ela acompanhou toda a história e é visível, sobretudo, na imensidão de situações não atendidas convenientemente.

Discutir os desafios que se colocam à atuação das IPSS na resposta às necessidades sociais, num contexto de mudanças estruturais profundas tanto económicas como sociais.

Necessidades sociais relacionadas com situações de carência material como pobreza, pobreza envergonhada e fome, bem como dificuldades em fazer face aos compromissos financeiros, embora tenham (ainda) uma magnitude não alarmante no seio da sociedade portuguesa, aumentaram substancialmente nos tempos mais recentes.

Este acréscimo é sobretudo resultante do atual contexto de crise económica das IPSS.

Não se vislumbrando uma melhoria das condições económicas para os tempos mais próximos, será de admitir que se mantenha a tendência de agravamento destes problemas na sociedade portuguesa.

As IPSS e as Autarquias, tanto de forma isolada como em colaboração, têm vindo a desenvolver esforços para combater estas situações. Certamente que sem o contributo destas entidades o panorama de agravamento social nestas matérias seria bem mais gravoso.

As IPSS têm consciência de que é preciso fazer algo para responder a estes novos desafios e são vários os exemplos de iniciativas louváveis já tomadas nesse sentido. No entanto, está ainda muito enraizada nas mentalidades de muitas IPSS que as soluções passam quase sempre e fundamentalmente pelo reforço dos apoios financeiros públicos.

Ora, a escassez de recursos públicos atuais e previsíveis para os anos vindouros torna esta visão cada vez mais irrealista.

O grande desafio à atuação das IPSS é, pois, continuarem a responder às necessidades sociais, antigas e novas, mas a partir de uma base de apoios financeiros mais diversificada onde os apoios públicos são uma entre várias outras fontes de financiamento. Os apoios públicos continuarão a ter necessariamente um papel importante na estrutura de financiamento das IPSS, mas estes não podem continuar a ser encarados como a fonte primeira e em muitos casos quase exclusiva de recursos financeiros.

Esta mudança de visão obriga também e primeiro que tudo a uma mudança de mentalidades no seio de muitas das IPSS. Mas esta mudança é inevitável e urgente.

As restrições nas despesas públicas previstas para os anos mais próximos tornam o atual modelo de financiamento insustentável a prazo e impõem às IPSS e à sociedade em geral o desafio de encontrarem modelos alternativos de sustentação económico-financeira deste sector de vital importância económica e social.

O vencer deste desafio obrigará, primeiro que tudo, a uma profunda mudança de mentalidades, tanto do lado das instituições e suas direções, como do lado da sociedade civil.

Do lado das instituições, é fundamental colocar de lado a convicção, ainda enraizada em muitas das suas direções, de que é normal e natural serem dependentes em larga medida das transferências públicas porque estão a prestar um serviço público.

Ainda que tal convicção possa estar certa, o facto é que os recursos públicos serão muito escassos nos anos que se seguem, pelo que será irrealista pensar que as despesas sociais, incluindo as transferências para as IPSS, estarão imunes a rigidez da despesa pública.

Do lado da sociedade civil é igualmente necessária uma radical mudança de mentalidades. Como demonstram os resultados tanto do inquérito como da pesquisa de imprensa, o financiamento e sustentabilidade das IPSS não tem sido um assunto que preocupe significativamente a sociedade civil.

Todos nós, sociedade civil, tendemos a tomar por garantidos os serviços sociais prestados pelas IPSS, mas a consciência de que é também uma responsabilidade de todos nós colaborarmos para a sustentabilidade a prazo desses serviços, é ainda muito incipiente.

Isto é patente no reduzido número de vezes em que este assunto aparece debatido na imprensa, no pouco destaque que tais artigos merecem, mas também, e sobretudo, na pouca importância relativa que as ajudas financeiras provenientes da sociedade civil têm na estrutura de financiamento das IPSS.

Um maior envolvimento da sociedade civil na sustentabilidade das IPSS obrigará também a um esforço por parte das IPSS de abertura à comunidade que a rodeia, de divulgação das suas atividades e da importância social das mesmas.

Em suma, um maior envolvimento da sociedade requer um esforço por parte das IPSS de promoção da sua imagem social, até porque “não se pode ajudar o que não se conhece”. A sustentabilidade financeira a prazo e até mesmo a sobrevivência de muitas das IPSS passa em larga medida por elas serem capazes de encontrar a combinação de estratégias de redução de custos e de aumento das receitas próprias que lhes permita atingir o equilíbrio económico-financeiro num quadro de manutenção das transferências públicas.

Finalmente, para que as medidas de redução de custos e aumento de receitas próprias por parte das IPSS, apoiadas pela sociedade civil, sejam eficazes, é fundamental que o Estado, na sua função de entidade reguladora, assegure um enquadramento normativo e legal estável, previsível, coerente e razoável.

As normas e padrões de segurança e qualidade, porque geralmente envolvem investimentos avultados, devem ser estáveis no tempo. Alterações frequentes implicam novos investimentos sem rentabilização apropriada dos investimentos anteriores e o consequente desperdício de recursos escassos, tanto financeiros como humanos. Para além de estáveis no tempo, estas normas e padrões têm igualmente que ser definidos dentro da razoabilidade imposta pelas reais capacidades económicas da sociedade portuguesa em geral e das IPSS em particular. As constantes novas exigências da Segurança Social ao nível das infraestruturas, dos equipamentos ou dos procedimentos administrativos, levam muitas vezes ao estrangulamento financeiro das instituições,

seja porque obrigam a níveis de investimento avultados, em regra por recurso a crédito, seja porque exigem o reforço do quadro de pessoal apenas para lidar com a burocracia envolvida.

A mesma estabilidade e previsibilidade se exige às políticas públicas que direta ou indiretamente afetam as decisões das IPSS quanto às valências que estas ofereçam.

Atualmente, as IPSS vivem um período caracterizado por mudanças sociais significativas, muitas delas decorrentes da fragmentação dos laços comunitários em pequenas redes, e o surgimento de novas necessidades sociais.

Os desafios para os próximos tempos da IPSS são os seguintes:

- Alternativas além dos subsídios públicos.
- Captação de recursos, parcerias estratégicas.
- Transparência na gestão
- Mecanismos de prestação de contas e comunicação com stakeholders.
- Investimento em formação na equipa
- Melhoria dos processos internos e eficiência operacional
- Identificação de necessidades emergentes
- Investimento em inovação e novas abordagens para responder às necessidades da comunidade.
- Promoção da participação ativa da comunidade.
- Relações de confiança e parcerias locais.

Por último, considera-se que os contributos para a atualização dos documentos agora apresentados, partem da premissa que apenas com a auscultação e com o envolvimento de todos os agentes que intervêm diretamente com a população, é possível delinear uma estratégia de ação eficaz na promoção do desenvolvimento social e no combate à pobreza e exclusão social no território.

Estas problemáticas servirão de fio condutor para a estruturação do Plano de Desenvolvimento Social, correspondendo cada um destes problemas a 5 eixos de intervenção prioritária: Eixo I Saúde; Eixo II Família e Comunidades; Eixo III Habitação e Eixo IV Educação.

1.1. EIXO 1 – SAÚDE| SAÚDE MENTAL

Na análise dos inquéritos por questionário aplicados às entidades que compõe o Conselho Local de Ação Social do Peso da Régua, a área da Saúde e, especificamente a Saúde Mental surgiu como o principal eixo de intervenção prioritária. Este dado novo, surge não apenas enquadrado no conceito simples de definição de saúde enquanto ausência de doença, definição preconizada no início do século XX, mas à luz da construção atual, resultante num conceito mais amplo com várias dimensões, tais como a biológica, comportamental, social, ambiental, política e económica. A OMS, ao definir "Saúde" não só como ausência de doença, mas um completo bem-estar físico, psíquico e social, procurou superar a conceção biomédica utilizada até então.

De referir que paradoxalmente um indicador recente trouxe finalmente a saúde mental para a agenda mediática: a pandemia COVID-19, o que tem implicado, a definição da saúde mental como uma área prioritária a nível de políticas nacionais de saúde.

No Diagnóstico Social 2020-2024 o impacto da pandemia já havia sido refletido como tendo agravado as condições nos grupos mais vulneráveis, nomeadamente nas famílias e nas pessoas idosas, com repercussões ao nível socioeconómico. O aumento do desemprego, a diminuição dos rendimentos, o aumento da violência doméstica, o aumento da privação material e social das famílias e consequente insegurança e instabilidade emocional bem como, o agravamento da solidão e a consequente deterioração da situação de saúde/condição física e/ou problemas de saúde mental das pessoas idosas vieram colocar a descoberto a necessidade de um maior investimento na área da saúde mental, constituindo uma resposta para a qual urge um reforço da intervenção multidisciplinar no Concelho.

Volidos quatro anos constata-se que existe uma forte correlação entre os problemas de saúde mental e a pobreza, existindo um ciclo de forte associação entre a precariedade, exclusão e problemas de saúde psicológica com o stresse, a ansiedade, a depressão e ainda o consumo de substâncias aditivas. Na identificação da saúde e da saúde mental como problemática prioritária foram identificados os seguintes problemas pelo CLAS:

- Inexistência de Unidades de Resposta de Saúde Mental;
- Demora na substituição/atribuição do médico de família aos Agregados Familiares/utentes; dificuldade de deslocação e de acesso à informação por parte da população mais idosa residente nas freguesias rurais e o insuficiente acompanhamento ao nível da saúde mental;
- Isolamento;
- Falta de respostas especializadas/ demora no tempo de encaminhamento e número insuficiente de consultas de acompanhamento;
- Recursos humanos em número insuficiente, falta de respostas, exames de diagnóstico e tratamento demorado e em algumas especialidades inexistentes;
- Técnicos insuficientes na área da Psicologia, Psiquiatria (Infância e adultos) e adições;
- Número reduzido de médicos de especialidade;
- Falta de respostas rápidas e entrosamento entre instituições;
- Divulgação de apoio existente, profissionais habilitados;
- Isolamento social;
- Número reduzido de profissionais;
- Congestionamento de serviços;
- Parco acompanhamento da saúde.
- Falta de médicos de família e a frequente rotatividade dos mesmos;
- Falta de alternativas de transporte para acesso à sede de concelho onde existem os serviços;

- Investimento diminuto na Saúde Mental.

Segundo o relatório sobre a *Reforma da Saúde Mental em Portugal*, um dado curioso e preocupante reside no facto de atualmente, a pobreza afetar mais de um em cada cinco portugueses, um rácio muito próximo da prevalência de problemas de Saúde Psicológica, dado que se estima que 1 cada 5 portugueses viva com um problema de Saúde Psicológica. Dados num País onde existem carências significativas no acesso e na equidade de acesso a cuidados de saúde mental, onde persistem dos mais elevados níveis de desigualdade de rendimentos da União Europeia e da OCDE e onde é mais difícil sair de uma situação de pobreza.

Acresce que a pobreza, que tudo impacta não poupa a saúde mental, acarretando, muitas vezes, consequências intergeracionais, em que o ciclo de pobreza, de dependência, de violência, de patologia, de restrição a meios de saúde, de limitação ao acesso a condições e necessidades básicas de vida se vai perpetuando. Se por um lado algumas dessas situações são quase estruturais e se reproduzem em cada nova geração de um determinado agregado familiar, há também situações que resultaram do desemprego prolongado ou da quebra acentuada de proventos, fazendo com que a carência que se previra transitória lance âncoras e se fixe irremediavelmente a um quadro de privação permanente (Mauro Paulino, 2022).

Dificuldades de acesso aos serviços de saúde, estigma, problemas económicos e assimetrias regionais continuam a ser barreiras muito fortes, impedindo que as populações recebam cuidados de qualidade de uma forma homogênea.

Ainda de acordo com o relatório “A Reforma da Saúde Mental em Portugal: três anos de transformação” da Coordenação Nacional das Políticas de Saúde Mental, Ministério da Saúde, de março de 2024, é hoje reconhecido, com base em dados epidemiológicos e clínicos sólidos, que as perturbações psiquiátricas e os problemas de saúde mental se tornaram a principal causa de incapacidade e uma das principais causas de morbilidade e morte prematura, especialmente nos países ocidentais industrializados. A título de exemplo, as perturbações psiquiátricas representam 12% da carga global de doenças em Portugal, apenas precedidas pelas doenças cerebrais/cardiovasculares, com um peso global de 14%.

As causas deste problema/necessidade identificadas pelos parceiros assentam no seguinte: ao **nível local** referem que o “utente não tem acesso nem informação a onde se possa dirigir, tendo que ser encaminhado para fora da sua localidade; fraca concertação no trabalho de proximidade entre as juntas de freguesia e a população idosa; distância entre as freguesias e os serviços de saúde, encerramento das extensões de saúde; a ausência de um serviço de urgência de 24 horas, ausência de retaguarda familiar sobretudo da população mais idosa, desvalorização do impacto das questões de saúde mental/ falta de médicos de especialidade; dificuldade no acesso do doente à informação e desconhecimento onde se possa dirigir (tendo que ser encaminhado para fora da sua localidade); respostas de saúde fora dos limites do concelho.

Ao **nível das políticas governativas** foram assinaladas a falta de investimento e vontade política dos sucessivos governos no serviço nacional de saúde com particular destaque para o abandono do interior - “*Dentro do nosso país não há coesão territorial*”, a falta de técnicos no SNS; a inexistência de Unidades de Resposta Saúde Mental/ Demências; a parca resposta na área da saúde mental e das adições, sobrelotação dos serviços; falta de políticas de saúde e investimento humano e financeiro; falta de literacia em saúde, falta de investimento na formação dos profissionais (saúde/parceiros) sobre as problemáticas de saúde atuais (envelhecimento, isolamento social e familiar, solidão...), falta de monitorização; pouca participação de alguns atores sociais na resolução de problemas (tribunais, forças de segurança) por falta de políticas claras para a intervenção.

Os programas de proximidade da GNR junto da população idosa são considerados uma mais-valia nas questões de segurança. Contudo, a fácil identificação dos agentes e a falta de efetivos surge como um fator prejudicial no que se refere ao sentimento de insegurança perante o escalar da violência, de forma generalizada e, da delinquência e violência doméstica de forma particular. Esta situação provoca um descontentamento e um mal-estar por parte da comunidade pois, estes fenómenos/criminalidade revestem-se de impunidade junto das instituições de justiça.

Os comportamentos aditivos são outra problemática identificada no concelho, com especial relevância para o consumo de álcool por parte da população adulta. Em termos culturais poder-se-á afirmar que existe uma “normalização” desta prática tendo por base a própria história e situação geográfica na Região Demarcada do Douro, sendo também uma região onde existem muitos produtores (sendo que muitos dos pequenos produtores produzem vinho para consumo próprio). O consumo de vinho (principal produto consumido) e outras bebidas alcoólicas é também por norma associado ao contexto de festas/festas populares.

Na população jovem, o consumo de substâncias lícitas, como o vinho, cerveja e bebidas brancas encontra-se associado a espaços como cafés, hipermercados e nas imediações destes. Por sua vez o consumo de substâncias ilícitas está associado ao uso de canabinóides. A prevalência de consumos aditivos de substâncias lícitas e ilícitas (e a facilidade de acesso às mesmas) é outro problema apontado.

Foram assim definidas pelos parceiros **propostas de intervenção necessárias para a resolução ou redução deste problema**, de modo a conseguir estabelecer sinteticamente um conjunto de recomendações prioritárias para o futuro:

Eixo 1 – Saúde

Propostas de intervenção necessárias para a resolução ou redução deste problema:

- Criação de unidades no Concelho e valorização da importância para a Saúde mental;
- Criação de uma unidade móvel de saúde/equipas que operem no terreno e se desloquem às freguesias;
- A Saúde do idoso em condições de maior vulnerabilidade; O investimento Humano e Material nas atividades de promoção de saúde da comunidade; Maior investimento na avaliação, encaminhamento, vigilância e acompanhamento das pessoas com problemáticas de saúde/sociais. Intervenção efetiva de todos os atores comunitários na resolução dos problemas (Saúde, Educação, Emprego, forças de segurança, tribunal, CM e autarquias). Formação. Articulação...
- Disponibilização de recursos para a deslocação e acompanhamento a consultas;
- Criação de equipas multidisciplinares;
- Aposta em respostas ao domicílio (cujos serviços sejam adequados); investimento (recursos humanos e materiais) no interior ao nível dos vários serviços locais (centros de saúde bem como centro hospitalar); rede de transporte que permita à população ter acesso aos serviços: tentar marcar para os mesmos dias exames e consultas por forma a rentabilizar recursos. Na área da saúde mental e comportamentos aditivos é fundamental haver esta resposta combinada com equipas multidisciplinares;
- Diminuição do tempo de espera das consultas e aumentar a periodicidade do acompanhamento;
- Levantamento das necessidades no concelho;
- Desenvolver trabalho ao nível governamental (enquadramento legal) e educativo (foco em educar durante a infância e juventude);

- Criação de parcerias de proximidade;
- Dinamizar atividades descentralizadas, estabelecer parcerias/intercâmbios institucionais, melhor a rede de transportes;
- Parcerias privadas e/ou aumento de recursos humanos;
- Criação de equipa de saúde (medico, enfermeiro e assistente) que se deslocasse às Freguesias (poderia ser uma vez por mês) com dia previamente marcado;
- Potenciar as unidades de saúde com mais profissionais médicos que se interessem pelo utente e queiram estar no concelho (ao contrário do que se assiste no momento);
- Acompanhar o progresso do doente e ajustar as intervenções conforme necessário;
- Investimento na saúde Mental na infância e adolescência, e apoio à implementação de programas de promoção em saúde mental, de âmbito nacional, com ênfase particular na saúde mental perinatal e nos primeiros anos de vida;
- Desenvolvimento de atividades de promoção da saúde e prevenção da doença através de iniciativas institucionais e de financiamento a entidades sem fins lucrativos (associações, instituições particulares de solidariedade social, etc.);
- Investimento nas áreas de promoção da literacia, da inclusão social, da parentalidade, do fomento da arte, do bullying, etc.
- Implementação das Equipas Comunitárias de Saúde Mental, de adultos e de infância e adolescência,
- Promover ações de sensibilização/programa psicoeducativo na área das demências para famílias de acolhimento e cuidadores informais/ familiares na comunidade;
- Criação de respostas articuladas e integradas ao nível da identificação, diagnóstico e intervenção/acompanhamento das problemáticas e necessidades destas famílias, no âmbito dos Núcleos Locais de Garantia para a Infância;
- Investimento na intervenção precoce como medida eficaz e eficiente para prevenir ou reduzir a incapacidade a longo prazo das populações com problemas de saúde mental, faz com que a saúde mental da infância e adolescência deva ser entendida como uma prioridade de Saúde Pública.

Figura 73 -Problemáticas Sociais Identificadas no levantamento de necessidades pelos elementos do CLAS.

Conclusão: Considerando que a saúde é uma componente fundamental no bem-estar, nas suas diversas dimensões, afetando todos os grupos populacionais (crianças e jovens; população adulta; idosos), sobretudo os que se encontram em situação de maior vulnerabilidade, quando esta não corresponde aos níveis desejados para o desenvolvimento de toda uma comunidade cria desigualdades e potencia fatores de risco. Paralelamente a pobreza e a exclusão social e o impacto da pandemia despoletou o aumento de casos de saúde mental, colocando a descoberto a falta de respostas nesta área, realidade nacional e que espelha a realidade concelhia sentida pelas entidades que diariamente intervêm no âmbito da ação social.

A análise da literatura refere que saúde mental de uma população não pode ser alcançada apostando unicamente no tratamento das perturbações psiquiátricas: pelo contrário, a evidência científica demonstra que a promoção da saúde e a prevenção da doença podem conduzir a ganhos de saúde, aumento da inclusão social, incremento da produtividade, num contexto de melhoria dos níveis de bem-estar global. Os tópicos mais frequentemente abordados nos documentos e recomendações desta área, correspondem aos contextos onde existe um maior impacto potencial: programas de promoção da saúde mental ao longo do ciclo de vida, em casa, nas escolas e no trabalho, prevenção do suicídio e luta contra o estigma e discriminação.

De acordo com o relatório sobre “A Reforma da Saúde Mental em Portugal: três anos de transformação”, estes programas, destinados à população geral, devem associar-se programas e estratégias visando a promoção da recuperação e bem-estar de pessoas com problemas ou perturbações psiquiátricas de todas as idades, defendendo os seus direitos. A chave para a recuperação envolve ajudar as pessoas a encontrar a combinação certa de serviços, tratamentos e outros apoios, eliminando a discriminação através da abolição das barreiras à participação no trabalho, na educação e na vida social.

Esta abordagem torna-se, pois, particularmente importante para reduzir as desigualdades nos fatores de risco e no acesso aos serviços de saúde mental, fortalecendo a resposta às populações mais vulneráveis, possibilitando uma intervenção comunitária e local mais eficaz.

2 EIXO II – FAMÍLIA E COMUNIDADE | GRUPOS VULNERÁVEIS

FAMÍLIAS E COMUNIDADE PROBLEMÁTICAS SOCIAIS IDENTIFICADAS

População Idosa

- Vulnerabilidade das pessoas da terceira idade;
- Preços elevados nas Entidades de Apoio Social;
- Envelhecimento Demográfico;
- Escassez de Equipamentos e Respostas Sociais;
- Isolamento Social e falta de retaguarda familiar;
- Desresponsabilização familiar.

População com Deficiência

- Barreiras arquitetónicas;
- Falta de respostas sociais específicas: Centro de Atividades Ocupacional e Lar Residencial;
- Dificuldade de Inserção socioprofissional;
- Acompanhamento insuficiente por parte do sistema de ensino;
- Ausência de retaguarda familiar.

Famílias Carenciadas/Ação Social

- Recursos humanos escassos com formação e experiência na área, por forma a dar resposta a todos os públicos -alvos e necessidades atuais;
- Falta de Técnicos;
- Perpetuação da cultura da pobreza, pese embora os recursos técnicos e humanos na área social existentes;
- Conjuntura atual;
- Burocratização excessiva;
- Informação insuficiente sobre os subsídios e apoios existentes;
- Falta de um local único onde as pessoas poderiam ser informadas acerca de todas as medidas/subsídios e recursos disponíveis para cada um dos setores;
- Necessidade de um maior acompanhamento social de crianças e jovens e apoio na reintegração;
- Incremento dos problemas sociais e consequentemente aumento da procura dos serviços de ação social.

Crianças e Jovens em Risco

- Comportamentos desajustados/delinquência;
- Absentismo escolar das crianças/jovens;
- Comportamentos desviantes e de adição;
- Comportamentos violentos;
- Violência Doméstica;
- Bullying;
- Estigmas sociais e diferenças culturais que poderão levar ao bullying;
- Saúde mental;
- Número insuficiente de vagas na resposta Creche;
- Falta de horários alargados para famílias que trabalham;
- Atividades de apoios aos jovens após horário escolar; - Falta de apoio no período extenso de férias de verão;
- Falta de estrutura no acompanhamento e educação, com consequente perda de valores e princípios;
- Baixo investimento na fixação jovem;
- Dependência excessiva de tecnologia/ Má utilização das redes sociais/ Uso excessivo dos equipamentos informáticos para atividades de lazer;
- Falta de valores familiares;

- Ausência efetiva dos encarregados de educação;
- Pouca interação social. O brincar tornou-se demasiado parado;
- As crianças e jovens enfrentam várias necessidades sociais e desafios que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento. A falta de recursos financeiros pode afetar negativamente o acesso a serviços básicos;
- Baixa taxa de natalidade.

Minorias Étnicas e Comunidade Imigrante

- Realidade cada vez mais expressiva no concelho de Peso da Régua e consequente dificuldade de integração.
- Dificuldade na inclusão das comunidades minoritárias por diferenças culturais, de língua, etc.
- Baixa aceitação da diferença.
- Pouca oferta de locais para as comunidades imigrantes permanecerem/ habitação/dificuldades de comunicação (barreira linguística) /dificuldades de inserção socioprofissional.
- Absentismo escolar/desvalorização da escola por parte da etnia cigana;
- Discriminação;
- Acolhimento e integração dos migrantes; abertura para a multiculturalidade da parte da sociedade e entidades;
- Resistência cultural por parte das comunidades minoritárias.

Figura 74 - Identificação das problemáticas sociais relativas ao Eixo II, pelos parceiros do CLAS.

No segundo eixo de intervenção prioritária “Família e Comunidades” foram identificados os *Grupos Vulneráveis*. Por Grupos Vulneráveis consideraram-se as famílias ou grupos que vivem numa situação vulnerável à pobreza e consequentemente à exclusão social. Segundo Pedro Perista² e Isabel Batista “*Esta perspetiva engloba não apenas as pessoas que se encontram persistentemente – por vezes ao longo de toda a sua vida – numa situação de pobreza, mas também pessoas cuja situação, embora melhor, é de extrema vulnerabilidade. Inclui, igualmente, todo um conjunto de pessoas que, habitualmente, se posicionam acima da linha de pobreza, mas que, perante determinados condicionalismos, acabam por se situar, em dado momento, abaixo dessa mesma linha.*”

Deste modo foram identificados pelas entidades que integram o CLAS a população idosa, a pessoa com deficiência, as crianças e jovens em risco, as famílias em situação de vulnerabilidade económica e as minorias étnicas e imigrantes. Um dado novo relativamente à realidade plasmada nos últimos Diagnósticos Sociais concelhios prende-se com a inversão da prioridade na escolha dos grupos com maior necessidade de intervenção. Se até então as crianças e jovens foram sempre o grupo mais priorizado, atualmente é a população idosa, em especial a pessoa idosa em situação de maior vulnerabilidade e isolada, que acarreta maior preocupação junto das entidades que operam no terreno. No nosso entender esta alteração advém da lacuna existente nas políticas governativas que deixam a descoberto a proteção efetiva desta franja da população, que se tem vindo a tornar cada vez mais suscetível de resvalar para situações de fragilidade social e humana.

² PERISTA, Pedro; BATISTA, Isabel (2010). A estruturalidade da pobreza e da exclusão social na sociedade portuguesa – conceitos, dinâmicas e desafios para a ação. Fórum Sociológico. Série 2.

Ainda na análise feita pelos parceiros, as pessoas com deficiência adquirem um novo enfoque, partindo da premissa que tal como os idosos estão mais expostas a situações de dependência nas diversas dimensões.

Por último destacar uma nova realidade concelhia, o aumento do fluxo migratório, sobretudo de imigrantes oriundos da América Latina que têm procurado os serviços de ação social da autarquia.

No que concerne às crianças e jovens em risco (onde incluem as crianças da comunidade cigana) estas serão sempre a força motriz da sociedade onde a intervenção nunca será descurada. Daí o grande investimento que tem sido feito na implementação de projetos, quer a nível educativo, quer a nível de prevenção e promoção dos seus direitos, pelas entidades de primeira e segunda linha e cuja, intervenção tem procurado colmatar as fragilidades existentes.

2.1 POPULAÇÃO IDOSA

O envelhecimento demográfico constitui uma realidade não só europeia como, com especial evidência, portuguesa. Em Portugal, os dados obtidos pelos Censos 2021, publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, I. P., revelam um incremento expressivo da população idosa e uma diminuição da população jovem. Por cada 100 jovens portugueses existem já 182 idosos. Portugal apresenta um índice de envelhecimento mais elevado do Mundo e projeções recentes colocam Portugal como o 4.º país a envelhecer mais depressa.

Portugal é igualmente o país da União Europeia com o maior rácio de dependência de idosos. Em 2023, havia mais 38% de pessoas com 65 ou mais anos em Portugal face ao número de portugueses entre os 15 e os 64 anos.

Esta alteração demográfica vem proporcionar a emergência de uma sociedade envelhecida, produto de evoluções positivas, designadamente a diminuição da mortalidade e a um aumento da esperança de vida, resultantes de hábitos de vida mais apropriados e melhores cuidados de saúde.

Assim, temos hoje uma sociedade com mais idosos e mais longevos, o que coloca novos desafios no âmbito da saúde, terceiro sector, da economia e da própria sociedade.

Este quadro obriga à definição de uma política de longevidade, que passe pelo aperfeiçoamento das respostas sociais de apoio ao envelhecimento, mas também por novas respostas e estratégias que reforcem a participação cívica e social.

Este trabalho é feito, na maior parte das vezes, pelas IPSS que se podem definir por instituições sem fins lucrativos que têm como princípio orientador a solidariedade.

As IPSS atuam com o objetivo de contribuírem para a melhoria das condições da população social em geral, promovendo a inclusão social dos mais desfavorecidos. Para isso, desenvolvem um conjunto de atividades que visam dar resposta às carências existentes na sua área de intervenção.

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), o Centro de Dia e o Serviço de Apoio Domiciliário para Idosos consistem nas respostas sociais com maior representatividade no âmbito das respostas sociais dirigidas às pessoas idosas.

A resposta de Centro de Dia (CD) consiste num conjunto de serviços que contribuem para a manutenção no seu meio social e familiar das pessoas com 65 e mais anos e pretende assegurar a prestação de cuidados e serviços adequados à satisfação das necessidades do utilizador; prevenir situações de dependência, promover a autonomia e favorecer a permanência da pessoa idosa no seu meio.

Por sua vez, o serviço de apoio domiciliário (SAD) consiste na prestação de cuidados e serviços a pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física e ou psíquica e que não possam assegurar a satisfação das suas necessidades básicas tendo o objetivo de concorrer para a melhoria da qualidade de vida das pessoas; contribuir para a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar; promover estratégias de desenvolvimento de autonomia e facilitar o acesso a serviços da comunidade.

Por fim, as Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI) consistem em alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para idosos e visam proporcionar serviços permanentes e adequados à problemática biopsicossocial das pessoas idosas; contribuir para a estimulação de um processo de envelhecimento ativo; criar condições que permitam preservar e incentivar a relação intrafamiliar e potenciar a integração social.

No Peso da Régua no apoio a esta população existem as seguintes instituições: Associação Cultural e Beneficente Santa Maria de Sedielos, Associação Assistência Nossa Senhora das Candeias, Casa do Povo de Peso da Régua, Covelinhas e Godim, Casa do Povo de Vilarinho dos Freires, Centro Social e Paroquial D. Manuel Vieira de Matos, Patronato Padre Alberto Teixeira de Carvalho, Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua, Centro Social e Paroquial de S. Pedro de Loureiro e a Casa do Povo de Fontelas.

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	VALÊNCIAS			
	CAPACIDADE			
	Centro Dia	Centro Convívio	ERPI	SAD
Associação Cultural e Beneficente Santa Maria de Sedielos	20	—	35	30
Associação Assistência Nossa Senhora das Candeias	30	—	—	40
Casa do Povo de Peso da Régua, Covelinhas e Godim	40	30	—	50
Casa do Povo de Vilarinho dos Freires	9	—	9	40
Centro Social e Paroquial D. Manuel Vieira de Matos	—	—	—	35
Santa Casa Misericórdia Peso da Régua	—	—	60	—
Centro Social e Paroquial S. Pedro Loureiro	—	—	—	40
Casa do Povo Fontelas	40	—	—	35

Figura 75 -Instituições de apoio à população idosa no Peso da Régua, suas valências e capacidade.

No seguimento e indo de encontro a ações já desenvolvidas anteriormente que garantam as condições de segurança e bem-estar das pessoas idosas, como o Projeto 65 – Idosos em Segurança que funcionou no Concelho do Peso da Régua desde 2012, foi criado em 2020 a Comissão Municipal de Proteção ao Idoso do Peso da Régua, com o objetivo de promover o bem-estar dos idosos, de forma a que viver mais tempo, não seja significado de perda de qualidade de vida e consequentemente à colocação destes idosos a fatores de riscos acrescidos que possam pôr em causa sua integridade física e dignidade humana. Desde 2020 foram acompanhados 189 idosos, tendo 47 reunido critérios para beneficiarem do cartão da medicação (protocolo/parceria Câmara Municipal com a ABEM) e, 84 idosos ou pessoas em situação de vulnerabilidade apoiados com camas articuladas. Esta comissão trabalha numa lógica de intervenção concertada, tendo como recurso uma equipa multidisciplinar onde têm assento representantes das seguintes entidades: Câmara Municipal do Peso da Régua, Instituto de Segurança Social, Centro de Saúde (ACES); Guarda Nacional Republicana; Instituições Particulares de Solidariedade Social com valência para idosos.

A CMPIPR tem como objetivos:

- Proporcionar uma melhoria na qualidade de vida dos idosos;
- Promover os direitos dos idosos;
- Prevenir/responder a situações suscetíveis de afetar a segurança ou bem-estar dos idosos;
- Combater a exclusão social na população idosa;
- Manter o idoso na sua habitação e meio natural, em condições seguras;
- Diagnosticar as necessidades/recursos existentes;
- Sensibilizar a população em geral, redes de vizinhança e famílias em particular, para o envelhecimento com qualidade, direitos dos idosos e para a necessidade de proteção aos idosos;
- Desenvolver ações de prevenção e de remoção de dificuldades sociais e económicas dos idosos, contribuindo para a sua segurança e bem-estar;
- Criar condições que favoreçam as relações com outros idosos, com a família e comunidade, potenciando a rede primária de suporte;
- Colaborar em ações complementares de acompanhamento de casos;
- Promover a institucionalização dos idosos sempre que seja essa a única medida capaz de garantir a proteção de pessoa idosa;
- Desenvolver ações de medidas de proteção ao idoso alvo de negligência, maus-tratos e cuja situação apresente uma ameaça ao seu bem-estar e segurança.

Os destinatários desta comissão são todos os idosos, com mais de 65 anos, que sejam residentes no concelho do Peso da Régua e que se encontrem em situação de isolamento social, solidão, marginalização, negligência ou maus-tratos, violência económica, privação de liberdade, violência sexual e cuja situação apresente uma ameaça ao seu bem-estar e segurança. Podem ainda ser abrangidos pela CMPIPR outros adultos, com idade inferior a 65 anos, desde que se encontrem em situação de dependência de 3.ª pessoa e comprovada ausência de retaguarda e apoio institucional.

A operacionalização desta Comissão passa por proceder ao levantamento das situações de maior risco social para o idoso – levantamento de necessidades/sinalização – agilização de situações de risco – articulação institucional, realização de visitas regulares e encaminhamento de situações a descoberto para a rede formal de apoio. Pretende-se assim de atuar preventivamente junto desta população-alvo, bem como prestar apoio em situações de risco e/ou perigo iminente que possam ocorrer com os idosos referenciados.

Das situações sinalizadas no último triénio verifica-se que a maioria dos idosos em situação Vulnerável é oriunda da freguesia Urbana “União de Freguesias de Peso da Régua e Godim”, seguindo-se a freguesia da União de Freguesias de Poiões e Canelas. De igual modo os idosos que se encontram a residir sozinhos têm proveniência nestas mesmas localidades.

ANO	FREGUESIAS	TOTAL IDOSOS/SITUAÇÃO VULNERÁVEL	SOZINHOS	ISOLADOS	SOZINHOS E ISOLADOS	OUTRAS SITUAÇÕES	IDOSOS SINALIZADOS A OUTRAS INSTITUIÇÕES
2021	Sedielos	28	8	2	2	16	--
	UF Galafura/Covelinhas	32	22	--	2	8	--
	UF Moura/Vinhós	31	22	--	2	7	--
	UF Peso da Régua e Godim	157	104	1	2	50	2
	UF Poiares e Canela	100	56	2	6	36	3
	Vilarinho dos Freires	19	16	--	--	3	--
	Fontelas	1	1	--	--	--	--
	Loureiro	5	3	2	--	--	--
2022	Sedielos	37	9	4	2	22	--
	UF Galafura/Covelinhas	32	22	--	2	8	--
	UF Moura/Vinhós	31	22	--	2	7	--
	UF Peso da Régua e Godim	158	102	2	2	52	5
	UF Poiares e Canela	100	54	2	6	38	3
	Vilarinho dos Freires	21	18	--	--	3	--
	Fontelas	1	1	--	--	--	--
	Loureiro	6	3	2	--	1	--
2023	Sedielos	37	9	4	2	22	--
	UF Galafura/Covelinhas	32	22	--	2	8	--
	UF Moura/Vinhós	31	22	--	2	7	--
	UF Peso da Régua e Godim	184	117	2	2	63	5
	UF Poiares e Canela	101	55	2	6	38	3
	Vilarinho dos Freires	21	18	--	--	3	--
	Fontelas	1	1	--	--	--	--
	Loureiro	8	3	2	--	3	--

Figura 76 -Idosos em Situação de Vulnerabilidade por freguesia nos anos 2021, 2022 e 2023.

Fonte: GNR de Vila Real/2024.

Por fim, apresentam-se os dados resultantes das respostas das 19 entidades que responderam ao questionário de caracterização – Concelho Local de ação social do Peso da Régua.

No que concerne à identificação do problema/necessidade social para a área dos idosos, a maioria das entidades mencionou o isolamento social e a falta de retaguarda familiar e em segundo lugar, a escassez de equipamentos e respostas sociais nesta área.

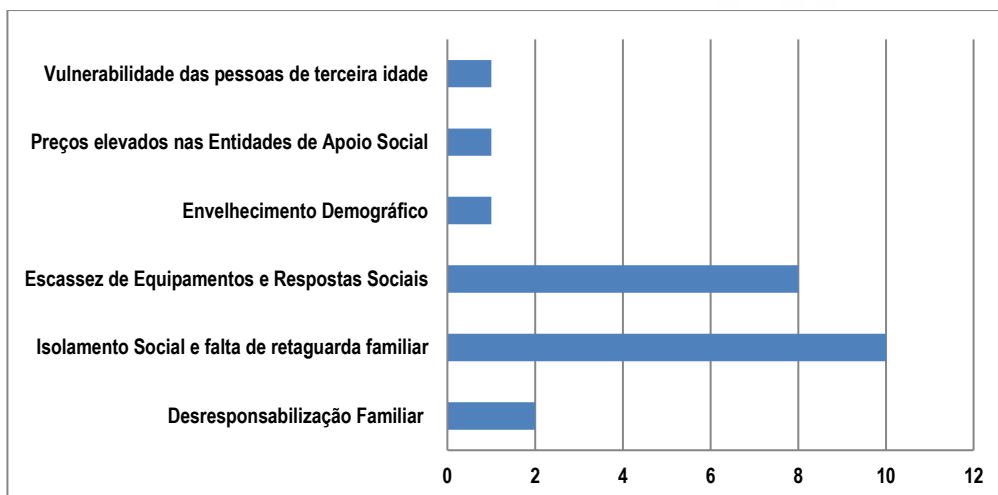


Figura 77 -Identificação problema/necessidade social relativa aos idosos, identificados pelos parceiros CLAS.

Na análise das causas dos problemas/necessidades da população idosa, a maioria das entidades mencionou a ausência de vagas sociais, os baixos rendimentos da população idosa, e por fim, a ausência de retaguarda familiar.

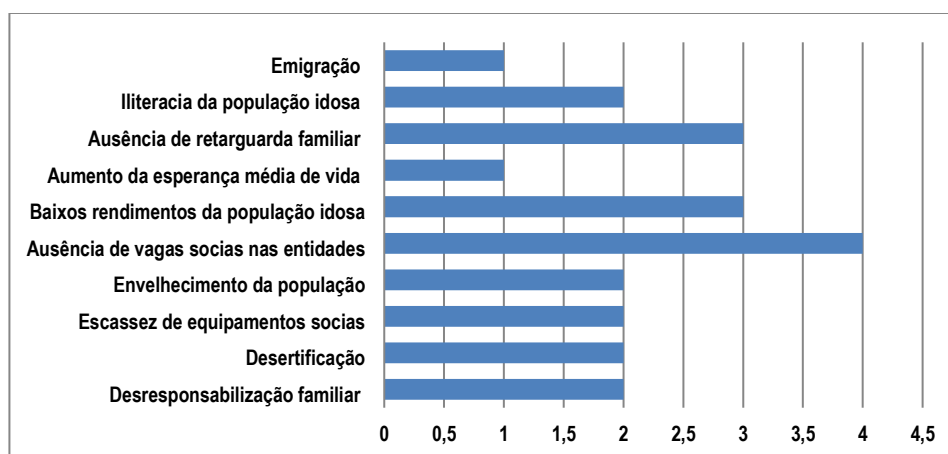


Figura 78 -Identificação da causa(as) desse problema, pelos parceiros do CLAS.

No que concerne aos recursos que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução dos problemas/ necessidades da população idosa, a maioria das entidades mencionou a necessidade de novas parcerias/ cooperação entre entidades, bem como, a necessidade de criação de novos equipamentos sociais e respostas sociais (CD/ERPI).

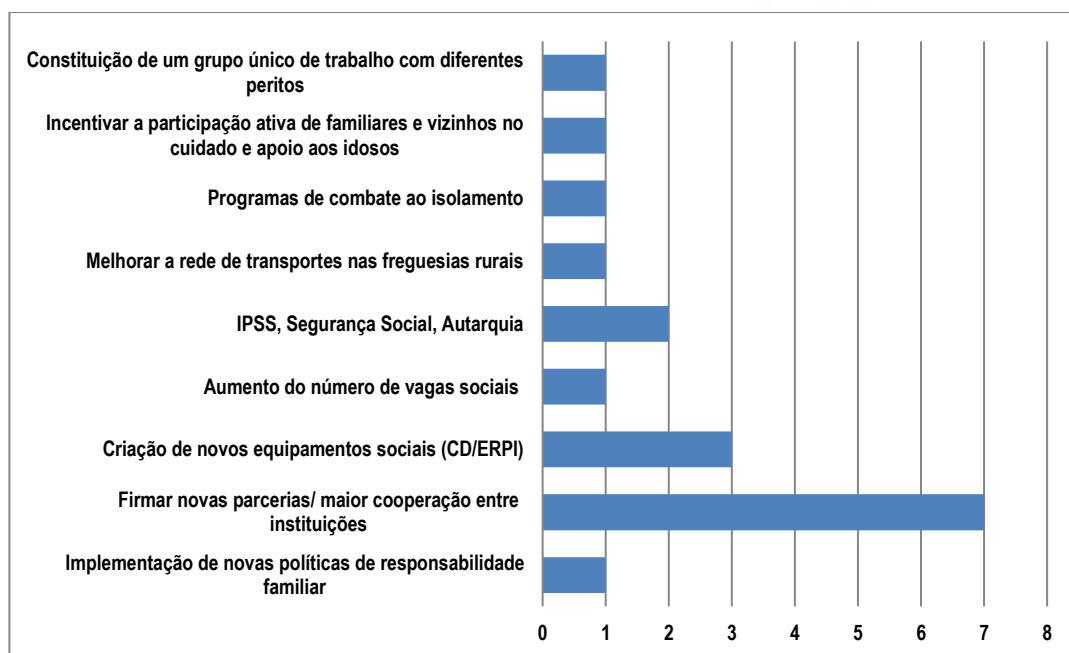


Figura 79 -Identificação dos recursos a mobilizar para a redução/resolução desse problema/necessidade social, pelos parceiros do CLAS.

Por fim, ao nível das propostas de intervenção que seriam necessárias para a resolução ou redução dos problemas / necessidades junto da população idosa, as respostas das entidades foram diversificadas, tendo sido mencionada a necessidade de novas políticas que obriguem a uma maior responsabilidade por parte do seio familiar, a necessidade de construção ou requalificação de respostas sociais, a criação de novas respostas sociais de prevenção do envelhecimento, a constituição de grupos de trabalho diversificados com formação específica e diferenciada, ações de saúde pública/ criação de casas de acolhimento com carácter mais familiar e menos institucional e dirigidas à problemática específica da demência/ações que promovam o fortalecimento dos laços transgeracionais/ medidas de apoio aos cuidadores informais/ implementação de programas de proximidade/ criação de sistemas e equipas de apoio que possibilitem e facilitem o acesso do idoso aos cuidados de saúde, melhorar a rede de transportes nas áreas rurais e novos programas de combate ao isolamento.

2.2 POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA

“A deficiência é um de entre todas as possibilidades do ser humano, portanto, deve ser considerada, mesmo se as suas causas e consequências se modificam, como um fator natural que nós mostramos e de que falamos do mesmo modo que o fazemos em relação a todas as outras potencialidades humanas.” (UNESCO, 1977)

A evolução conceptual da deficiência pode dividir-se em três épocas: a primeira considerada pré-histórica e que engloba as sociedades primitivas e se prolonga até à Idade Média; a segunda, em que emerge a ideia de que os deficientes são pessoas a quem é preciso prestar assistência; e finalmente a terceira, corresponde a época atual, onde o conceito de Deficiência se desenvolve perspectivado em função de uma sociedade, que ideologicamente se afirma como sendo inclusiva, ou seja, que pretende proporcionar às pessoas com deficiência um ambiente favorável, bem como produzir o seu desenvolvimento bio-psico-social fazendo com que as diferenças sejam respeitadas (Jimenez: 1997).

A OMS define assim deficiência: “no domínio da saúde, deficiência represente qualquer perda ou anormalidade da estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica” (OMS, 1980: 35). A deficiência é, pois, uma perturbação ao nível do funcionamento de um órgão resultante de uma doença que o afetou.

A deficiência gera incapacidade nos desempenhos funcionais da pessoa o que acarreta desvantagens que “limita ou impede o desempenho de uma atividade considerada normal para esse indivíduo, tendo em atenção a idade, o sexo e os fatores sócio-culturais”.

De facto, só a partir da última década do século XX se fala de participação em igualdade de oportunidades da pessoa com deficiência, relativamente à educação, emprego, acessibilidade, emprego, cultura e lazer.

Contudo, as limitações da pessoa nas suas relações com o meio físico e social que a envolvem pode ser reduzido com o apoio dos meios adequados. (Pereira: 2010).

Em Portugal, os direitos das pessoas com deficiência são protegidos e promovidos através de várias medidas e apoios.

Os principais desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência em Portugal incluem:

Risco de Pobreza: Um estudo do Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ODDH) revelou que, em 2022, 62,3% dos indivíduos com deficiência enfrentariam risco de pobreza se não fosse pelo auxílio de prestações sociais. Este número é significativamente mais alto em comparação com os 35,5% de risco entre as pessoas sem deficiência.

Disparidades Socioeconómicas: As transferências sociais reduziram a taxa de pobreza em 42,3 pontos percentuais para pessoas com deficiência, enquanto que para a população sem deficiência a redução foi de 21,5 pontos percentuais. No entanto, a dificuldade em diminuir essas diferenças permaneceu praticamente inalterada desde 2015.

Emprego: Apesar de progressos na área do emprego, as mulheres com deficiência ainda enfrentam barreiras adicionais. A taxa de atividade das mulheres com deficiência em Portugal foi de 73,4% entre os 20 e os 64 anos, superando a taxa média da União Europeia. Contudo, a taxa de desemprego entre pessoas com deficiência diminuiu menos do que para as sem deficiência, e o número de pessoas com deficiência à procura de emprego aumentou 4,6% entre 2015 e 2022.

Acessibilidade e Inclusão: Combater a exclusão social de pessoas com deficiência ou incapacidade exige políticas abrangentes e integradas, que incluam a eliminação de barreiras físicas, o fomento da acessibilidade, a promoção de oportunidades iguais no mercado de trabalho, o acesso a educação inclusiva e a luta contra o estigma e a discriminação.

Estes desafios destacam a necessidade de políticas e medidas contínuas para promover a igualdade e a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade portuguesa.

No Concelho existem duas instituições particulares de Solidariedade Social que prestam apoio à pessoa com deficiência a Associação da Região do Douro para Apoio à Deficiência e a Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento.

2.2.1 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DA ARDAD

A Formação profissional envolveu formação Inicial (cursos de 2900h e 3600 horas)

num total de 75 pessoas com deficiência ou incapacidade (PCDI) que se distribuíram por género, faixas etárias, tipo de deficiência e grau académico, de acordo com a seguinte informação:

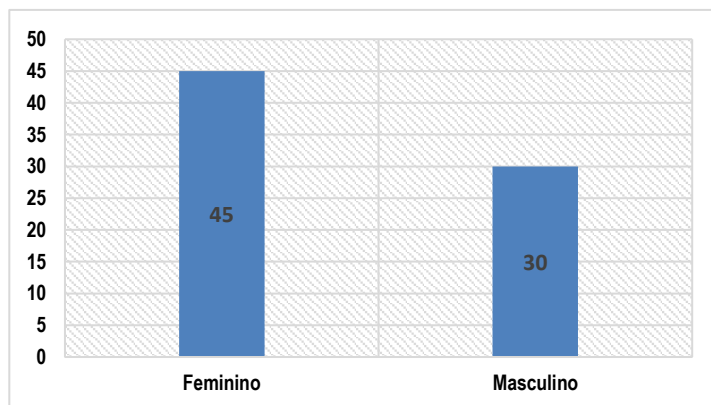


Figura 80 - Distribuição dos clientes da A.R.D.A.D por sexo.

De acordo com a figura 79 pode-se observar que a ARDAD ministrou formação profissional a 45 pessoas do sexo masculino e 30 do sexo feminino, num total de 75 formandos.

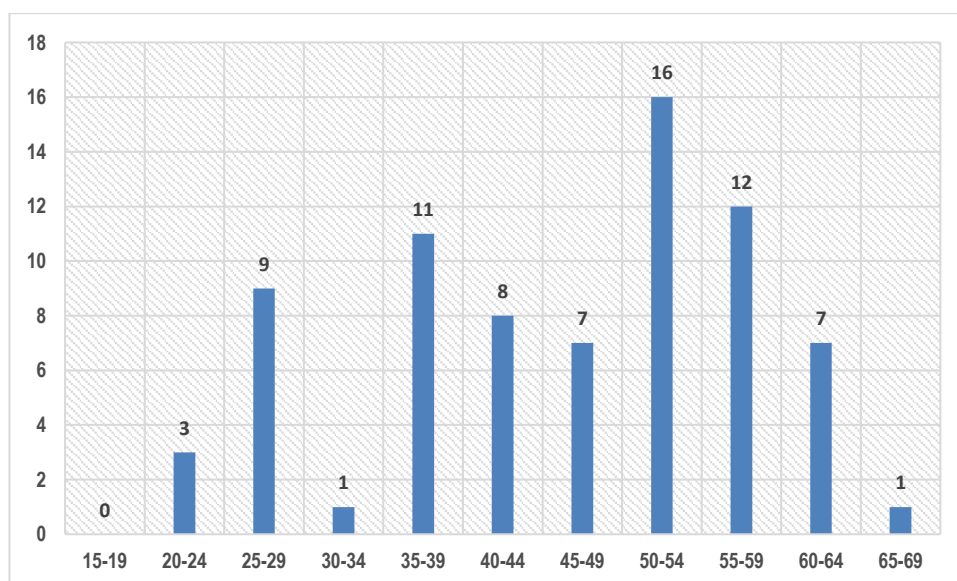


Figura 81 - Distribuição dos clientes da A.R.D.A.D por faixa etária.

Relativamente ao gráfico, podemos observar das 75 pessoas com deficiência ou incapacidade, a faixa etária predominante situa-se entre os 50-54 anos de idade, seguidamente da faixa etária entre os 55-59 anos de idade.

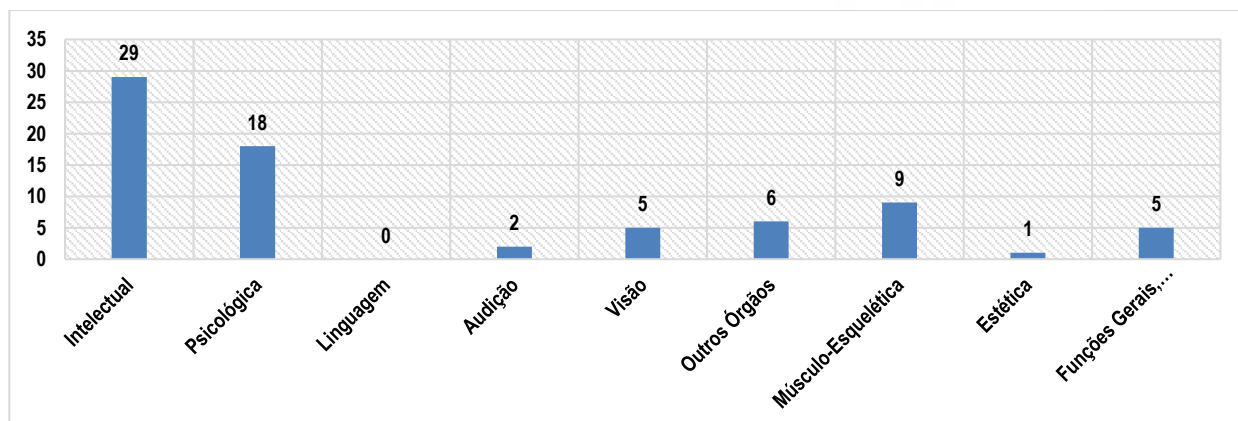


Figura 82 -Tipo de Deficiência ou Incapacidade dos Clientes da A.R.D.A.D.

Considerando a população em análise, ao nível da sua distribuição segundos os diferentes tipos de deficiência, como espelha a figura 81 é possível verificar uma maior incidência da população com deficiência intelectual, ou seja, 29 pessoas. Seguem-se as deficiências psicológicas, músculo-esquelética, visual e Funções Gerais, Sensitivas e Outras.

Em termos de habilitações predominam as pessoas com o 3.º ciclo, 1.º ciclo e 2.º ciclo. Contudo, verifica-se que apesar da frequência no ensino obrigatório, este não se traduz em conhecimento escolar consolidado, pois a maioria dos casos, apenas desenvolveu a competência de escrever o nome.

Quanto às ações de formação ministradas pela ARDAD, todas elas estão inseridas no POISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, na Tipologia 3.01 - Qualificação de pessoas com Deficiência e ou Incapacidade – que tem como objetivo a promoção de ações que possibilitem a aquisição e o desenvolvimento de competências profissionais, tendo em vista potenciar a empregabilidade das pessoas com deficiência e incapacidade, orientadas para o exercício de uma atividade no mercado de trabalho, na ARDAD foram ministradas as seguintes ações:

- Artesanato
- Assistentes administrativos
- Atendimento ao Público
- Serviços pessoais à Comunidade
- Costura e lavores
- Costureira / Modista
- Carpintaria
- Operador Agrícola
- Cozinheiros
- Empregados de Andares
- Assistente Familiar e apoio à Comunidade

IAOQE – Informação, avaliação e orientação para a qualificação e emprego

Iniciada em janeiro de 2003, esta ação tem vindo a demonstrar ser importante para o planeamento e escolha do percurso de formação profissional a seguir pelo indivíduo com deficiência.

A dificuldade a nível da escolha de um projeto profissional costuma ser uma situação comum para muitos jovens, cujas expectativas profissionais encontram-se, por vezes, muito aquém da realidade do mercado de trabalho.

Neste sentido, o programa I.A.O.Q.E., tem oferecido a possibilidade de contactar com diferentes áreas de formação, facilitando, na maioria dos casos, a escolha do projeto profissional futuro. Nesta valência, a ARDAD sendo Centro de Recurso de Torre de Moncorvo, desenvolve atividades de avaliação da capacidade de trabalho, prescrição de produtos de apoio e apoio à criação do próprio posto de trabalho.

2.2.2 CARATERIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO 2000 DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO – A2000

A Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento - A2000, iniciou atividade em 2001, no concelho de Sta. Marta de Penaguião, mas em setembro de 2019 mudou a sua sede para o concelho do Peso da Régua, sendo uma entidade regional, pois opera em 4 distritos (Vila Real, Porto, Viseu, Bragança) e tem instalações em 8 concelhos (Peso da Régua, Murça, Chaves, Carrazeda de Ansiães, Baião, Resende, Tabuaço e Armamar), mas abrange nas suas atividades 16 concelhos.

Os seus serviços são de dois tipos:

SERVIÇOS FORMATIVOS - São serviços cujo objetivo é a promoção da qualificação e do emprego das pessoas.

- **Qualificação Profissional de pessoas com deficiência ou incapacidade:** A Formação Profissional para pessoas com deficiência ou incapacidade é financiada pelo FSE e pelo Estado Português e comporta Formação Inicial no âmbito do Percurso C – individualizados com base em referenciais de formação não integrados no CNQ, com uma duração de 2 900 horas (incluindo Formação Prática em Contexto de Trabalho) e Formação Contínua com duração de 400h, as quais decorrem nos concelhos de: Peso da Régua, Baião, Resende, Tabuaço, Chaves, Carrazeda de Ansiães e Armamar.
- **Formação Pedagógica Inicial de Formadores:** Em regime bi-learning, são cursos de 90 horas com o objetivo de munir os formandos de técnicas e competências pedagógicas, sem as quais não poderão ministrar formação em Portugal, reconhecida pela DGERT - Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho.

SERVIÇOS NÃO FORMATIVOS – comporta as respostas sociais da Segurança Social e outros Serviços de cariz mais social ou de reabilitação, com vista a desenvolver competências pessoais e sociais conducentes a uma inserção familiar, profissional e social de pessoas desfavorecidas ou em risco de exclusão, designadamente:

- **Intervenção Precoce na Infância (IPI)**

A IPI é promovida pela ELI (Equipa Local de Intervenção) de Sta. Marta de Penaguião, no âmbito do SNIPI – Sistema Nacional de Intervenção Precoce. A ELI é constituída por técnicos oriundos de 3 Ministérios: Educação, Saúde e Segurança Social. Este último estabelece acordo de cooperação com uma IPSS (neste caso a A2000) para que esta contrate e disponibilize à ELI técnicos (Psicólogo, Técnico Superior de Serviço Social e Terapeutas). A intervenção ocorre nos contextos onde a criança permanece (domicílio ou estabelecimento escolar).

A IPI abrange as crianças entre os 0 e os 6 anos que reúnam características pessoais ou sociais que coloquem em risco o seu pleno desenvolvimento - é financiada pelo Instituto de Segurança Social, IP e desenvolve-se em 4 concelhos (Peso da Régua, Sta. Marta de Penaguião, Mesão Frio e Mondim de Bastos).

- **Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social de Pessoas com deficiência e Incapacidade (CAARPD)**

É um “serviço especializado, que assegura o atendimento, acompanhamento e o processo de reabilitação social das pessoas com deficiência ou incapacidade e disponibiliza serviços de capacitação e suporte às suas famílias ou cuidadores informais” e envolve duas modalidades:

- Atendimento e Acompanhamento Social.
- Reabilitação Social.

Este serviço é financiado pelo Instituto de Segurança Social, IP. E abrange 4 concelhos (Peso da Régua, Sta. Marta de Penaguião, Mesão Frio e Mondim de Bastos).

- **Centro de Recursos para a Inclusão**

É um serviço especializado (disponibiliza Psicólogo, Terapeuta da Fala, Terapeuta Ocupacional, Psicomotricista), acreditado e financiado pelo Ministério da Educação, que apoia e intensifica a capacidade das escolas na promoção do sucesso educativo de todos os alunos. Atualmente, abrange 6 Agrupamentos de Escolas, respetivamente dos concelhos de Peso da Régua, Sta. Marta de Penaguião, Mesão Frio, Sta. Marinha do Zêzere, Murça e Tabuaço.

- **Centro de Recursos para a Inclusão Profissional (CRIP)**

Resulta de um acordo de cooperação com o IEFP, que financia o serviço prestado ao Centro de Emprego de Vila Real, abrangendo 8 concelhos da sua área de intervenção. Tem o objetivo de promover a integração socioprofissional das pessoas com deficiência ou incapacidades (jovens e adultos) que, evidenciem capacidades produtivas, envolve 3 ações: IAOQE (Informação, avaliação, orientação para a qualificação e emprego), AC (Apoio à colocação) e APC (Acompanhamento pós-colocação).

- **Espaços de Convívio**

Dirigidos a pessoas idosas autónomas e, num total de 8 (com frequência semanal) têm o objetivo de promover atividades diversas e convergentes com os interesses de cada grupo, cujo objetivo é estimular e/ou desenvolver competências cognitivas, linguísticas, tecnológicas, motoras, sociais, culturais, entre outras, com a finalidade de retardar o envelhecimento, o isolamento e a institucionalização.

Este serviço é promovido em cinco freguesias de Sta. Marta de Penaguião e em duas de Peso da Régua e numa de Lamego, para tal recebe apoio financeiro das freguesias e do Município de Sta. Marta de Penaguião.

A população que frequenta os diferentes os serviços da A2000 varia de ano para ano, principalmente porque a maioria dos serviços estão condicionados a idades e/ou à própria duração das ações formativas, portanto isto implica uma mobilidade anual, dos clientes, elevada.

Nos serviços para pessoas com deficiência são inseridos clientes com múltiplas patologias da área da deficiência e também da área da doença mental, contudo predominam as pessoas com deficiência intelectual. Seguem-se os quadros com a caracterização desses serviços:

FREGUESIA	DESIGNAÇÃO	ÁREAS DE INTERVENÇÃO	VALÊNCIAS	CAPACIDADE	ACORDO	FREQUENCIA (RESIDENTES CONCELHO)
UF Piores e Canelas	A2000	Deficiência (Adultos)	CAARPD (Seg. Social)	75	75	15
			Formação Profissional (FSE)	190	190	11
			CRIP (IEFP)	271	271	18
		Infância (0-6 anos)	IPI	30	30	11/ mediador A2000 17/mediador M.E
		Infância e Jovens (6 aos 18 anos)	CRI	93	93	30
		Adultos	Formação Pedagógica Inicial	12	—	4
		Idosos	Espaço Convívio	112	—	22

Figura 83 -Quadro Resumo dos Serviços da A2000 e sua capacidade.

ÁREAS DE INTERVENÇÃO	VALÊNCIAS	FREQUÊNCIA POR RESIDENTES CONCELHO	FEMININO	MASCULINO	IDADES
Deficiência (Adultos)	CAARPD (Seg. Social)	15	6	9	Entre os 17 e 53 anos
	Formação Profissional (FSE)	11	2	9	Entre os 19 e 55 anos
	CRIP (IEFP)	18	5	13	Entre os 21 e os 58
Infância (0-6 anos)	IPI	11 mediador A2000	5	6	Entre os 3 e os 6 anos
		17 mediador M. E	5	12	
Infância e Jovens (6 aos 18 anos)	CRI	30	7	23	Entre os 5 e os 18 anos

Figura 84 -Caraterização dos clientes do Concelho Peso da Régua que frequentam os Serviços da A2000.

2.2 FAMÍLIAS CARENCIADAS

Eixo II - Famílias Carentiadas
Causas desse problema / necessidade social
- Novas realidades e problemáticas sociais advindas pós-covid, os agregados estão mais isolados, o custo de vida aumentou e os recursos financeiros são cada vez mais escassos; - Reformas/ Pensões muito baixas; - Causas de natureza multidimensional e multifatorial, entroncam nas transformações socioeconómicas em curso, são agravados, alguns deles, pela insuficiência e desadequação dos sistemas de proteção social; - Dependência de subsídios/conformismo/ausência de perspetivas/políticas estatais; - Falta de recursos humanos/ Sobrecarga de funções /Falta de especialização.

Figura 85 - Identificação das causas/necessidades sociais das famílias carenciadas, pelos parceiros do CLAS.

Eixo II - Famílias Carentiadas
Recursos que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse problema / necessidade social:
- Apoios e incentivos que visem colmatar as problemáticas já identificadas; Articulação entre os diversos intervenientes, entidades responsáveis por dar resposta aos problemas do foro social; - Parcerias locais bem articuladas; - Criação de políticas e programas adequados aos territórios; - Continuação da intervenção no terreno e de uma intervenção de proximidade; - Programas locais e nacionais/ Projetos; - Medidas rigorosas, isentas e igualitárias por parte da ação governamental; - Investimento ao nível de políticas sociais; - Melhor distribuição dos fundos comunitários.

Figura 86 - Identificação dos recursos a mobilizar, segundo os parceiros do CLAS.

Eixo II - Famílias Carentiadas
Propostas de intervenção que seriam necessárias para a resolução ou redução desse problema / necessidade social
- Apoios e incentivos que visem colmatar as problemáticas já identificadas; Articulação entre os diversos intervenientes, entidades responsáveis por dar resposta aos problemas do foro social; - Trabalho em rede devidamente participado; - Novas políticas sociais assentes na realidade (aumento do custo de vida e baixos rendimentos); - Ações que promovam a divulgação dos apoios sociais existentes; - Reduzir a burocratização das diversas ações/Reduzir as multifunções de um técnico/ Especialização dos técnicos de acordo com as várias áreas de intervenção; - Criação de um local único de informação/ gabinete multidisciplinar, cujos técnicos afetos poderão ser interlocutores e auxiliar não só na informação, mas também na submissão de requerimentos por exemplo.

Figura 87 - Identificação de propostas de intervenção para a redução da problemática, famílias carenciadas, segundo parceiros do CLAS.

Na análise do Grupo Famílias Carentiadas, considerou-se analisar as famílias beneficiárias da medida RSI, que é uma prestação incluída no subsistema de solidariedade e um programa de inserção por forma a assegurar às pessoas e aos seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínima e para o favorecimento de uma progressiva inserção profissional e comunitária. Esta escolha tem por base o facto de se possuir dados objetivos e quantificáveis sobre a situação destas famílias, pois muitas delas encontram-se no limiar da pobreza.

Atualmente, o valor do Rendimento Social de Inserção é fixado em 46.587% do valor do Indexante dos Apoios Sociais (509,26 euros), correspondendo a 237.25 euros.

Segundo a caracterização dos beneficiários da medida RSI do Peso da Régua, em 2023 foram beneficiários da prestação do rendimento social de inserção 659 beneficiários/as (293 famílias), dos quais 327 são do sexo masculino e 332 do feminino, sendo que, a maioria reside em Peso da Régua e Godim, em oposição às freguesias rurais de Galafura e Covelinhas.

Um retrato sobre as famílias indica também um grupo vulnerável que introduz mudanças na forma de organização familiar que são as famílias monoparentais. Quanto à designação família monoparental, ao contrário da família nuclear conjugal que apresenta normalmente uma estrutura triangular: pai, mãe e filhos, aqui trata-se uma estrutura bipolar, onde normalmente a figura de referência é a materna, que no caso de divórcio ou separação, quer no de mãe solteira. (Leandro, 2001)

As famílias monoparentais e reconstituídas representam 27,3% das famílias portuguesas, estão a “encolher” e a diversificar-se: em dez anos, as famílias monoparentais e as reconstituídas viram o seu peso aumentar de 21,5% para 27,3%, do total de famílias, num crescimento a que não está alheio o consecutivo aumento dos divórcios. As famílias monoparentais e reconstituídas representam 27,3% das famílias portuguesas este aumento das famílias monoparentais, que passaram de 14,9% em 2011 para os atuais 18,5% do total de famílias, fez-se à custa sobretudo das mães com filhos.

Um outro instrumento de combate à pobreza e à exclusão social no território é a distribuição de géneros alimentares e ou bens de primeira necessidade, que visa apoiar as operações de distribuição de géneros alimentares e ou de bens de primeira necessidade às pessoas mais carentiadas, no âmbito do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carentiadas, numa lógica de intervenção mediante apoio alimentar, assim como no desenvolvimento de medidas de acompanhamento que capacitem as pessoas mais carentiadas a vários níveis, promovendo assim a sua inclusão.

O programa visa, com a sua atividade, diminuir as situações de vulnerabilidade que colocam em risco a integração das pessoas e dos agregados familiares mais frágeis, reforçando as respostas das políticas públicas existentes, permitindo o acesso ao Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas Mais Carentiadas (FEAC), de forma a conseguir alcançar os objetivos propostos na sua missão.

No Concelho do Peso da Régua, em 2023, apoio foi prestado a 199 beneficiários do RSI, num total de 79 agregados familiares.

O Espaço Solidário é também um recurso, que tem por objetivo o apoio e entrega de bens de primeira necessidade: alimentos, vestuário, calçado, mobiliário, eletrodomésticos a famílias carentiadas previamente identificadas e acompanhadas. Este foi criado através do Banco Local de Voluntariado implementado pela autarquia. O Espaço S atua como resposta imediata em

situações de vulnerabilidade social e /ou emergência sinalizadas pelas entidades do concelho ou por requerimento das próprias famílias. É assegurado e dinamizado por voluntários responsáveis pela gestão e manutenção do serviço, contribuindo para o empoderamento, sustentabilidade e envolvimento participativo da comunidade. De igual modo, os bens doados são provenientes de públicos diferenciados, muitas das vezes, também eles beneficiários do serviço apresentado, promovendo-se o fomento de redes de solidariedade social comunitária.

De janeiro a dezembro de 2023, realizaram-se 450 entregas de cabazes alimentares. Ao longo de 2023, o Espaço Solidário apoiou uma média de 45 famílias/mês, na procura de bens, nomeadamente vestuário e calçado, 10 famílias foram apoiadas com mobiliário.

É de salientar que esta resposta continua a ser assegurada pelo trabalho voluntário de cidadãos da comunidade, bem como por funcionários desempregados inseridos em programas de medidas de emprego – Contrato Emprego Inserção + ou Contrato Emprego Inserção, em articulação com o Gabinete de Inserção Profissional/ IEFP.

Ainda no âmbito do Espaço Solidário, numa ótica de responsabilidade social das empresas, o Hipermercado Continente cede mensalmente produtos que se encontram fora de venda e bens alimentares como legumes, fruta, iogurtes, comida confeccionada do serviço de takeaway distribuídos semanalmente pelo Gabinete de Ação Social e Habitação da autarquia. De referir ainda que essa parceria estende-se a outras associações e instituições concelhias.

Por sua vez, a Delegação da Cruz Vermelha da Régua, apoia as famílias carenciadas do concelho através da doação de vestuário, ajudas técnicas (camas articuladas e cadeiras de roda), alimentos e fraldas.

Considerando a situação de pobreza e exclusão social no Concelho desde 2013 que se tem promovido no território o Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS).

O projeto CLDS teve a sua primeira intervenção em Peso da Régua através da sua versão CLDS+ em 2013-2015, tendo tido continuidade através do CLDS 3G no período de 2015-2018 e o CLDS 4G, no período 2019-2023. Peso da Régua e outras áreas geográficas de implementação do CLDS 4G apresentam como áreas especialmente afetadas, o desemprego e a pobreza, sendo a Entidade Coordenadora Local da Parceria do projeto CLDS 4G do Peso da Régua a Santa Casa da Misericórdia de Peso da Régua.

Atualmente o concelho do Peso da Régua é um dos concelhos selecionados e a intervencionar pela 5.ª Geração do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS-5G)

O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) é de igual modo uma competência afeta a esta área, assumido desde abril de 2022, pelo Município do Peso da Régua o decorrente da transferência de competências do Instituto da Segurança Social para as Câmaras Municipais, no domínio da Ação Social.

No âmbito do SAAS (Serviço de Atendimentos e Acompanhamento Social), registaram-se 153 atendimentos, desde maio 2023, dos quais 10 foram encaminhados para ERPI. Este serviço assegura o atendimento e acompanhamento de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade, bem como de emergência social.

O atendimento social passa por ser um atendimento de primeira linha, personalizado, que responde às necessidades e situações de crise ou emergência social existentes. No que diz respeito ao acompanhamento este destina-se a assegurar apoio técnico com vista a resolução ou prevenção de problemas sociais.

Esta resposta social pode ser acedida pela própria pessoa, que se encontra em situação de vulnerabilidade, a comunidade (ex: vizinhos), e institucional por exemplo a segurança social.

Tem como objetivos: Informar e encaminhar para respostas e serviços ou prestações sociais adequadas a cada situação; apoiar e prevenir situações de vulnerabilidade de e exclusão social; assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social de cada pessoa ou família; contribuir para a aquisição e ou fortalecimento de competências das pessoas e famílias promovendo a sua autonomia, bem como fortalecer as redes de suporte familiar e sociais.

Os Princípios orientadores, passam por: promoção da inserção social e comunitária; intervenção mínima, imediata e oportuna; Intervenção prioritária; Personalização dos apoios sociais e a valorização das parcerias.

Por último, de referir a violência doméstica como uma problemática transversal aos grupos mais vulneráveis e cujas sinalizações têm sido reportadas cada vez em maior número, afetando sobretudo as mulheres em condições de maior vulnerabilidade, as crianças e jovens em risco e a população idosa. Apesar dos progressos registados no que concerne à sensibilização para a problemática nomeadamente ao nível do envolvimento das entidades e, do investimento que tem sido feito nos anos mais recentes, na criação de respostas concelhias que procuram intervencionar e prevenir as situações de violência dentro do seio familiar, como o protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal do Peso da Régua e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, que através da Equipa Móvel de Apoio à Vítima realiza atendimentos, uma vez por semana, no concelho, a criação da Comissão Municipal de Apoio ao Idoso, a recentemente criada Rede Especializada para a Intervenção na Violência Doméstica e em Contexto Familiar – RIVD da Comarca de Vila Real que celebrou protocolos de colaboração com a Câmara Municipal do Peso da Régua, com a Comissão de Proteção De Crianças e Jovens do Peso da Régua e com a Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua, bem como o trabalho de proximidade entre o Núcleo de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE) do Destacamento Territorial da GNR do Peso da Régua, podemos concluir que se verifica a necessidade de continuar a desenvolver um trabalho aprofundado e transversal ao nível da prevenção, através da sensibilização/informação e formação, bem como a necessidade da operacionalização de equipas multidisciplinares.

Com base nos dados fornecidos pela GNR, relativamente às ocorrências de Violência Doméstica participadas àquele organismo é feita a seguinte caracterização, referente a esta problemática no Concelho do Peso da Régua.

Da análise dos dados da figura 88 verifica-se que as mulheres estão mais expostas a situações de violência doméstica. Em qualquer dos anos, de 2020 a 2023 as vítimas de violência doméstica foram maioritariamente do sexo feminino. Do total das ocorrências, o agente/suspeito predominante é do sexo masculino.

Relativamente à idade das vítimas verifica-se que a violência registada ocorre sobretudo a partir dos 25 anos. De igual modo, a idade dos agressores situa-se a partir da mesma faixa etária, revelando que é sobretudo numa idade adulta madura em que as situações de violência ocorrem.

De referir ainda que não foram identificados atos de violência com recursos a armas (armas de fogo e arma branca) e o tipo de violência frequente é o de violência física (recurso à força física), seguindo-se a violência psicológica (Ameaça/coação psicológica).

No que concerne ao grau de parentesco, o tipo de violência mais perpetrada é a violência contra o cônjuge ou companheiro, seguindo-se a violência contra ex-cônjuge ou ex-companheiro e a violência contra Filho/a, Irmão/ã ou cunhado/a e a violência contra pai, mãe, padrasto ou madrasta.

Anos	Nº Ocorrências			Agente/Suspeito						Grau parentesco vítima						Vítima					Tipo arma utilizada						
	Entre cônjuges (ou análogo)	contra crianças e menores 16 anos	outros crimes de violência doméstica	Sexo		Idade			detidos	cônjuge ou companheiro	Pai, Mãe, Padrasto ou Madrasta	Filho(a)	Irmã(o) ou cunhado(a)	Ex-cônjuge ou ex-companheiro(a)	outro	Sexo		Idade			Arma de fogo	Arma branca	Outros	Força física	Ameaça/coação	Outra arma	Ignorada
				M	F	menos 16	16 a 24	25 e mais								M	F	menos 16	16 a 24	25 e mais							
2020	41	0	8	45	7	0	3	35	2	34	6	0	0	7	6	8	45	0	5	46	2	2	1	20	26	1	
2021	28	0	5	32	3	0	0	28	1	27	4	3	0	2	2	4	34	1	6	30	0	0	2	24	16	0	
2022	35	1	4	35	7	0	1	32	0	35	4	4	0	3	8	8	46	7	3	44	0	2	0	13	17	0	
2023	48	0	5	45	13	0	4	44	1	40	6	2	0	4	11	13	50	3	7	53	0	0	0	29	36	1	

Figura 88 - Crimes de violência doméstica no concelho do Peso da Régua (última atualização dezembro 2023/ Fonte: GNR de Vila Real)

2.3 CRIANÇAS E JOVENS

No inquérito por questionário aplicado às entidades que integram o CLAS, o grupo das crianças e jovens foi referenciado como um dos grupos prioritários a intervir no Eixo II - Família e Comunidade, surgindo em terceiro lugar, a seguir ao grupo da população idosa e da população com deficiência. No nosso entender, esta inversão na priorização relativamente aos dois grupos mencionados (população idosa e população com deficiência) prende-se não com o facto de se prestar menos atenção a este público, aliás bem pelo contrário, mas pelo facto de existirem mais repostas e cobertura ao nível da intervenção da promoção e da prevenção das crianças e jovens em risco.

Abordar o tema das crianças e jovens implica obrigatoriamente remetermo-nos para o seu pilar base de origem: a Família. Independentemente, de nas últimas décadas o conceito de família ter vindo a adquirir um âmbito muito mais vasto, porque novas tendências, novas configurações familiares têm originado novas conceções de família e organização da vida dos seus membros, seja qual for o modelo de família ela é sempre um conjunto de pessoas consideradas como unidade social, como um todo sistémico onde se estabelecem relações entre os seus membros e o meio exterior (Dias, 2011).

Contudo, a família nem sempre cumpre o papel que lhe está intrinsecamente atribuído, o da proteção dos seus elementos. O “lado negro” assume-se como mais preocupante quando pensamos os maus-tratos, a negligência e a violência em contexto familiar. De assinalar, que no ano de 2023, a exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança (ECPCBEDC) nomeadamente a Violência Doméstica, foi a principal problemática sinalizada em processos instaurados e reabertos na CPCJ do Peso da Régua (38 processos).

O Bullying, o consumo de bebidas alcoólicas, a hostilização e ameaças, a depreciação/humilhação apesar de serem problemáticas com menos incidência nos processos instaurados, configuram-se preocupantes, sobretudo por ocorrerem nas faixas etárias juvenis (11-14 anos e 15-17 anos). Os maus-tratos por ofensa física/castigo corporal e o insucesso escolar foram também problemáticas assinaladas, pese embora o número reduzido de sinalizações.

Na análise da metodologia aplicada aos parceiros que integram o Conselho Local de Ação Social, este lado sombrio foi retratado pelos mesmos, surgindo a violência doméstica vivenciada pelas crianças e jovens dentro do seu lar como uma das problemáticas mais necessárias a intervir, devido ao impacto causado no seu bem-estar e desenvolvimento psicoafectivo e social. A dificuldade sentida pelos pais entre conciliarem a vida profissional e a vida familiar, e a consequente ansiedade provocada na gestão do dia a dia, dá-nos também uma visão de como as crianças e jovens sofrem com a falta de tempo de qualidade em família. Por sua vez, nas considerações tidas, tais factos levam a uma dependência excessiva de tecnologia (utilização incorreta das redes sociais e uso excessivo dos equipamentos informáticos para atividades de lazer), ao aumento de comportamentos violentos (tais como bullying), comportamentos desviantes e de adição e ao aumento e agravamento de situações da saúde mental, sobretudo nos mais jovens.

Por outro lado, a falta de tempo para brincar, os dias divididos entre a escola, as atividades extracurriculares, os centros de atividades de tempos livres e as poucas horas de descanso definem o dia a dia das famílias. Esta falta de supervisão, imposto pelos padrões socioeconómicos atuais têm conduzido, na opinião dos parceiros a uma falta de estrutura no acompanhamento e educação, com consequente perda de valores familiares e princípios.

A Comissão Alargada da CPCJ nas funções que lhe são adstritas, nomeadamente no desenvolvimento de ações de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para a criança e jovem, visa no seu plano de ação anual, promover atividades com as entidades competentes no estudo e elaboração de projetos no domínio da prevenção primária dos fatores de risco, bem como na constituição e funcionamento de uma rede de respostas sociais adequadas. Deste modo tem vindo a desenvolver várias ações e protocolos de parcerias que se assumem como estratégias preventivas para a promoção dos direitos e proteção da criança e jovem, tais como o Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos da Crianças e Jovens – Projeto Adélia lançado pela Comissão Nacional de Promoção do Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, o PROJETO-SOMOS ESCOLA SOMOS COMUNIDADE, a integração no o Protocolo de Constituição da Rede Especializada para a Intervenção na Violência Doméstica e em Contexto Familiar – RIVD – da Comarca/Distrito de Vila Real e o protocolo “Primeiros Anos, a nossa Prioridade”.

Verifica-se a necessidade de continuar a investir nas atividades de prevenção, no âmbito da Comissão Alargada, bem como em promover as parcerias com as ECMIJ (Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude), concertando objetivos que visam uma proteção e promoção mais eficaz das crianças e jovens, em prol da defesa efetiva dos seus direitos.

Considerando a efetivação de uma intervenção social integrada, com base numa atuação local e de proximidade aos fenómenos de pobreza e exclusão social, tendo em conta as necessidades específicas das crianças e dos jovens, e respetivas famílias, por forma a garantir uma adequada identificação e mobilização de recursos e intervenções para resolução dos problemas detetados, a Rede Social do Peso da Régua, no âmbito dos Conselhos Locais de Ação Social, integrou em dezembro de 2023 o protocolo para a criação do Núcleos Locais da Garantia para a Infância (NLGPI). Este projeto destinado especificamente dirigidos às crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, e suas famílias, visa a intervenção em matéria de acolhimento de primeira infância, educação e atividades em contexto escolar, saúde, alimentação saudável, habitação, inclusão e integração social, promoção dos direitos das crianças e jovens, não discriminação e promoção da igualdade.

Eixo 2 – Crianças e Jovens
Causas deste problema / necessidade social:
Qual ou quais as causas desse problema / necessidade social: - Novas realidades sociais. Os jovens têm falta de vigilância e bastante autonomia, na tomada de decisões; - O incumprimento das leis portuguesas e falta de valorização da escola; - Desvalorização por parte das famílias no consumo de bebidas alcoólicas antes dos 18 anos, falta de sensibilização e conhecimento sobre as novas drogas; - Não existem estruturas suficientes para dar resposta às necessidades; - Famílias disfuncionais; baixas competências parentais; - Falta de investimento na área da saúde mental; - Baixa auto-estima; problemas de ansiedade e depressão (sociedade que se alimenta de redes sociais, de vidas de sucesso e valorização do "ser famoso") percurso familiares desviantes; falta de motivação para o estudo e pressão escolar; - Excessivo uso de tecnologias; - Sobrelotação das respostas nas IPSS (Necessidade de aumentar o número de acordos na valência creche); - Ausência de atividades de ocupação dos tempos livres nem apoio familiar no período das férias de verão; - Sociedade atual destruturada; - Não aceitação por falta de conhecimento e aceitação de crianças/jovens diferentes ou de diferentes culturas/nacionalidades; - Falta de oferta formativa pública para pré-escolar e falta de incentivos à fixação.

Figura 89 - Identificação das causas/necessidade social, relativo às crianças e jovens, segundo papeiros do CLAS.

Eixo 2 – Crianças e Jovens

Recursos que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse problema / necessidade social:

- Articulação entre seio familiar e escolar, bem como com os meios de segurança pública;
- A escola deve cumprir os procedimentos de marcação de faltas e comunicação das ausências à CPCJ. A escola deve adaptar as estratégias pedagógicas à diversidade cultural;
- Continuidade no acompanhamento das famílias sinalizadas, criação de programas de sensibilização;
- Criar novas Respostas sociais tais como: Creches, infantários, ATL, Apartamentos de autonomia para jovens;
- Investir nas equipas de intervenção na área social (educação/RSI/saúde/EMAV-APAV/CPCJ/GNR/MP);
- Fomentar ações de sensibilização para pais/tutores;
- Aumentar a oferta formativa, criação de programas de promoção à fixação;
- Maximizar projetos com vista à formação cívica;
- Políticas que promovam uma maior disponibilidade para os adultos estarem com as crianças e jovens;
- Aumentar o número de profissionais nas escolas (professores, assistentes operativos, assistentes sociais, psicólogos);
- Melhorar as condições de trabalho dos pais;
- Aumentar a literacia dos pais no que se refere à parentalidade positiva;
- Existirem espaços e programas na comunidade para atividades familiares ao ar livre;
- Investir em programas que garantam o acesso de todas as crianças e jovens à educação, independentemente de suas origens ou necessidades especiais.

Figura 90 - Identificação dos recursos a serem mobilizados para a resolução/redução, da problemática das Crianças e Jovens segundo os parceiros do CLAS

Eixo 2 – Crianças e Jovens

Propostas de intervenção que seriam necessárias para a resolução ou redução desse problema / necessidade social:

- Criação de projetos e programas locais que visem a ocupação de jovens e fomentem a prática de desporto;
- Maior controlo sobre os compromissos estabelecidos entre as pessoas de etnia e as estruturas oficiais portuguesas;
- Ações de sensibilização junto dos jovens e famílias;
- Investir em equipas diferenciadas no concelho: famílias de acolhimento, apartamentos de autonomia para jovens;
- Projetos direcionados (CAFAP/ programa escolhas/CLDS 5G);
- Ações de sensibilização;
- Promover abordagens preventivas e globais da saúde das crianças/jovens/;
- Promover formação de técnicos especializados e equipas multidisciplinares/ ligação intersectorial;
- Criar serviços de proximidade; equipas comunitárias;
- Apostar na rede de cuidados primários;
- Dinamizar assembleias participativas com crianças;
- Implementar respostas para a saúde mental com intervenção junto das crianças, famílias e entidades parceiras;
- Aumentar a oferta formativa;
- Criar programas de promoção à fixação;
- Maximizar a educação cívica na escola e potenciar sempre que possível a educação das famílias em casa.

Figura 91 - Identificação de propostas de intervenção, para a redução da problemática Crianças e Jovens, segundo os parceiros do CLAS.

2.4 MINORIAS ÉTNICAS E POPULAÇÃO IMIGRANTE

Eixo 2 – Minorias Étnicas e População Imigrante
Causas deste problema / necessidade social:
- Procura de melhores condições de vida - Falta de estruturas no apoio a esta população - Falta de acompanhamento e informação - Exclusão social, preconceito e discriminação de pessoas imigrantes - Políticas nacionais desajustadas relativamente à entrada de imigrantes no país e ao respetivo processo de legalização - Falta de respostas específicas - Falta de conhecimento técnico para respostas adequadas e atempadas às necessidades - A políticas migratórias restritivas podem dificultar a regularização da situação dos imigrantes e refugiados, o que pode levar à clandestinidade e à falta de acesso a direitos fundamentais. - Desresponsabilização das suas ações

Figura 92 - Identificação das causas da problemática Minorias étnicas e População Imigrantes, segundo os parceiros do CLAS

Eixo 2 – Minorias Étnicas e População Imigrante
Propostas de intervenção necessárias para a resolução ou redução deste problema:
- Avaliação desta realidade no território - Gabinete especializado, para fazer face às necessidades específicas desta população (equipa multidisciplinar) - Formação e Informação específica aos técnicos que acompanham esta população - Implementar políticas facilitadoras da integração da população imigrante, que contribuam de forma positiva para o desenvolvimento de uma sociedade mais coesa e inclusiva - Acompanhamento de proximidade com famílias/indivíduos imigrantes - Workshop, ações de informação e sensibilização à população, para uma melhor integração social da população imigrante - Programas de integração, aprendizagem da língua, criação de competências pessoais e sociais - Perceber de quais as maiores dificuldades da população imigrante e minorias étnicas, junto dos próprios, para se realizar uma intervenção adequada e centrada nos problemas existentes

Figura 93 – Identificação das propostas de intervenção para a redução da problemática Minorias Étnicas e População Imigrante, segundo os parceiros do CLAS.

Os fatores de risco a que se tem assistido no atual contexto socioeconómico, como o desemprego, os baixos salários, os baixos níveis de escolaridade ou os problemas de saúde, tornam ainda mais vulneráveis as famílias expostas a situações de desigualdade, pobreza e exclusão, merecendo especial atenção as crianças e jovens, onde o resvalar para situações de risco se torna mais eminente, como é o caso das minorias étnicas, especificamente da comunidade cigana.

Paralelamente tem-se assistido recentemente, a uma nova realidade social no concelho do Peso da Régua, a chegada de população imigrante, proveniente de vários países, sobretudo da América Latina. Embora ainda não existam dados oficiais sobre a população imigrante a residir no concelho é possível aferir deste fluxo migratório através dos atendimentos realizados pelo serviço social da autarquia.

Na análise dos inquéritos por questionário aplicados, são considerados alguns fatores de risco, como a dificuldade no acesso ao emprego, habitação, educação e acesso a serviços, que tornam estas pessoas/famílias ainda mais vulneráveis e expostas a situações de desigualdade e exclusão social.

Existe uma especial atenção sobre esta franja da população, uma vez que chega ao território, na maioria dos casos, sem trabalho e com o sonho de residirem em Portugal, apenas com algum dinheiro que pouparam no seu país de origem.

O que leva à procura da Ação Social, são algumas questões como: acesso à educação das crianças e jovens (filhos), apoio na elaboração da Manifestação de Interesse (documento que indica o interesse em residir em Portugal), apoio na aquisição de móveis e roupas que se encontram no Espaço S (ex: camas, moveis; eletrodomésticos, roupas, etc.), procura de emprego e procura de habitação. Acrescentamos ainda que existem famílias/pessoas que não procuram os serviços da Ação Social do Município, uma vez que os mesmos são encaminhados para serviços como a agricultura e construção civil, ficando a residir nas casas cedidas pelos empregadores.

Por sua vez, a comunidade cigana do Peso da Régua tem uma forte ligação ao concelho. Do conhecimento empírico e dos testemunhos relatados pela própria comunidade, a mesma está fixada no território desde a segunda metade do século XX, ainda antes da construção da barragem de Bagaúste. No concelho a comunidade encontra-se distribuída por núcleos populacionais concentrados na freguesia urbana “União de Freguesias de Peso da Régua e Godim”, a residir na sua quase totalidade em dois bairros sociais: o Bairro das Alagoas, conhecido localmente por Bairro Verde e o Bairro da Azenha, alojando cerca de 50 e 5 famílias de etnia cigana, respetivamente.

Sendo certo que o realojamento (a maioria das famílias residiam na zona ribeirinha onde as suas habitações de construção deficitária eram gravemente afetadas pelas cheias nos invernos mais rigorosos, em barracas e em acampamentos – tendo sido este o último grupo populacional a ser realojado) se traduziu para esta população, numa melhoria das suas condições de vida, a ausência de um projeto socioeducativo de adaptação dos moradores à nova realidade levou a um desajustamento social. Assim, apesar de ser um grupo minoritário, tal não impede uma sobre-representação da dimensão deste grupo étnico. Se a dicotomia identificação/diferenciação é uma questão transversal ao meio social, no caso do Bairro das Alagoas e do Bairro da Azenha, onde existem contrastes acentuados entre estes grupo minoritário e o grupo maioritário residente, as dicotomias são ainda mais evidentes. Assim, a coexistência destes dois grupos geram um foco de tensão e de problemáticas no interior destes espaços habitacionais, divididos entre ciganos e não ciganos. A prática da mediação e do diálogo intercultural, bem como da gestão de conflitos é a ponte que se pretende construir entre dois códigos linguísticos e culturais diferenciados, não perdendo o enfoque na preservação da identidade, cultura, tradições e valores fundamentais do grupo minoritário.

Concomitantemente o Bairro das Alagoas, construído nos finais dos anos 70 e, que concentra a maioria das famílias ciganas a residir no concelho do Peso da Régua, aproximadamente 43 agregados familiares, foi já alvo de uma intervenção de requalificação urbanística e, simultaneamente, social, promovendo a integração/adaptação à sociedade, associada ao desenvolvimento de competências e à construção de "objetivos de vida".

Atualmente, um desafio se tem colocado, tendo por base a intermitência de projetos descontinuados no tempo, bem como a ocupação ilegal de fogos por parte de algumas famílias jovens ciganas que residiam em sobrelocação com as suas famílias de origem. Tal situação, tem gerado conflitos no interior dos espaços habitacionais, criando sentimentos de injustiça e de impunidade

bem como, o descontentamento da comunidade em geral. Um exemplo disso é a dificuldade que se tem sentido na revitalização da Associação de Moradores e Amigos do Bairro das Alagoas, que durante a vigência dos projetos de intervenção social o seu dinamismo atingiu o auge e no pós-projetos decaiu vertiginosamente. Reconhecendo-se a debilidade e os problemas de exclusão e isolamento desta comunidade, que se traduzem no perpetuar do ciclo da pobreza nas suas diversas dimensões (educação, saúde e emprego), a intervenção junto deste público tem sido uma prioridade. Como resultado tem decorrido diversos projetos desde o ano 1992 até à atualidade, como o Programa Nacional Contra a Pobreza, Projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” (INH/ IHRU), Projeto Piloto Mediadores Municipais e Projeto Mediadores Municipais (ACIDI), Escolhas Pontual, Escolhas D’Ouro E/G (ACM), este último com o objetivo de promover a inclusão social de crianças e jovens ciganos/as, através de medidas específicas (Medida I- Educação, Formação e Qualificação; Medida II- Emprego e Empreendedorismo e Medida III- Dinamização Comunitária, Participação e Cidadania).

Também outras entidades de intervenção de primeira linha, sobretudo a Equipa RSI e a equipa de Saúde têm desenvolvido ações e estabelecido planos individuais de inserção com as famílias beneficiárias do Rendimento Social de Inserção com vista à melhoria das suas condições de vida e consequente autonomia. A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens desenvolve também projetos de prevenção que promovem a frequência escolar, procurando diminuir o elevado grau de absentismo desta comunidade. O Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS+; CLDS 3G, CLDS 4G) engloba em algumas das ações deste público-alvo. De referir ainda que o Agrupamento de Escolas, integra o Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária – “Escola TEIP” e no ano letivo 2023/2024 desenvolveu um projeto de turma PIEF (Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF), face às problemáticas com que o contexto sociogeográfico se caracteriza, nomeadamente: territórios economicamente e socialmente desfavorecidos, marcados pela pobreza e exclusão social, absentismo e o insucesso escolar.

Assim é fundamental dar continuidade a projetos que promovam os seguintes objetivos: o desenvolvimento do empowerment individual; a redução do grau de analfabetismo entre jovens e adultos; o reforço de identidades positivas a nível individual e de grupo; a criação de uma entidade mediadora representativa da comunidade que estimule para um saudável desenvolvimento local, social e territorial; a promoção de competências na área da mediação da gestão e resolução de conflitos; a criação de ligações positivas entre a comunidade cigana e não cigana; fomentar a ligação à instituição escolar, como estratégia de diminuição do abandono escolar precoce; a criação de uma entidade local capaz de estabelecer ligação/mediação entre a comunidade cigana e as instituições em geral; a abertura cultural da comunidade cigana e facilitar a inserção das pessoas no mercado de trabalho.

Pretende-se, para tal, desencadear ações reflexivas e construtivas sobre a comunidade cigana, ao mesmo tempo que a envolvemos nesse mesmo processo, através do estabelecimento de pontes de comunicação, potenciando sinergias na busca de soluções ajustadas às reais necessidades desta população.

Em conclusão torna-se assim crucial dar continuidade a projetos de cariz intercultural, nomeadamente na área da educação intercultural. A sociedade em que vivemos é repleta de contrastes onde as diferentes culturas coexistem e nem sempre têm o mesmo reconhecimento e poder. No Concelho do Peso da Régua, essa é também uma realidade. Pretende-se, para tal, desencadear ações reflexivas e construtivas sobre a comunidade cigana, ao mesmo tempo que a envolvemos nesse mesmo

processo, através do estabelecimento de pontes de comunicação entre os diferentes agentes locais e a comunidade cigana, potenciando sinergias na busca de soluções ajustadas às reais necessidades desta população.

3 EIXO III - HABITAÇÃO

Desde 2020, o concelho de Peso da Régua tem experimentado uma série de mudanças significativas na habitação privada. A tendência tem sido influenciada por diversos fatores, incluindo a procura crescente por residências fora das grandes cidades, melhorias nas infraestruturas locais e iniciativas de reabilitação urbana. No que diz respeito à reabilitação e renovação, tem-se observado um aumento nas obras de reabilitação de edifícios antigos, especialmente no centro histórico. Muitas dessas propriedades estão a ser transformadas em habitações modernas, mantendo, no entanto, a fachada tradicional, o que ajuda a preservar o charme histórico da cidade.

Nas novas construções apesar da ênfase na reabilitação, também houve um aumento na construção de novas moradias e apartamentos, principalmente nas áreas periféricas do concelho. Estas novas construções tendem a ser mais modernas e eficientes em termos energéticos, atendendo às necessidades das famílias contemporâneas.

A procura por residências secundárias aliada à beleza natural da região do Douro e a sua fama como produtora de vinhos têm atraído muitos compradores de segunda residência, tanto nacionais como estrangeiros. Este fator tem impulsionado o mercado imobiliário, aumentando os preços em algumas áreas.

No âmbito da habitação social, Peso da Régua também tem feito progressos notáveis desde 2020, Programas de Apoio de Apoio à Habitação, o concelho tem implementado vários programas de apoio à habitação para famílias de baixos rendimentos. Estes programas incluem subsídios para a reabilitação de habitações degradadas e apoio na aquisição de habitação própria. Os projetos de Habitação Social foram também desenvolvidos para atender às necessidades das populações mais vulneráveis. Estas iniciativas visam não apenas fornecer um teto, mas também integrar estas famílias na comunidade, oferecendo acesso a serviços básicos e oportunidades de emprego. A colaboração com entidades governamentais e organizações não-governamentais tem sido crucial para financiar e implementar projetos de habitação social. Esta cooperação tem permitido alavancar recursos e conhecimentos para melhorar a qualidade de vida dos residentes mais desfavorecidos.

No entanto, e apesar de todas as medidas já desenvolvidas, foi reconhecido pelos parceiros do CLAS que a Habitação é um eixo prioritário do nosso Concelho. São muitas as famílias carenciadas que enfrentam dificuldade no acesso à habitação digna, acessível e adequada, na maioria das 19 respostas obtidas ao inquérito por questionário, os parceiros do CLAS, mencionaram os preços de arrendamento elevado no mercado privado, falta de capacidade económica das famílias para fazer face às despesas com habitação, falta de casas de habitação social, falta de ajuda para a construção própria, impostos e taxas demasiado altos. Os mesmos parceiros do CLAS enumeram que sendo o concelho do Peso da Régua uma zona privilegiada para o Turismo, existem muitas habitações que foram transformadas em Alojamento Local, pelo que diminuiu a oferta perante a crescente procura, facto que inflaciona os preços privados e casas disponíveis no arrendamento privado.

Quanto aos recursos que poderão ser mobilizados para a resolução do problema da falta de habitação existente no concelho, os elementos do CLAS propõem um maior investimento e incentivo à reabilitação urbana e aumento das zonas de construção, a recuperação das casas antigas e devolutas, através da lei que inclua incentivos fiscais, facilitação de licenciamento e autorização para obras de reabilitação, programas de financiamento específico por forma a estimular a reabilitação dos imóveis.

As propostas de intervenção do CLAS vão no sentido, ajudar à compra da primeira habitação, implementar e alargar a Nova geração de Cooperativismo para a Promoção da Habitação Acessível, criar o Balção da Habitação e reforçar a capacitação técnica dos serviços do Estado que trabalham sobre a habitação, efetivar o Fundo de Emergência para a Habitação, estabelecer limites máximos nos valores das rendas.

A escassez de Habitação sentida no Concelho, também pode afetar a capacidade das empresas locais de criar, atrair e reter talentos qualificados conduzindo a falta de oportunidades de trabalho e ao crescente alargamento das atividades económicas, neste sentido, os parceiros do CLAS identificaram no inquérito por questionário as seguintes problemáticas, no que diz respeito ao Emprego e Atividade Económica.

Emprego e Atividade Económica
Problemáticas sociais identificadas:
- Rede transportes públicos insuficiente; - Desemprego; - Reduzidas ofertas de emprego; - Escassez de formação; - Emprego Precário; - Falta de mão-de-obra qualificada; - Insuficiente resposta do terceiro sector; - Falta de canalização do turismo para a cidade; - Legislação/políticas de emprego desadequadas; - Falta de investimento/necessidade de emigração; - Acumulação de rendimentos não declarados (na agricultura) com o RSI; - Falta de tecido empresarial para fixação da população no emprego; - Centralização de serviços na sede de distrito; - Medidas de apoio à criação do próprio emprego insuficientes; - Rendas elevadas para fixar negócio.

Figura 94 - Identificação das problemáticas sociais do Emprego e Atividade Económica, segundo os parceiros do CLAS.

Emprego e Atividade Económica
Causas deste problema / necessidade social:
- Tecido empresarial parco; - Oferta de emprego marcado pela sazonalidade; - Conjuntura económica; - Vencimentos reduzidos e falta de investimento; - Oferta formativa insuficiente ou desadequada; - Recusa de ofertas de emprego (IEFP) por parte dos/as candidatos/as; -Mudanças Demográficas: o envelhecimento da população e diminuição das taxas de natalidade; -Evolução Tecnológica: rápidas mudanças tecnológicas podem criar uma demanda por habilidades específicas que não são facilmente encontradas no mercado de trabalho atual; -Emigração de pessoas qualificadas para outros países que oferecem melhores condições; -Baixos níveis de escolaridade.

Figura 95 - Identificação das causas da problemática do Emprego/ Atividade Económica, segundo os parceiros do CLAS.

Emprego e Atividade Económica
Propostas de intervenção necessárias para a resolução ou redução deste problema:
- Políticas locais para incentivar a fixação de mais empresas no concelho; - Aumentar e diversificar as ofertas de emprego; -Investimento na educação e formação profissional especializada; - Incremento de incentivos e medidas de valorização profissional/progressão na carreira; - Promoção do investimento no turismo; - Criação de protocolos entre empresas, IEFP, ACIR e escolas de formação; - Reforço e diversificação de medidas nacionais e políticas locais de apoio à contratação; - Aumento da fiscalização do trabalho não declarado; - Implementação de políticas salariais atrativas.

Figura 96 – Propostas de intervenção para a redução da problemática do Emprego/Atividade Económica, segundo parceiros do CLAS.

No que diz respeito à caracterização socioeconómica do concelho do Peso da Régua, o setor primário (agricultura/ vitivinicultura) continua a ter um peso significativo na empregabilidade da população residente no concelho.

De facto, são as freguesias mais afastadas do centro urbano de Peso da Régua que registam os valores mais elevados de população empregada neste setor. As atividades secundárias que mais empregam população no concelho são a construção civil e as indústrias transformadoras do setor agroalimentar.

Do mesmo modo, no setor secundário também se verificou um decréscimo de população empregada, de cerca de 10% a nível nacional e de 7% no concelho de Peso da Régua.

A terciarização da sociedade está também patente no concelho pois, é o setor de atividade que emprega mais população, nomeadamente na área de comércio e serviços, atividades imobiliárias, educação e administração pública.

As freguesias com percentagens mais elevadas de população afeta a este setor de atividade correspondem às freguesias urbanas de Peso da Régua e Godim regista 74,2% e Peso da Régua 80,1%. Fontelas, pela sua proximidade à cidade, também regista uma percentagem elevada de população afeta ao setor terciário, superior a 60%.

A afetação da população empregada aos diferentes setores de atividade está estritamente relacionada com a qualificação da população residente e também com a maior proporção de população jovens.

O Gabinete de Inserção Profissional, sendo um serviço transversal do Instituto de Emprego e Formação Profissional, a Associação Comercial e Industrial dos Concelhos de Peso da Régua, Santa Marta e Mesão Frio e, o apoio que estes prestam, na divulgação dos apoios e incentivos no âmbito das medidas de emprego, na dinamização de ações de informação, na colocação de pessoas em ofertas de emprego e, na promoção do comércio local e da atividade empresarial é considerado um ponto forte.

Como pontos fracos elencam-se a fraca rede viária e a baixa cobertura de transportes públicos. Esta análise assenta no princípio de que ambas estão interligadas pois, delas depende o nível de acessibilidade do Município e o respetivo desenvolvimento socioeconómico e cultural e, por sua vez a atratividade turística.

Sabe-se que nos últimos anos, o turismo adquiriu um papel fundamental no concelho do Peso da Régua, nomeadamente o turismo fluvial no Douro, destacando-se os cruzeiros que têm origem no Porto e Vila Nova de Gaia, e que atravessam várias localidades como Entre-os-Rios, Pinhão, Foz do Sabor, Pocinho, e, claro está, Peso da Régua. Contudo, muitos destes turistas aquando da atracagem das embarcações são canalizados para serviços de restauração e hotelaria fora do perímetro urbano da cidade. Perante esta realidade, os participantes referiram que esta seria uma questão estratégica a desenvolver por parte dos governantes.

Se de um lado da balança, pesam as parcas e deficitárias infraestruturas, do outro lado valorizam-se as oportunidades criadas pelos eventos culturais e desportivos dinamizados nos últimos anos no Concelho e, que são cada vez mais, uma marca consolidada na região. Os financiamentos dos quadros comunitários, nomeadamente o acordo de parceria entre Portugal e a Comissão Europeia designado por Portugal 2030, que visam estimular o crescimento e a criação de emprego, foram outro ponto positivo apontado.

No que se refere às ameaças, todos os pontos elencados traduzem a preocupação da escassa oportunidade de criação de emprego, seja pelo tecido empresarial deficitário, seja pela acumulação de rendimentos não declarados (na agricultura) cumulativamente com o Rendimento Social de Inserção que fomenta o trabalho precário, seja pela centralização de serviços (públicos e privados) na sede do distrito e/ou, pelas rendas elevadas para fixar /criar negócio.

Do ponto de vista da estrutura produtiva, o Peso da Régua é um concelho com as suas atividades económicas muito polarizadas entre a agricultura, a construção, o comércio, o alojamento e restauração e os serviços públicos. Este grupo de setores é responsável por mais de 65% do emprego por conta de outrem no concelho.

Ao nível das indústrias transformadoras, existe neste concelho um défice estrutural, que sai ainda mais agravado quando se constata que as atividades centradas neste tipo de indústrias respeitam quase exclusivamente ao agroalimentar, designadamente ao vinho.

Em termos de evolução recente, as atividades mais dinâmicas no Peso da Régua estão circunscritas a duas grandes áreas: turismo e vitivinicultura. O setor do comércio assume uma enorme importância na Régua, respondendo hoje por quase 22% do emprego concelhio por conta de outrem. A centralidade histórica da Régua na região do Douro potenciou o desenvolvimento neste concelho de um comércio tradicional forte. Contudo, as dinâmicas recentes registadas neste setor em outros concelhos centrais do Douro (designadamente em Vila Real), materializadas no aparecimento de centros comerciais e de grandes superfícies, tem vindo a ameaçar a sustentabilidade deste tipo de comércio na Régua.

Foi identificado como prioritário para a dinamização do desenvolvimento local a realização de “algumas intervenções que melhorem as condições em que as atividades turísticas se possam desenvolver no Concelho (ex: repavimentação de estradas panorâmicas, sinalização turística)”.

Por outro lado, considera-se fundamental, apoiar os agentes locais e regionais na sua capacidade de relacionamento com os principais operadores turísticos que atuam na Região, no sentido de incorporarem novas ofertas nos produtos pré-formatados que comercializam, e na negociação com entidades responsáveis por algumas componentes complementares da oferta turística.

Revela-se ainda fundamental mobilizar os agentes locais para os apoios a serem disponibilizados no âmbito da Estratégia Portugal 2030, procurando assim ganhar competitividade face a outros destinos concorrenciais e, sobretudo, valorizando o papel da Régua como porta de entrada e local de difusão de fluxos turísticos para todo o destino Douro.

4. EIXO IV – EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

Eixo IV – Educação, Formação e Qualificação
Problemáticas sociais identificadas
PONTOS FRACOS - Falta de políticas e respostas adequadas - Ensino padronizado que não atende às idiossincrasias dos alunos - Respostas à especificidade da comunidade cigana - Falta de Mediadores da comunidade cigana - Absentismo escolar na comunidade cigana - Falta de apoio individualizado e específico às características de um determinado grupo - Falta de apoios na integração social e diversificação dos currículos - Desvalorização por parte da família da escolaridade - Carência económica das famílias - Resistência cultural dos grupos minoritários; desvalorização da cultura escolar - Crescimento dos fenómenos de <i>bullying</i> e <i>cyberbullying</i>

Figura 97 - Identificação dos pontos fracos da problemática da Educação, segundo os parceiros do CLAS.

A educação é um domínio de vulnerabilidade à pobreza e exclusão social. Os baixos níveis de escolaridade e qualificação académica vão condicionar as condições de acesso ao mercado de emprego, é através da Educação, que as pessoas têm acesso a conhecimentos, habilidades, competências que lhes permite desenvolver pessoal e profissionalmente, por forma a melhorar sua qualidade de vida e desta forma contribuir para o desenvolvimento económico e social do país.

No que se refere ao eixo 4 de intervenção prioritária - Educação, Formação e Qualificação na análise dos pontos fracos, identificados pelas respostas obtidas ao questionário, podemos observar que os mesmos foram referenciados em torno da comunidade cigana que reside no nosso concelho, a falta de respostas diminutas face à especificidade desta comunidade, os hábitos culturais enraizados e a desvalorização (por parte da família) relativamente à escolaridade, é considerado ainda um problema real do nosso concelho. No que diz respeito, a este grupo, se por um lado se verifica uma resistência/ desvalorização da cultura da escola, por outro, os estereótipos existentes na sociedade dominante colocam-se como entrave à sua inserção profissional e consequentemente à sua emancipação.

Como forma de melhorar a integração da comunidade cigana no concelho, foi considerado pertinente manter projetos que atuem nesta área, com ações direcionadas para a promoção das suas relações sociais e o desenvolvimento das suas competências pessoais e de cidadania, fomentando assim uma convivência societal que esbata os contrastes entre as diferentes culturas, o Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF)* que está ser desenvolvido no presente ano letivo 2023/2024, no Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia, para certificação do 2.º ciclo, é um exemplo do tipo de projetos que deve ser aumentado. A existência de mediadores ciganos nas escolas, desde a entrada para o pré-escolar das crianças da comunidade,

foi considerada pelas respostas ao questionário, uma medida que deveria existir, para tal deveria haver uma maior abertura por parte do sistema de ensino para a existência e articulação destes projetos e respostas inovadoras, como a dinamização de atividades onde seja privilegiada a troca de conhecimentos/culturas entre as diferentes comunidades/nacionalidades.

Não obstante, e transversal às duas culturas, verifica-se a demissão da família do seu papel de educar e a desautorização dos docentes e não docentes como uma realidade cada vez mais premente. Essa ausência de “autoridade educativa” acarreta graves repercussões ao nível do comportamento dos jovens e na adaptação das suas competências sociais/relacionais. Daí, o crescimento dos fenómenos de *bullying* e *cyberbullying* entre os jovens.

Os demais projetos sociais que trabalham as questões relacionados com a promoção do sucesso escolar como o Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE)³, que funcionou nos últimos cinco anos letivos, obteve resultados muito positivos na redução do insucesso escolar, desta forma está em fase de construção a nova candidatura, do Plano Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar (PIPSE), que será apresentada ao Norte 2030, este visa a mobilização de mais recursos da comunidade para a educação, o alargamento do compromisso pelo sucesso escolar de todos e o enriquecimento da vida escolar das crianças e dos jovens, com envolvimento do Município, da escola, das famílias, de outros serviços e instituições locais.

Os parceiros do CLAS identificaram igualmente, a vulnerabilidade que os alunos têm no acesso equitativo ao ensino e à educação, quando relacionado com algumas situações como: problemáticas financeiras, problemáticas familiares, fraco domínio da língua portuguesa, matriz cultural diferente, dificuldades de inclusão social. Das dezanove respostas obtidas, numa escala de 1 a 5, sendo que 1 – nada vulnerável e 5 – muito vulnerável, destacam-se com cinco respostas, que o aluno é muito vulnerável às problemáticas familiares, seguido de oito respostas em que é vulnerável. As problemáticas familiares podem impactar significativamente o acesso equitativo ao ensino e à educação, famílias em situação de vulnerabilidade, como pobreza, instabilidade familiar, violência doméstica, saúde mental precária etc, podem enfrentar desafios significativos em garantir que os seus filhos tenham acesso adequado à educação.

A falta de recursos financeiros, foi identificada pelo CLAS com 17 respostas, em como os alunos provenientes de famílias com falta de recursos financeiros estão vulneráveis no acesso à educação, bem como de outros serviços de apoio e orientação, que auxiliam no reforço escolar por forma a alcançar o máximo potencial académico de cada aluno.

O domínio da língua portuguesa é essencial para o sucesso académico, pois é através dela que os estudantes conseguem compreender os conteúdos das disciplinas, expressar suas ideias de forma clara e participar ativamente das atividades escolares. No entanto, muitos jovens enfrentam dificuldades devido a deficiências na leitura, na escrita e na oralidade, o que pode resultar

* O Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) é uma medida socioeducativa, de carácter temporário e excecional, a adotar depois de esgotadas todas as outras medidas de integração escolar, que visa favorecer o cumprimento da escolaridade obrigatória e a inclusão social, conferindo uma habilitação escolar de 2.º ou 3.º

³ O Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE) foi promovido pelo Município do Peso da Régua, no âmbito da candidatura apresentada ao Norte 2020, que tem como principal parceiro o Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia (os Centros Escolares da Alameda e das Alagoas, a Escola EB 2,3 e a Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia) e pretende envolver os diversos agentes educativos, nomeadamente professores, pais, famílias, associação de pais, entre outros.

em baixo desempenho escolar e até mesmo abandono dos estudos, esta problemática foi também identificada com 15 respostas por parte dos elementos do CLAS.

A dificuldade de inclusão social e a vulnerabilidade no acesso equitativo ao ensino e à educação são desafios que impedem a realização do direito à educação para todos os indivíduos, independentemente de sua origem, condição social, género, etnia ou deficiência, tendo sido também identificada nas respostas em 12 respostas do CLAS.

São muitas as pessoas que enfrentam várias barreiras no acesso à educação de qualidade, seja por falta, de recursos financeiros, discriminação, falta de estruturas adequadas, conflitos armados, desastres naturais, entre outros fatores que os tornam mais vulneráveis. Essas dificuldades contribuem para a exclusão social, a marginalização e a perpetuação do ciclo de pobreza e desigualdade.

A inclusão social e o acesso equitativo ao ensino e à educação são essenciais para a construção de sociedades mais justas e igualitárias. Para superar essas dificuldades, é fundamental adotar medidas que promovam a equidade no acesso à educação, como políticas públicas de inclusão social, programas de bolsas de estudo, criação de espaços seguros e acolhedores para todos e capacitação de professores para lidar com a diversidade dos alunos.

As propostas e iniciativas apresentadas pelo CLAS têm um interesse comum, a diversidade, equidade e inclusão são três conceitos chave interrelacionados que devem estar presentes em todas as comunidades educativas, e em rede com todos os estabelecimentos de ensino do concelho, se consiga melhorar a predisposição para a aquisição de novas competências e literacias mais consentâneas com as exigências da educação do século XXI que passam inequivocamente pela necessidade de as crianças e os jovens aprenderem mais profundamente e com mais compreensão.

A ideia é desenvolver uma conceção de uma estratégia para se aprender a Conhecer, a Pensar, a Ser, a Viver e a Estar.

PARTE III

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (PDS)

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) articula-se com o Diagnóstico, traduzindo os problemas e as prioridades nele inventariadas, pois é delas que devem decorrer as grandes orientações e estratégias.

Trata-se de um instrumento de definição conjunta e negociada de objetivos prioritários para a promoção do Desenvolvimento Social Local. Tem em vista não só a produção de efeitos corretivos ao nível da redução da pobreza, do desemprego e da exclusão social, mas também efeitos preventivos gerados através de ações da animação das comunidades e da indução de processos de mudança, com vista à melhoria das condições de vida das populações. Pode dizer-se que o PDS traça o retrato de uma situação social desejável, mas também realista.

O PDS pode constituir para o Concelho um importante instrumento de planeamento estratégico uma vez que visa:

- Planear de forma integrada tendo em conta todas as dimensões dos problemas;
- Definir as estratégias para atingir os objetivos, assegurando a participação efetiva de todos os implicados, tendo em conta os recursos humanos, materiais e o calendário para a sua implementação;
- Planear tendo em conta a realidade presente, mas também as oportunidades e ameaças;
- Planear identificando as dimensões prioritárias e suscetíveis de produzir mudanças na realidade do concelho.

A metodologia de trabalho utilizada para o PDS foi em tudo semelhante ao DS, procurando centrar-se na definição de objetivos gerais e estratégias que descrevem a situação futura após a resolução dos problemas e, procurar rentabilizar os saberes, o conhecimento de terreno dos técnicos e das organizações.

Neste documento procurou-se identificar os objetivos gerais, os objetivos específicos, as ações e as estratégias considerados fundamentais para a transformação da realidade concelhia.

Os Objetivos Gerais são, pois, objetivos de nível superior, devidamente enquadrados num determinado eixo de desenvolvimento, para o qual a intervenção contribui, mas que por si só não consegue garantir. Trata-se de descrever a situação futura após a solução dos problemas. Ao atingir os objetivos dos projetos que vierem a ser implementados (inscritos no Plano de Ação) contribui-se de forma determinante para alcançar o objetivo geral.

Os Objetivos Específicos são objetivos que devem ser alcançados com a intervenção e que contribuem para atingir um objetivo geral, ainda que possam não ser suficientes para tal. Não deve ser definido um conjunto demasiado vasto de objetivos específicos, de forma que sejam realistas e exequíveis, sem deixarem de constituir um desafio.

A Estratégia é apresentação descritiva do caminho a seguir para alcançar o objetivo geral, tendo em consideração os recursos possíveis para o conseguir. Deve resultar de uma opção clara e partilhada por todos os parceiros quanto aos objetivos definidos.

Ao longo da elaboração deste PDS, esteve sempre presente a preocupação de enquadrar planos e medidas definidas a nível local e nacional favorecendo a sua adequação ao contexto local e potenciando os recursos que poderão vir a ser canalizados para o concelho. Por outro lado, foram igualmente consideradas as intervenções que já estão a ser implementadas no concelho e que se enquadram nos objetivos e estratégias definidos neste PDS.

Em suma,

Este PDS pretende definir estratégias para o desenvolvimento local, retratando e projetando uma situação social que se quer atingir, numa perspetiva de planeamento participado e integrando medidas e políticas definidas a vários níveis da administração pública, encontrar soluções inovadoras, mobilizar e racionalizar os recursos locais.

Reflete ainda, o compromisso das instituições parceiras, identifica os grandes projetos estruturantes para se promover no terreno, onde se define as regras e procedimentos para a intervenção concertada em parceria.

O nosso Concelho tem reforçado a participação no planeamento da intervenção social, assim como na construção de vontades coletivas, que asseguram as decisões concertadas e a mobilização dos recursos. Procura-se com todos os parceiros sociais combater algumas das necessidades sociais do concelho e é através da participação de todos, da iniciativa e responsabilização que se desenvolverá as possíveis soluções.

Descritos os principais eixos de intervenção, apresenta-se de seguida as estratégias e/ou oportunidades, os objetivos gerais e os objetivos a criar, propostos pelo CLAS do Peso da Régua para fazer face aos problemas identificados, que no documento que a seguir se apresenta (PDS).

TRABALHO EM REDE

Coesão Social

Objetivos Estratégicos	Objetivos específicos	Indicadores de Impacto	Recursos
Promover a coesão social concelhia, envolvendo os agentes locais na responsabilidade coletiva na diminuição das problemáticas do território.	Colaborar na elaboração da Carta Social Municipal	N.º de entidades envolvidas; N.º de documentos produzidos	- CMPR - CLAS - Rede Social - CLDS 5G
	Atualizar e Georreferenciar o Mapeamento Social: Levantamento das infraestruturas sociais, e das situações de Exclusão Social	N.º de documentos produzidos	- CMPR - CLAS - Rede Social - Freguesias - Radar Social
	Desenvolver uma Estratégia Municipal para a sustentabilidade das organizações do Terceiro Setor	Divulgação de medidas Apoio a elaboração de candidaturas	- CMPR - CLAS - Rede Social - IEFP - ACIR
	Promover o Empreendedorismo Social, reforçando o apoio à criação de novas ideias e respostas e que promova a sustentabilidade das instituições/ Boas Práticas. (Encontro IPSS)	N.º de atividades realizadas; N.º de entidades envolvidas; N.º de participantes.	- CLAS - CMPR/ Rede Social - IEFP - ACIR

EIXO I – SAÚDE – SAÚDE MENTAL

Objetivos Estratégicos	Objetivos específicos	Indicadores de Impacto	Recursos
- Implementação de Equipas Comunitárias de Saúde Mental, de adultos e infância e adolescência.	- Investir na saúde mental na infância e na adolescência e adultos, através da implementação de programas de promoção da saúde mental.	- N.º de equipas criadas; - N.º de entidades envolvidas; - N.º de ações desenvolvidas; - N.º de pessoas intervencionadas.	- Rede Social - CMPR - Equipa Local de Saúde - Ministério da Saúde - CLDS 5G
- Desenvolvimento de atividades de promoção da saúde e da prevenção da doença nos vários grupos populacionais	- Promover ações de sensibilização/programas socioeducativos na área das demências para famílias de acolhimento e cuidadores informais na comunidade; - Investir nas áreas de promoção de literacia, da inclusão social, da parentalidade, do fomento da arte, do bullying, etc;		- Rede Social - CMPR - Equipa Local de Saúde - Ministério da Saúde - CLDS 5G
- Criação de respostas articuladas e integradas ao nível da identificação, diagnóstico e intervenção/ acompanhamento das problemáticas da saúde mental no concelho	- Dinamizar o Núcleo Local de Garantia para a Infância; - Inventariar e caracterizar as situações de perturbações mentais existentes no concelho; - Definir de um Projeto-piloto para aplicação de uma estratégia integrada, partilhada e participativa de resposta a situações de perturbações mentais. - Criar um "Gabinete de Bem-estar e promoção da Saúde Mental".	- N.º de entidades e atores mobilizados. - N.º de projetos desenvolvidos; - N.º de pessoas intervencionadas.	- Rede Social - CMPR - Equipa Local de Saúde - Ministério da Saúde - CLDS 5G

EIXO II – Família/Comunidade

Grupo 1 – População Idosa

Objetivos Estratégicos

Objetivos específicos

Indicadores de Impacto

Recursos

Desenvolver respostas e medidas que permitam melhorar a qualidade de vida dos idosos

- Intensificar as atividades direcionadas à população com mais de 65 anos, permitindo a diminuição de situações de solidão, no âmbito da Comissão de Apoio ao Idoso do Concelho do Peso da Régua;
- Reforçar o acesso aos medicamentos, a pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, em situação de carência económica comprovada.
- Dinamizar um projeto de voluntariado de proximidade, de modo a proporcionar o apoio pessoal e social à população idosa no apoio em pequenas tarefas;
- Melhorar a segurança dos idosos e a adoção de comportamentos de prevenção de riscos.
- Promover ações de informação para a pessoa idosa sobre cuidados a adotar ao nível da prevenção rodoviária enquanto peões e passageiros;
- Incentivar a participação da população idosa em atividades de âmbito cultural.
- Criar um atelier de preservação das memórias, saberes e fazeres da população idosa, que potencie a melhoria das suas competências pessoais e sociais;
- Criar um Café Memória - Melhorar a qualidade de vida e redução do isolamento social das pessoas com problemas de memória ou demência bem como dos respetivos familiares e cuidadores.

N.º de idosos identificados e acompanhados

- CMPR
- GNR
- IPSS
- Juntas de Freguesia
- Programa ABEM
- Associação
- Radar Social
- CLDS 5G

Aumentar a cobertura e qualificar as respostas sociais existentes	- Prosseguir com o alargamento das respostas prestadas pelas IPSS locais, a idosos não institucionalizados, criando novas vagas em centro de dia, centro de noite, centro de convívio e Serviço de Apoio Domiciliário; - Aumentar a capacidade de resposta em Estrutura Residencial para Idosos (ERPI); - Requalificar e readaptar os edifícios das IPSS, à necessidade de novas valências. - Renovar a frota automóvel das IPSS; - Requalificar as IPSS que necessitam de intervenção física	N.º de vagas criadas N.º de novas respostas criadas N.º de instituições intervencionadas Nº de viaturas adquiridas	- CMPR - Rede Social - IPSS - CDSS - Fundos comunitários - Radar Social
--	---	---	--

EIXO II – Família/Comunidade

Grupo 2 – População com Deficiência

Objetivos Estratégicos	Objetivos específicos	Indicadores de Impacto	Recursos
Criar respostas direcionadas para a população com deficiência	- Prosseguir com o alargamento das respostas prestadas pelas IPSS locais à população com deficiência criando novas vagas em Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD); - Requalificar e readaptar os edifícios das IPSS's, à necessidade de novas valências; - Criar uma ou mais respostas na valência Centro de Atividades Ocupacional; - Criar uma ou mais repostas na valência Lar Residencial; - Promover a integração socioprofissional de pessoas com deficiência; - Criar equipas multidisciplinares domiciliárias para apoiar famílias com deficiência ou incapacidade, que se encontrem sem resposta - Criar um espaço de ocupação dos jovens com deficiência através do desenvolvimento de atividades lúdicas e culturais durante as pausas letivas (férias escolares). - Sensibilizar as empresas para a integração socioprofissional de jovens com deficiência	N.º de respostas criadas	- CMPR - Rede Social - IEFP - CDSS - IPSS's - CLDS 5G - Fundos comunitários
Melhorar a qualidade de vida de pessoas com deficiência ou incapacidade/ mobilidade reduzida no Concelho	Aumentar o n.º de alternativas de transporte adaptado, através da aquisição de viaturas.	N.º de equipamentos adquiridos	- CMPR - Rede Social - CDSS - Fundos comunitários

EIXO II – Família/Comunidade

Grupo 3 – Famílias Carenciadas/Ação Social

Objetivos Estratégicos	Objetivos específicos	Indicadores de Impacto	Recursos
Desenvolver respostas e medidas que permitam melhorar a qualidade de vida de grupos específicos da população – Famílias Carenciadas	- Criar um Manual de Procedimentos no âmbito da Violência Doméstica; - Promover ações dirigidas à comunidade em geral (Violência Doméstica) - Implementar o Plano Municipal para a Igualdade de Género. - Realizar sessões de informação e divulgação das medidas/programas de apoio ao arrendamento; - Apoiar as famílias no acesso à habitação com rendas apoiadas.	- N.º de documentos produzidos; - N.º de ações desenvolvidas; - N.º de pessoas envolvidas - N.º de entidades que participaram	- CMPT - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género - APAV – EMARV Douro - Rede Social - ARS Norte - GASH - CLDS 5G

EIXO II – Família/Comunidade

Grupo 4 – Crianças e Jovens

Objetivos Estratégicos	Objetivos específicos	Indicadores de Impacto	Recursos
Criar no concelho respostas que promovam a integração de crianças e jovens em risco	- Promover ações de promoção de competências parentais e familiares que facilitem o envolvimento de crianças e jovens, que estimulem o seu desenvolvimento e bem-estar; - Promover as artes como instrumento de integração e inclusão sociocultural de jovens; - Elaborar o Diagnóstico Local da Garantia para Infância:	N.º de grupos de impacto	- Rede Social - IPSS - CPCJ - CNPDPCJ - CDSS - Equipa RSI - SCM – Protocolo RSI - NLGI - PIPSE - CLD5G
Desenvolver ações dirigidas à comunidade escolar	- Promover ações preventivas de comportamentos de riscos direcionados a crianças e jovens (violência no namoro, bullying). - Dar continuidade a ações de promoção do sucesso escolar.	Nº de crianças e jovens envolvidos	- CMPR - Escolas - CPCJ - Saúde – ARS Norte - GNR - PIPSE - CLDS 5G
Aumentar e qualificar as respostas na área da Infância e Juventude	- Realizar obras de requalificação do Lar de Infância e Juventude; - Criar um Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) através do PROCOOP (Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais). - Criar apartamentos de autonomização - Criar um Centro de Acolhimento Temporário	- N.º Obras realizadas - N.º de respostas criadas - N.º de vagas criadas	- SCM - LIJ - CDSS - Rede Social - Fundos Comunitários - CPCJ - CLDS 5G

EIXO II – Família/Comunidade

Grupo 5 – Minorias Étnicas e Imigrantes

Objetivos Estratégicos	Objetivos específicos	Indicadores de Impacto	Recursos
Promover no concelho ações de intervenção com a comunidade cigana em áreas prioritárias de intervenção como o acesso à educação, ao emprego, cuidados de saúde e à habitação.	- Desenvolver ações que promovam o aumento do emprego, o combate à pobreza e a exclusão social, a igualdade de género e o acesso à habitação.	- N.º de ações desenvolvidas; - N.º de empregos criados N.º de pessoas envolvidas	-CMPR - Rede Social - CLDS 5G
Criar no concelho respostas que promovam a integração de cariz intercultural.	- Implementar o Programa Escolhas no concelho; - Desenvolver ações de informação/capacitação na área da parentalidade positiva para as famílias da comunidade cigana; - Promover o sucesso escolar na comunidade.	- N.º de projetos aprovados; - N.º de ações desenvolvidas; - N.º de participantes diretos e indiretos envolvidos:	- Rede Social - CLDS 5G
- Criação de respostas articuladas e integradas ao nível da identificação, diagnóstico e intervenção/ acompanhamento das comunidades imigrantes no concelho	- Criar um grupo de trabalho multidisciplinar nesta área; - Inventariar e caracterizar as situações relacionadas com a imigração no concelho. - Realizar ações de formação e de sensibilização específicas.	- N.º de documentos produzidos; - N.º de atendimentos realizados.	- Rede Social - CMPR - SAAS - Escolas - AIMA. - CLDS 5G

EIXO III – Habitação

Objetivos Estratégicos	Objetivos específicos	Indicadores de Impacto	Recursos
Aumentar o número de fogos de Habitação Social Municipal, e criação de novos programas de acesso à Habitação.	- Novos projetos de construção e aquisição de prédios/frações para aumento do parque habitacional social em propriedades da CMCB e em privados, ao abrigo da Estratégia Local de Habitação (ELH), no âmbito do 1.º direito.	- N.º de novos fogos de HS.	- CMPR; - IHRU.
Intervir na reabilitação de fogos municipais e/ou outros degradados e a precisarem de obras.	- Reabilitação e conversão de frações ou de prédios habitacionais para habitação social, ao abrigo da ELH, no âmbito do 1.º direito.	- N.º de fogos municipais reabilitados. - N.º de fogos municipais convertidos para habitação social.	- CMPR; - IHRU.
Implementação de medidas de apoios à atração, fixação e autonomização de jovens	- Prestar apoio à habitação através dos programas existentes – Arrendamento Jovem.	- N.º de Requerentes apoiados. - N.º de Beneficiários/as.	- CMPR; - CLDS 5G - IHRU.

EIXO IV – Educação

Objetivos Estratégicos	Objetivos específicos	Indicadores de Impacto	Recursos
Promover a integração de todas as crianças dos 0 aos 3 em creche	Requalificar e readaptar os edifícios das IPSS, à necessidade desta valência	N.º de crianças abrangidas	- CMPR - IPSS 'S - CPCJ - Rede Social - Fundos comunitários
Promover a igualdade de oportunidades na promoção do sucesso escolar	Contribuir para a melhoria dos indicadores educativos como a redução das saídas precoces do sistema de ensino; o enriquecimento das aprendizagens; a melhoria das condições pessoais e pessoais	N.º de alunos envolvidos no projeto; N.º de ações desenvolvidas	- CMPR - Escolas - PIPSE - ACIR - CPCJ - IPSS 'S

CONCLUSÃO

O presente documento apresenta-se como o corolário de um de trabalho intenso de planeamento. Com o presente diagnóstico, pretendeu-se identificar e aferir os problemas sociais locais por um lado, e por outro identificar os eixos prioritários de intervenção. Através da elaboração do Plano de Desenvolvimento Social foram selecionadas estratégias com vista a propor soluções no âmbito dos eixos prioritários identificados.

Foram trabalhados dados estatísticos a nível sociodemográfico, habitacional, socioeconómico, educacional, saúde ação social e associativismo. Do seu cruzamento com os conhecimentos fornecidos pelos técnicos, pelos representantes locais a trabalhar no terreno e dos dados recolhidos no instrumento metodológico utilizado – inquéritos por questionário, foi possível elencar os principais problemas em quatro grandes eixos prioritários.

Este documento pretende ainda fomentar o enraizar de uma cultura de parceria que se pretende efetiva, em que a articulação e a conjugação de esforços, para o atingir de um objetivo comum, sejam de facto uma realidade.

Todos os documentos elaborados, Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social serão periodicamente atualizados. Consequentemente, também as ações planeadas poderão ser revistas e reajustadas de acordo com os resultados decorrentes da sua efetivação.

BIBLIOGRAFIA

- CANHA, J. (2003), *A criança maltratada*. Coimbra: Quarteto Editora.
- DIAS, Maria Olívia (2011), *Um olhar sobre a família na perspetiva sistémica o processo de comunicação no sistema familiar*.
- Education at a Glance, (2013), OECD, Indicators – *Better Policies, for better lives*
- FRANTZ, Walter (2002), *Desenvolvimento local, associativismo e cooperação*.
- GIDDENS, A. (1998), *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta Editora
- Inquérito Nacional em Meio Escolar (2006-2011), SICAD.
- JIMÉNEZ, R. B. (1997), *Educação Especial e Reforma Educativa*, In. R. Bautista
- Guião para Diagnóstico do Território (Plano Operacional para Respostas Integradas – Fase 4)
- LEANDRO, M. Engrácia (2001), *Sociologia da Família nas Sociedades Contemporâneas*. Universidade Aberta.
- NANCE, F. (2013), *Desemprego, Consequências e Soluções: O Caso Particular do Bairro de Parada de Cunhos*, Relatório de Estágio, UTAD.
- OUSAR VENVER, A violência sobre as mulheres na Família. Guia de Boas Práticas Judiciais. (2005). Associação Portuguesa de Mulheres Juristas.
- PEREIRA, Fernando V. Mário (2010), “Se houvera quem me ensinara...” A Educação de Pessoas com Deficiência Mental. Fundação Calouste Gulbenkian.
- PEREIRINHA, José (1992), *Pobreza e exclusão social: fronteiras conceptuais, relevância para a política social e implicações na sua medida*, in *Análise Social*, n.º 102, Lisboa, ICS
- Projeto Educativo, Escola de Desenvolvimento Rural do Rodo, 2013
- RAJADO, Paulo José do Vale Pereira Santos (2012, 30 de março). O Desemprego em Portugal. *Uma análise ao nível dos concelhos*.
- Rede de Referência / Articulação no âmbito dos Comportamentos Aditivos e das Dependências, 2013, SICAD
- Relatório de Atividades, ACES Douro Norte, 2013
- Sistema de informação multidisciplinar (SIM), DICAD (Divisão de intervenção nos comportamentos aditivos e nas dependências)
- WALL, K., DELGADO, A. – coordenadoras - (2011) – *Famílias nos Censos, “Diversidade e Mudança”* - Lisboa: Instituto Nacional de Estatística: ICS. Imprensa de Ciências Sociais.
- UNESCO (1977), Table Ronde International: “Images du Handicapé Proposées au Grand Public, Paris. UNESCO.